



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**  
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

**MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS**  
**Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica**

**ANA PAULA ALMEIDA DUARTE**

## **A vivência da fraternidade no contexto do individualismo contemporâneo**

**Uma reflexão a partir da Unidade Letiva 4 do quinto ano de escolaridade do programa de Educação Moral e Religiosa Católica**

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada  
sob orientação de:  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Isabel Pereira Varanda**

**Braga  
2015**

Temos aprendido a voar como os pássaros, a nadar como os peixes, mas não aprendemos a sensível arte de viver como irmãos.

*Martin Luther King*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria, em primeiro lugar, de expressar aqui o meu, mais profundo e sincero, agradecimento a todos os que de alguma forma tornaram possível a realização deste trabalho.

À minha orientadora, professora Doutora Isabel Varanda, pelo incentivo, disponibilidade e compreensão.

Ao professor cooperante Dr. António Clemente, pela amizade, dedicação e apoio.

Aos meus colegas do núcleo de estágio pelo apoio, cooperação, compreensão, amizade e interajuda.

A todos os familiares e amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Obrigada a todos!

## SIGLAS, ABREVIATURAS E TERMOS LATINOS

<b>Act</b>	Livro dos Actos dos Apóstolos (Bíblia)
<b>Am</b>	Livro de Amós (Bíblia)
<b>CEP</b>	Conferência Episcopal Portuguesa
<b>Cf.</b>	Conferir, confrontar, consultar
<b>Col</b>	Livro da Carta aos Colossenses (Bíblia)
<b>Cor</b>	Livro da Carta aos Coríntios (Bíblia)
<b>Dt</b>	Livro de Deuterónimo (Bíblia)
<b>DUDH</b>	Declaração Universal dos Direitos Humanos
<b>Ef</b>	Livro da Carta aos Efésios (Bíblia)
<b>EMRC</b>	Educação Moral e Religiosa Católica
<b>ERE</b>	Ensino Religioso Escolar
<b>Ex</b>	Livro do Êxodo (Bíblia)
<b>Gal</b>	Livro da Carta aos Gálatas (Bíblia)
<b>Gn</b>	Livro do Génesis (Bíblia)
<b><i>Ibidem</i></b>	Na mesma obra, no mesmo lugar
<b>Is</b>	Livro de Isaías (Bíblia)
<b>Jo</b>	Evangelho segundo S. João (Bíblia)
<b>Jos</b>	Livro de Josué (Bíblia)
<b>Jr</b>	Livro de Jeremias (Bíblia)
<b>LBSE</b>	Lei de Bases do Sistema Educativo
<b>Mt</b>	Evangelho segundo S. Mateus (Bíblia)
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>Op. cit.</b>	( <i>opus citatum</i> ) - obra citada
<b>Os</b>	Livro de Oseias (Bíblia)
<b>PES</b>	Prática de Ensino Supervisionada
<b>Rom</b>	Livro da Carta aos Romanos (Bíblia)
<b>Rs</b>	Livro de Reis (Bíblia)
<b>Sal</b>	Livro de Salmos (Bíblia)
<b>SNEC</b>	Secretariado Nacional de Educação Cristã
<b>UL</b>	Unidade Letiva

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	7
CAPÍTULO I: EXPRESSÕES DE FRATERNIDADE .....	10
<b>1. Conceito de fraternidade</b> .....	10
1.1. <i>Definição de fraternidade</i> .....	10
1.2. <i>Revolução Francesa e a tríade: liberdade, igualdade e fraternidade</i> .....	12
1.3. <i>A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia</i> .....	13
<b>2. Área Bíblico-Teológica</b> .....	16
2.1. <i>A fraternidade no Antigo Testamento</i> .....	16
2.1.1. <i>Da Paternidade à fraternidade</i> .....	17
2.1.2. <i>A fraternidade em Abel e Caim</i> .....	20
2.2. <i>A fraternidade no Novo Testamento</i> .....	22
2.2.1. <i>Actos dos Apóstolos</i> .....	24
2.2.2. <i>São Paulo</i> .....	24
<b>3. Perspetiva filosófica - o ser humano como ser relacional</b> .....	26
<b>4. Síntese</b> .....	31
CAPÍTULO II: A FRATERNIDADE: LIMITES E DESAFIOS .....	33
<b>1. A sociedade contemporânea: individualismo e secularização</b> .....	33
1.1. <i>O individualismo contemporâneo</i> .....	33
1.2. <i>A secularização</i> .....	36
<b>2. Construir um mundo mais fraterno. O próximo como “outro eu”</b> .....	45
2.1. <i>Propostas atuais dos últimos Papas</i> .....	46
2.2. <i>Caminhos concretos a implementar hoje</i> .....	49
<b>3. Síntese</b> .....	54

CAPÍTULO III: O CONTRIBUTO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO MORAL  
E RELIGIOSA CATÓLICA PARA A VIVÊNCIA DA FRATERNIDADE ... 56

<b>1. Especificidade da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica</b> .....	56
1.1. <i>A importância da educação integral</i> .....	57
1.2. <i>Educação Moral e Religiosa Católica</i> .....	59
1.3. <i>A Educação Moral e Religiosa Católica na escola pública e as         propostas atuais do currículo</i> .....	63
<b>2. Identidade e missão do professor de Educação Moral e Religiosa Católica</b> .....	68
2.1. <i>Perfil humano</i> .....	70
2.2. <i>Perfil cristão</i> .....	70
2.3. <i>Perfil profissional</i> .....	71
<b>3. Síntese</b> .....	73

CAPÍTULO IV: PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA NA TURMA A DO  
QUINTO ANO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MUNDÃO ..... 75

<b>1. Caracterização da Escola Básica 2/3 de Mundão e da turma de estágio</b> .....	75
1.1. <i>Caracterização da escola Básica 2, 3 de Mundão</i> .....	75
1.2. <i>Caracterização da turma</i> .....	76
<b>2. Análise das metas curriculares propostas para a leção da unidade     letiva 4 do quinto ano de escolaridade</b> .....	80
<b>3. Planificação, leção e avaliação da unidade letiva</b> .....	83
3.1. <i>Apresentação esquemática da planificação da unidade letiva</i> .....	92
3.2. <i>Avaliação da unidade letiva</i> .....	97
<b>4. Síntese</b> .....	99
<b>CONCLUSÃO</b> .....	100
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	102
<b>ANEXOS</b> .....	111

## INTRODUÇÃO

O presente relatório da Prática de Ensino Supervisionada insere-se no âmbito do Mestrado em Ciências Religiosas, área de especialização em ensino de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC), e pretende refletir sobre a dimensão da fraternidade, no contexto da sociedade contemporânea, claramente marcada pelo individualismo.

Neste relatório, propomos uma reflexão sobre a vivência da fraternidade e, ao mesmo tempo, desenhamos caminhos de encontro, reconhecendo os outros como nossos iguais e saindo dos nossos espaços narcisistas, forjando caminhos alternativos ao individualismo em que vivemos, para procurar o bem comum. Temos como fundamental o pressuposto e o objetivo de que, só no encontro com o outro, nos podemos realizar totalmente e, ao mesmo tempo, construir um mundo mais justo e com lugar para todos.

O relatório estrutura-se à volta de dois segmentos principais, que são estruturantes na formação e exercício da prática docente. O primeiro, constituído pelos dois primeiros capítulos, é essencialmente de carácter mais reflexivo, filosófico e bíblico-teológico, enquanto o segundo, constituído pelos dois últimos capítulos, no contexto da formação específica em educação, nos permitiu desenvolver competências, de carácter pedagógico-didático, essenciais para a lecionação da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

No primeiro capítulo, propomo-nos discorrer sobre o conceito de fraternidade e a sua evolução histórica, tendo como padrões os marcos da Revolução Francesa e da Declaração Universal dos Direitos Humanos. De seguida, abordamos o conceito de fraternidade no Antigo e no Novo Testamento e apresentamos alguns sugestivos contributos de Emmanuel Lévinas no que se refere à relação com o outro, com aquele que me transcende, que me convoca à responsabilidade, que me conduz à adoção de uma ética de alteridade.

No segundo capítulo, centrar-nos-emos na sociedade contemporânea, principalmente dando especial relevo ao acentuado individualismo que nela se verifica e à exacerbada autonomia do sujeito que cada vez mais se evidencia.

Neste sentido, depois de apresentarmos uma breve caracterização do individualismo em que se veem mergulhados os valores comportamentais do ser humano do nosso tempo, debruçar-nos-emos sobre o desencanto do mundo e o afastamento de Deus da esfera social. Daremos conta da progressiva redução da presença e influência do transcendente no mundo humano, em favor de uma sobrevalorização do indivíduo e das realidades terrenas, numa crescente secularização.

Salientaremos a crescente falta de fundamento para os princípios morais como uma das consequências do afastamento de Deus e das instituições que os proclamam, dando relevo em alternativa à emergência do individualismo hedonista e narcisista.

Por fim, tentaremos sistematizar algumas propostas saídas do Magistério da Igreja dos últimos Papas, estímulos de reciprocidade e compromisso que conduzem à solidariedade e à cooperação, frutos do exercício do amor fraterno.

No terceiro capítulo, debruçar-nos-emos sobre a importância da educação integral, uma educação que não negligencie o desenvolvimento humano, moral e espiritual, uma educação que dê resposta à crise de identidade que a sociedade atual atravessa. No fundo, visa-se uma educação capaz de mobilizar valores e apontar caminhos de realização e ideais de vida.

Apresentaremos aí a disciplina de EMRC e a sua missão na escola pública. Ela é, de facto, uma área de intervenção escolar que procura educar para os valores e levar os alunos a fazer uma síntese entre a fé e a cultura. É um espaço de reflexão crítica e sistemática sobre os valores espirituais e o sentido religioso da vida, proporcionando aos alunos, uma visão cristã do mundo, do ser humano e de Deus. Neste seguimento, exporemos as linhas fundamentais da identidade e da missão do professor de EMRC.

No quarto e último capítulo, tentando corresponder às exigências da Prática de Ensino Supervisionada (PES), apresentaremos uma proposta de lecionação da Unidade Letiva (UL) 4, “Construir a Fraternidade”, seguindo as matrizes curriculares da disciplina de EMRC para o 5º ano de escolaridade. Começaremos por caracterizar a escola e a turma onde decorrerá a PES, para, de seguida, procedermos à análise das metas curriculares propostas para a lecionação da UL.

Por fim, propomos a planificação da UL, lecionando-a numa turma e refletindo acerca das aprendizagens realizadas. Com efeito, um dos objetivos centrais da PES é ajudar o estagiário a desenvolver competências na área da planificação, da lecionação e da avaliação.

Para tal, vamos construir um referencial bibliográfico que acompanhará e fundamentará a nossa reflexão.

Ao iniciar uma Prática de Ensino Supervisionada, que se vai desenvolver no tempo, há toda uma expectativa relativamente à progressão possível em três grandes componentes que estruturam o nosso modo de pensar a docência: o saber saber, o saber fazer e o saber ser: impõe-se potenciar de forma decisiva a sua expressão e presença.

A vivência da fraternidade continua a ser um desafio para todos nós, uma realidade projetada, mas ainda não alcançada. É um propósito que nos leva a olhar o mundo, a esquecer a indiferença que tem caracterizado em demasia a sociedade contemporânea, um

desígnio deveras dinâmico que, por uma constante interpelação a muitos, nos conduzirá ao encontro de todos.

O tema escolhido \_ “A fraternidade”\_ motivou o nosso interesse, porque, entendemos nós, na sua vivência efetiva se encontra a solução para muitos sofrimentos da humanidade.

Que este nosso contributo provoque mais reflexão sobre o presente tema, chame a atenção para a sua capital importância para uma sã convivência humana e a todos sirva de desafio para a realização desse sonho.

## CAPÍTULO I: EXPRESSÕES DE FRATERNIDADE

Neste capítulo, indagaremos primeiramente sobre o conceito social e comum de fraternidade e a sua evolução histórica. Depois, abordaremos o conceito de fraternidade no Antigo e no Novo Testamento, a fraternidade que brota da certeza de nos sabermos todos filhos do mesmo Pai. Apresentaremos, no ponto 3, de forma sucinta, a perspectiva filosófica de Emmanuel Lévinas sobre o ser humano como ser relacional.

### 1. Conceito de fraternidade

Neste ponto, pretende-se chegar a um conceito de fraternidade. Para tal, tem interesse visitar o conceito de fraternidade ao longo da história, tendo como marcos a Revolução Francesa e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O ser humano é sempre um “ser com”, a sua existência é indissociável da existência dos seres da mesma natureza. É um ser em relação, por isso não se realiza como verdadeiro ser humano quando isolado ou fora do contexto social. A essência do existir humano é de natureza dialogal, um “eu” em frente a um “tu”. E este diálogo pode estabelecer-se apenas no âmbito humano, na fraternidade humana, ou mesmo no relacionamento com o totalmente outro.

#### 1.1. Definição de fraternidade

Etimologicamente, o termo “fraternidade” tem origem no radical latino “*frater*”, com o significado de “irmão”.

A palavra latina “*fraternitas*” é traduzida por “fraternidade” e designa o parentesco entre irmãos e a confraternização entre povos.

Ao procurarmos um significado do termo fraternidade, deparamo-nos com um conceito polissémico do qual ressalta a ideia de parentesco entre irmãos, irmandade, ou mesmo qualidade que liga membros da mesma família. Aparece com o significado de parentesco que caracteriza a relação entre irmãos, a solidariedade de irmãos, união ou convivência como irmãos, afeto ou carinho entre irmãos, amor ao próximo e harmonia entre as pessoas.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Cf. Roque CABRAL, *Fraternidade* in João Bigotte CHORÃO (dir.), *Polis – Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Antropologia, direito, economia e ciência política*, Editorial Verbo, Lisboa, 1984, col. 1597-1598.

Na sua aceção mais comum e mais lata designa o laço natural que deveria unir todos os membros da família humana. O cristianismo venceu muito esta ideia através do preceito fundamental da caridade, inculcando o amor a todos os seres humanos, mesmo aos inimigos, já que todos descendem, pela criação, do mesmo Pai, que é Deus.

A ideia de que um laço fraternal une todas as pessoas numa só família encontra-se, mais ou menos pressentida ou afirmada, em diversas doutrinas, desde tempos muito remotos, sempre porém com uma base religiosa. Sem a expressão da ambiência religiosa em que se vê envolvido, o ser humano nunca foi além da afirmação simples de uma solidariedade social.

Na antiguidade merecem especial referência o confucionismo e o estoicismo. Séneca diria que “A natureza faz de nós uma família”. E Marco Aurélio afirmou que “O universo é como uma cidade”.

Contudo, é ao cristianismo que se deve o decisivo influxo na implantação e difusão desta convicção e aspiração: a convicção de que todo o ser humano é verdadeiramente irmão e a aspiração a que todos se considerem e tratem como tal.

Partindo destas considerações, alguns elementos comuns permitem-nos uma aproximação a uma definição de fraternidade. Estes elementos comuns são: a união entre irmãos ou entre aqueles que se tratam como tal, a reciprocidade nas suas relações, o amor ou amizade ao outro, a harmonia e a paz resultante de um relacionamento fraternal, a comunidade que permite defender o interesse dos seus elementos.

A fraternidade levanta inevitavelmente a questão da comum paternidade. É pelo reconhecimento da paternidade divina que a fraternidade alcança o sentido e o fundamento que a tornam real e possível. Na Sua pessoa, doutrina e ação, Jesus Cristo veio revelar e tornar possível a fraternidade, n’Ele foi dado a conhecer ao ser humano a vocação à verdadeira fraternidade.<sup>2</sup> A fraternidade é-nos apresentada como uma categoria relacional da humanidade. O estatuto da comunidade cristã é a vivência da fraternidade (cf. Mt 23,8). Pode dizer-se que a fraternidade, enquanto relação interpessoal efetiva, fruto de conversão e de transformação humana contínua, é a nota fundamental da categoria relacional na Igreja.

Considerar todos os seres humanos irmãos é considerá-los iguais em dignidade e direitos. E, nesse mesmo sentido, considerá-los iguais significa respeitar as suas múltiplas diferenças que não prejudicam a igualdade, mas, pelo contrário, a completam e contribuem para a harmonia, na diversidade, para o bem e serviço de todos. É que a igualdade deve ser

---

<sup>2</sup> Cf. *Ibidem*, col. 1597-1598.

um dinamismo a desencadear na prática, e não só um valor a reter no plano teórico e desencarnado.

Em Cristo, todos fazemos parte do mesmo corpo, da mesma comunhão, da mesma família reunida em volta do mesmo Pai. “Não há judeu nem grego, nem circunciso, nem incircunciso, nem bárbaro nem cita, nem escravo nem livre, mas Cristo que é tudo em todos” (Col 3,11). Há irmãos. A fraternidade é o nome novo da igualdade.

Somos iguais porque somos irmãos e somos irmãos em função de um amor que nos precede. É esse amor primeiro que nos faz livres e iguais. “A fraternidade é o *mais* da liberdade e da igualdade, porque só ela faz dos não-livres e dos desiguais iguais. A fraternidade é o lugar (...) em que cada ser é ser numa relação de amor incondicionada, porque não é posta por ele, mas em que ele é posto”<sup>3</sup>. É o amor de Deus que nos torna irmãos. Somos filhos de Deus (cf. 1Jo 3,2), filhos no Filho (cf. Rom 8,17.29), membros da família de Deus (cf. Ef 2,19).

O ser humano foi criado por Deus à Sua imagem e semelhança e todos os humanos são irmãos porque provenientes da mesma e única fonte de amor. A doutrina que os cristãos recolheram e difundiram desde os inícios do cristianismo, a partir da síntese entre a filosofia grega e a mensagem bíblica, valoriza a um nível transcendente a dignidade do ser humano, divinizando-o.

### 1.2. *Revolução Francesa e a tríade: Liberdade, Igualdade e Fraternidade*

É célebre a tríade exaltada e proclamada, em sentido naturalístico, pela Revolução Francesa: *Liberté, Égalité e Fraternité* (trata-se da laicização de uma ideia-força tipicamente cristã), evidenciando que a fraternidade não deve ser apenas um sentimento vago e variável, mas sim, um laço de união entre as pessoas, fundado no respeito da dignidade pessoal e da igualdade de direitos.<sup>4</sup>

Com a Revolução Francesa, o conceito de ‘fraternidade’ foi interpretado, pela primeira vez na modernidade, como sendo o princípio natural que deve reger a relação comum entre os seres humanos.

---

<sup>3</sup> António COUTO, *Amados por Deus*, Disponível em <http://repositorio.ucp.pt/> [consultado em outubro 2014], 10.

<sup>4</sup> Cf. Manuel MORUJÃO, *Fraternidade* in António MAGALHÃES (dir.), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Editorial Verbo, Lisboa, 1969, col. 1614.

É a partir da Revolução Francesa (1789), com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão<sup>5</sup>, no mesmo ano, que os direitos humanos reassumem posição de destaque nos estados ocidentais, passando a ocupar o preâmbulo de diversas ordens constitucionais.

Para L. Dumont, citado por Renaut, a Declaração dos Direitos do Homem ao consagrar a “decomposição individualista da antiga ‘comunidade cristã hierárquica’, eleva à categoria de valores supremos as ‘implicações do individualismo’, que são a igualdade e a liberdade – a igualdade por oposição à hierarquia, pedra angular do universo holista, e a liberdade no sentido da independência tida como constitutiva da cidadania, uma vez que os seres humanos deixam de ser membros de um todo para passarem a ser simplesmente os elementos de uma sociedade atomizada”<sup>6</sup>. As sociedades individualistas veem os seres humanos como átomos autossuficientes e por isso, a relação com os outros já não é considerada como constitutiva da humanidade.

A Revolução soube inculcar as utopias mobilizadoras (liberdade, igualdade e fraternidade) teoricamente, mas não soube ou conseguiu atuar no concreto. A igualdade era parcial, apenas frente à lei e só para alguns. O capitalismo criava novas desigualdades económicas e sociais.

### 1.3. *A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) constitui, segundo João Paulo II, “um marco no longo e difícil caminho da humanidade”<sup>7</sup>, e, para Bento XVI, são o “substrato ético das relações internacionais”, defendendo que a sua “universalidade, indivisibilidade e interdependência, servem como garantia para salvaguardar a dignidade humana”<sup>8</sup>.

Todos e cada um dos direitos humanos pressupõem o dever moral do respeito pelo outro enquanto fim em si mesmo.

A Declaração tornou-se a principal fonte de inspiração de todos os movimentos que pretendiam promover os direitos humanos, e continua a ser uma referência na discussão a

---

<sup>5</sup> A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é promulgada em França a 26 de agosto de 1789 e constitui a primeira declaração de direitos e fonte de inspiração para outras que surgiram posteriormente.

<sup>6</sup> Alain RENAUT, *A era do indivíduo – Contributo para uma história da subjetividade*, Instituto Piaget, Lisboa, 1989, 73.

<sup>7</sup> Tarcisio BERTONE, *Os direitos humanos no ensino de Bento XVI. Conferência Cardeal Tarcisio Bertone por ocasião do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (5 de fev. 2009)*. Disponível em <http://www.acnsf.org.br/> [Consultado em outubro de 2014].

<sup>8</sup> *Ibidem*.

nível internacional. Surge como orientação para a afirmação e defesa dos direitos e fonte de inspiração de textos constitucionais posteriores, com o objetivo de proteger as pessoas de diversas formas de dominação e instrumentalização.

A partir da segunda guerra mundial e suas terríveis consequências, verifica-se uma viragem na consciência das nações e, no mesmo ano de 1945, a cinco de agosto, em San Francisco, é assinada a Carta das Nações Unidas que estabelece o princípio de uma promoção ou proteção internacional dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Três anos depois, a dez de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>9</sup> foi adotada com o apoio da grande maioria dos 58 países que configuravam a organização das Nações Unidas, tornando-se uma referência universal pela justiça em escala global.

Em 2008, o papa Bento XVI considera que o documento “ainda é uma referência importante para o diálogo intercultural sobre a liberdade e os direitos humanos”<sup>10</sup>.

A Declaração surge com o objetivo de construir um mundo mais fraterno, respeitando a dignidade incondicional da pessoa humana e as suas liberdades fundamentais. Logo no preâmbulo se alude à dignidade dos “membros da família humana”.

Como nos refere Bento XVI, “o futuro da humanidade deve ser uma consequência do reconhecimento da dignidade da pessoa humana, homens e mulheres, a fim de criar condições para uma vida plenamente realizada na sociedade em que vive”<sup>11</sup>. É no princípio da dignidade da pessoa humana que todos os outros princípios estão contidos, encontram fundamento e conduzem à construção de uma fraternidade global.

Como nos refere o papa Francisco, na “Idade Moderna, procurou-se construir a fraternidade universal entre os seres humanos, baseando-se na sua igualdade; mas, pouco a pouco, fomos compreendendo que esta fraternidade, privada do referimento a um Pai comum como seu fundamento último, não consegue subsistir; por isso é necessário voltar à verdadeira raiz da fraternidade”<sup>12</sup>.

Os valores do reino pregado por Jesus Cristo – a justiça, a paz, a solidariedade, a comunhão, a fraternidade – são hoje reconhecidos como valores universais, a que as culturas são sensíveis, embora, muitas vezes, com conotações diferentes. Tempos houve em que a

---

<sup>9</sup> Diz Boaventura de Sousa Santos: “Independentemente de quão remotos sejam os seus antecedentes, os Direitos Humanos, enquanto gramática decisiva da dignidade humana, só entraram nas agendas nacionais e internacionais a partir da década de 1970 e 1980”. Joaquim GONÇALVES, “Doutrina Social da Igreja Católica. Questões de fundamentação teológica e filosófica”, in *Didaskalia*, vol. XLIV, 2 (2014), 112.

<sup>10</sup> Tarcisio BERTONE, *Os direitos humanos no ensino de Bento XVI. Conferência Cardeal Tarcisio Bertone por ocasião do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (5 de fev. 2009)*, op. cit.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> FRANCISCO, Carta Encíclica *Lumen Fidei* (29 de junho de 2013), in AAS 113 (2013), nº 64.

guerra era considerada um valor de base, ir para a guerra era sinal de nobreza e de ideais elevados. Hoje vai crescendo a ideia de que a guerra é um absurdo inútil, enquanto a paz aparece como uma aspiração de base e de realização da pessoa humana, um valor absoluto a defender. Os esforços feitos no sentido do desarmamento e do diálogo são expressão da vocação à paz que caracteriza o nosso tempo.

Cresce a consciência da necessidade de uma nova ordem mundial que estabeleça novas regras de convivência entre os povos: uma nova ordem que defina as relações políticas, económicas e culturais em termos jurídicos e vinculativos, promovendo a participação, a igualdade, a liberdade, a cooperação, a ajuda fraterna e a solidariedade, com a finalidade de tornar possível esta nova ordem mundial; cresce a consciência da necessidade de uma autoridade mundial moral, capaz de intervir, de maneira equitativa e não para defender interesses económicos, com vantagens só para alguns. A ONU é expressão dessa aspiração.

Sente-se a necessidade de mudar as estruturas que produzem as atuais desigualdades e de criar um novo modelo de sociedade que dê outro rosto ao nosso mundo. É neste sentido que se orientam as múltiplas iniciativas que têm por fim a criação de novas estruturas de solidariedade, de ajuda mútua, de mercado comum, de comércio justo, de supressão de barreiras, como as Organizações Não Governamentais (ONG's) e todos os movimentos que se criam à margem da comum ordem estabelecida. Construir uma nova ordem mundial: a passagem de uma justiça individualista para a afirmação da pessoa e dos seus direitos, para uma justiça estrutural e internacional assente na fraternidade dos povos.

A Carta dos Direitos Fundamentais,<sup>13</sup> promulgada pela Europa, reúne os direitos civis e políticos, económicos e sociais dos cidadãos europeus, é constituída por 54 artigos, divididos em 7 capítulos: dignidade, liberdades, igualdade, solidariedade, cidadania, justiça e disposições gerais, não fazendo referência à fraternidade.

Assenta nos princípios da democracia e do estado de direito, constitui um esforço de interpretar a dignidade da pessoa humana no tempo presente, um contributo europeu para uma discussão mundial sobre a dignidade da pessoa humana. A dignidade humana passa a ser direito fundamental, conteúdo normativo. A dignidade humana tem carácter inato e inalienável, o indivíduo não dispõe da sua dignidade nem pode renunciar a ela nem a parte dela. A dignidade humana salvaguarda a humanidade no que é único e ao mesmo tempo comum a todos os humanos.

---

<sup>13</sup> A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia foi elaborada (1ª proclamação) em 7 de dezembro de 2000, sofreu alterações (2ª proclamação) a 12 de dezembro de 2007, passando a fazer parte integrante do Tratado de Lisboa. Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 1 de dezembro de 2009, a Carta passou a ter força de Lei.

Apesar de se proclamarem várias cartas e declarações de direitos universais, as escravidões continuam. Como nos refere o papa Francisco, na Mensagem para o Dia Mundial da Paz deste ano, “milhões de pessoas são privadas da liberdade e constrangidas a viver em condições semelhantes às da escravatura”<sup>14</sup>, enumerando os grupos de pessoas mais atingidos pela escravatura atual, designadamente, trabalhadores, crianças, migrantes, explorados sexuais, mulheres obrigadas a casar-se, pessoas que são objeto de tráfico e rapto. Seres humanos vulneráveis, indefesos e pobres, que, na ânsia de um futuro mais promissor, se veem atraídas e acabam vítimas de redes criminosas de tráfico de pessoas.

Por um lado, as várias Declarações dos Direitos do Homem indicam a consolidação a nível mundial de uma sensibilidade moral mais diligente em reconhecer o valor e a dignidade de cada ser humano enquanto tal, por outro lado, a estas proclamações contrapõe-se, nos factos, a sua trágica negação.<sup>15</sup>

O papa João Paulo II afirma mesmo que as declarações surgem como um “estéril exercício retórico” e são negadas na prática, pela errada conceção de liberdade que exalta o indivíduo e não o predispõe para a solidariedade e serviço ao outro. Uma conceção de liberdade totalmente individualista que acaba por ser a liberdade dos mais fortes contra os mais fracos.<sup>16</sup> É um percurso que não predispõe para a construção da fraternidade.

## **2. Área bíblico-teológica**

Neste ponto, podemos perceber que a revelação de Deus, no percurso dos textos da Sagrada Escritura, segue a lei da progressividade, como manifestação clara de uma sábia pedagogia divina. De um Deus distante, transcendente e longínquo, que parece inspirar temor, não só pela distância a que se posiciona, mas também pelo pouco conhecimento que acerca d’Ele é permitido ao ser humano expressar, vai-se chegando paulatinamente a um Deus tido e sentido como próximo, um Deus que é Pai, um Deus que é Amor.

### *2.1. A fraternidade no Antigo Testamento*

No Antigo Testamento sublinhamos uma linguagem preparatória e progressiva da revelação plena de Deus, que virá a ser alcançada no Novo Testamento.

---

<sup>14</sup> FRANCISCO, *XLVIII Mensagem para o Dia Mundial da Paz 2015*. Disponível em <http://w2.vatican.va/>, [Consultado em jan. 2015], nº3.

<sup>15</sup> Cf. JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Evangelium Vitae* (25 de março 1995) in *AAS* 87 (1995), nº18.

<sup>16</sup> Cf. *Ibidem*, nº19.

O Deus que se revela a Moisés no monte Sinai (Yahweh – “Eu sou Aquele que sou” ou Eu sou Aquele que é (cf. Ex 3,14.)), ainda não revela a sua essência, mas prova a sua existência pelo amor e proteção que manifesta aos seus seguidores. Aliás, esta revelação que Deus faz de Si mesmo, não terá tanto a ver com a sua essência ou identidade ao nível ontológico, mas antes, e sobretudo, com a sua ação e a sua forma de presença e relação para com o seu povo a quem acaba de libertar da escravidão do Egito. Deus revela a sua vontade e poder para libertar o povo que escolheu, ao invés da impotência e caducidade dos poderes dos mágicos egípcios politeístas.

Nesta perspetiva, estreita-se de tal forma a ligação entre Deus e o seu povo que se vai criando aos poucos um apertado leque de relações que se exprimem cada vez mais nas tradicionais expressões familiares.

#### 2.1.1. Da paternidade à fraternidade

O Antigo Testamento dá poucas vezes o título de “Pai” a Deus, mas deixa os elementos para que o Novo Testamento venha a apresentar Deus como nosso Pai. Por isso, podemos afirmar que a revelação de Deus-Pai no Antigo Testamento é ainda incompleta e deve ser vista sempre na linha de um processo pedagógico empregado por Deus e que se plenificará ulteriormente.

Como afirmação ou declaração, “já no Antigo Testamento se verifica uma preparação para começar a compreender o espírito filial, pondo-o em conexão com a paternidade divina; contudo, está bem longe do tom invocativo e pessoal que assumirá no Novo testamento”<sup>17</sup>.

Em suma, “o Deus da Bíblia é Pai no sentido de ser o criador, como o encontramos nos relatos da criação, mas não no sentido de procriador. E aqui temos a grande novidade em relação a todos os povos vizinhos de Israel”<sup>18</sup>. Este será um primeiro nível de relação a registar.

É por aí que começa a Escritura: no primeiro livro da Bíblia o ser humano surge como criatura de Deus, “feito à Sua imagem e semelhança”, qualificada por Deus como “muito boa”. E esta é a sua primeira relação existencial, prévia à relação humana.

Em seguida, não em termos cronológicos, mas essencialmente lógicos, descobre-se uma bondade ainda não plenamente atingida, mas em dinâmica de conquista, na afirmação: “Não

---

<sup>17</sup> Manuel MATOS, *Interpretação Trinitária do Pai Nosso – O Espírito Santo e Espírito de filiação à luz do Trinitate e de outros escritos de Santo Agostinho*, Universidade Católica Editora, Coimbra, 2004, 59.

<sup>18</sup> Herculano ALVES, “Imagens de Deus no Antigo Testamento”, in *Bíblica*, XXI Semana Bíblica Nacional, Ano VII, nº 7 (1998) 60.

é, de facto, bom que o homem esteja só” (Gn 2,18). Com esta indicação, “a intencionalidade do criador pretende instaurar uma racionalidade de rutura, de alteridade e de distanciamento, para evitar que o ser humano se feche no autismo, na tirania, na autossuficiência”<sup>19</sup>. Por isso, lhe dá um “auxílio”. O ser humano deve ser o “auxílio” do outro ser humano. O ser humano não foi criado para viver isolado. Deus colocou o ser humano em relação com o outro. “O ser humano existe em relação com as outras pessoas, com Deus, com o mundo e consigo mesmo. É um ser relacional”<sup>20</sup>.

O ser humano foi criado para o amor, para a comunhão, para a relação e só dessa forma se realiza plenamente. Ninguém se realiza sozinho, ninguém se basta a si próprio, todos são criados para partilhar a vida, para o amor. O ser humano vem de Outro e realiza-se com os outros. Esta é a grande verdade esquecida nesta cultura secular e moderna que se centra unicamente no indivíduo e se vive em termos de exclusividade. Deste modo, se põe em causa a bondade querida por Deus desde o princípio.

É a partir da compreensão de Deus como criador do mundo e depois também como criador de um povo (concreto), como se verifica na experiência do primeiro êxodo, que se exprime a ideia de paternidade pela qual se justifica a fraternidade universal. Este será, histórica e sequencialmente, um segundo nível. Para os judeus, a fraternidade depende, assim, da comum eleição por parte de Deus e expressa-se por um grande sentido de união e solidariedade. Vemos, então, no povo, um sentido espiritual do conceito de fraternidade.

Israel aprendeu a conhecer-se como uma irmandade do povo de Deus. Já no antigo oriente os reis aliados de povos distintos se chamavam “irmãos” (1Rs 9,13). Os pactos com os estados estrangeiros denominavam-se “pactos fraternos” (Am 1,9). Via os patriarcas, e os filhos deles nascidos, como aliados e como irmãos (Gn 27). Assim, já em Ex 2,11, os membros do povo, durante a permanência no Egito, são chamados irmãos (cf. Gn 16,12; Dt 2,4). Mas acima de tudo, o povo sentia-se unido, de modo especial, pela sua história de salvação, como filhos de Yahweh (Jos 24), formando um povo de irmãos que procedia dos seus patriarcas (Gn 29) e que se concretizava nas disposições da aliança. Esta consciência de irmandade<sup>21</sup> trazia consequências para a relação humana entre cada um dos seus membros

---

<sup>19</sup> António COUTO, *O Livro do Génesis*, Letras e Coisas, Santa Maria da Feira, 2013, 70-72.

<sup>20</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *Comunhão e serviço: a pessoa humana criada à imagem de Deus* (2004). Disponível em <http://www.vatican.va/> [Consultado em dezembro de 2014], nº 10.

<sup>21</sup> O termo “irmandade” aparece uma única vez no Antigo Testamento (Zac 11,14) para designar a união dos estados de Judá e Israel.

(Dt 15,1; Dt 24,7; Dt 23,20), de tal forma que a relação que se funda em Yahweh tem mesmo preferência sobre a irmandade carnal (Dt 13,7).<sup>22</sup>

A consequência ética da paternidade de Deus é a evidente fraternidade e igualdade entre todos os filhos deste único Pai.

De facto, Deus é o Pai da comunidade (do povo), um povo que Ele elegeu. A relação de Pai-filho existe em consequência direta do ato de eleição e não de um ato de criação; depende da relação jurídica da aliança proposta e estabelecida no Sinai, mas ultrapassa-a e aprofunda-a mesmo.

No Antigo Testamento, são raras as vezes em que se designa Deus como Pai (quinze vezes em Jeremias), contudo, aparece com frequência a comparação de Yahweh como um “Pai” ou como uma “Mãe”<sup>23</sup>. Um Deus Pai/Mãe é a imagem que nos é apresentada pelos profetas. Surge como pai do povo ou como pai do responsável do povo (o rei).

O epíteto de Pai é referido também para definir a nova paternidade divina relativamente à criação do povo de Israel, no contexto do novo êxodo, nos finais do exílio da Babilónia, mais do que propriamente em relação ao resto do mundo (Cf. Is. 63,15-19).

Para Israel, agora, neste terceiro nível de implementação da relação, Deus apresenta-se como o redentor, ou o vingador de sangue, aquele que restitui a vida e a dignidade ao seu povo.

Os profetas apresentam expressões que sublinham a preocupação de Deus pelos seus filhos: “Quando Israel era um menino, eu o amei e do Egito chamei o meu filho” (Os 11,1); “fui eu, contudo, quem ensinou Efraim a caminhar, eu os tomei em meus braços, mas não reconheceram que eu cuidava deles!” (Os 11,3); “será Efraim para mim um filho tão querido, uma criança de tal forma preferida, que cada vez que falo nele quero ainda lembrar-me dele? É por isso que minhas entranhas se comovem por ele” (Jr 31,20); “esquece a mulher a sua criancinha de peito? Mesmo que ela se esquecesse, eu não te esquecerei” (Is 49,15).

Em Oseias, os termos “filho” e “irmão” empregam-se para designar a relação de Deus com o seu povo e dos elementos do povo entre si (Os 2,1-3). Podemos ver aqui a passagem de um parentesco carnal à fraternidade espiritual.

Na esfera religiosa o parentesco carnal passa totalmente a segundo plano, dando lugar à relação fraterna dentro do povo: em Dt 15,2-3.9, exige-se o amor ao irmão necessitado. Em

---

<sup>22</sup> Cf. Hans WOLFF, *Antropología del Antiguo Testamento*. Ediciones Sígueme, Salamanca, 2001, 249-250.

<sup>23</sup> Manuel MATOS, *Interpretação Trinitária do Pai Nosso*, op. cit., 55.

Sal 22,23, “Anunciarei o vosso nome aos meus irmãos”, os irmãos são já claramente os membros da comunidade de Israel.

Da paternidade e da filiação resulta a fraternidade.

### 2.1.2. A fraternidade em Abel e Caim

A narrativa de Abel e Caim (Gn 4) é uma história da relação entre dois tipos de cultura (a agrícola e a pastoril, profissões e estruturas sociais distintas), apontada às origens, mas representativa seguramente de uma época muito mais recente, na qual se entrelaçam estas duas formas de civilização e se sobrepõe a primeira, de expressão mais sedentária e menos nómada, superando ou matando a segunda.

Há nesta narrativa uma apreciação muito subtil, feita pelo narrador: a relação dos progenitores destas duas personagens acontece já fora do paraíso, o que denuncia uma perturbação que justificará posteriores perturbações nas suas vidas, como é o caso das duas profissões e dos dois altares em que apresentam as suas ofertas a Deus (Cf. Gn 3,24 – 4,1).<sup>24</sup> É a rutura da fraternidade humana que se consumará no homicídio. A inveja e o ciúme são apenas passos nesta trágica direção.

Caim representa as fraturas sociais, bem como o ódio e o homicídio que delas derivam. Abel converter-se-á na imagem do mesmo Cristo, magoado pelo ódio da humanidade, mas resplandecente na Glória de Deus<sup>25</sup>.

Apesar de inúmeros aspetos que os diferenciam (nas atividades e mesmo na forma como se relacionam com Deus), a sua vocação primeira é serem irmãos. A humanidade tem em si inscrita a vocação à fraternidade, contudo são muitos os atentados à comunhão e à relação fraterna.

As relações entre os seres humanos são sempre relações de irmãos. Por isso, todo o homicídio é um fratricídio, acentuando ainda mais a perversidade do ato cometido.

Neste fratricídio, a Bíblia condena a violência social, e Caim é símbolo de uma violência deliberada e consciente. Esta condenação expressa-se na pergunta de Deus “Onde está o teu irmão?” (Gn 4,9), e não “onde estás tu?”, como ocorrera depois da desobediência das origens. A responsabilidade perante Deus é responsabilidade pelo ser humano, é uma questão social, acerca do ser humano<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> Cf. Gerhard VON RAD, *El libro del Génesis*, Sígueme, Salamanca 1982<sup>2</sup>, 125-126.

<sup>25</sup> Gianfranco RAVASI, *Guía espiritual del Antiguo Testamento. El libro del Génesis (1-11)*, Herder, Barcelona, 1992, 121-122.

<sup>26</sup> Cf. Gerhard VON RAD, *El libro del Génesis, op. cit.*, 127.

Caim recusa reconhecer-se como irmão, cuidando e protegendo; recusa o vínculo da fraternidade, por inveja, ciúme, egoísmo... A sua resposta é tão surpreendente quão displicente: “Hei de eu ser o guarda do que guarda o gado?” (cf. Gn 4,9). Caim recusa-se a assumir a responsabilidade que cada ser humano tem pelo outro. Mostrando indiferença e arrogância, nega o vínculo do sangue. Apesar de serem irmãos, de terem a mesma dignidade, vê-se uma rejeição radical à vocação de irmãos, pelo pecado. A Sagrada Escritura revela que, desde os inícios da história humana, sentimentos fraticidas estão presentes no ser humano, “o homem torna-se inimigo do seu semelhante”<sup>27</sup>. Contudo, nós somos responsáveis pelo sofrimento do outro, pois somos solidariamente culpados pelo que de mal uns humanos possam fazer a outros humanos. A responsabilidade conduz à compaixão, ser capaz de colocar-se no lugar do outro. Sofrer pelo outro é a manifestação máxima do amor-agapê, dando a vida ao irmão e pelo irmão.<sup>28</sup>

A pergunta do Senhor “que fizeste?” (cf. Gn 4,10) é dirigida a todo o ser humano para que tome consciência dos atentados à vida e reflita sobre as suas consequências, mas não só sobre os atos praticados, mas também sobre as boas ações não praticadas. “Que fazes tu pelo teu irmão que sofre?”, “Que atos de amor tens para com o teu irmão?” Quanto sofrimento, quanta dor poderia ser evitada, se a indiferença e o individualismo não se sobrepusessem ao amor fraterno.

A história de Caim e Abel constitui o símbolo do problema universal das relações interpessoais entre os seres humanos. A inveja, o ódio, a cobiça, a violência homicida são as insígnias mortais que surgem no seio da família humana, mas os acontecimentos inter-humanos não se esgotam em si próprios, Deus guia os passos dos irmãos para que passem do ódio à reconciliação.

Em cada ato de violência para com o nosso irmão “é violado o parentesco ‘espiritual’ que congrega as pessoas numa única grande família, sendo todos participantes do mesmo bem fundamental: a igual dignidade pessoal”<sup>29</sup>.

O ser humano, usando mal a sua liberdade, esquiva-se, foge, não reconhece as suas falhas (cf. Gn 4,9) e mentindo, “não sei dele”, procura encobrir o crime. O que, como nos refere João Paulo II, “continua a verificar-se quando os seres humanos se servem das mais diversas ideologias para justificar e mascarar os crimes mais atrozes contra a pessoa”<sup>30</sup>.

---

<sup>27</sup> CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, nº 2259.

<sup>28</sup> Cf. João DUQUE, *Do sentimento de si ao sentimento do outro*. Disponível em <http://repositorio.ucp> [Consultado em set. de 2014], 28.

<sup>29</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Evangelium Vitae*, nº8.

<sup>30</sup> *Ibidem*, nº8.

O sangue de Abel fala, clama pela morte dos inocentes, o grito dos oprimidos sobe até Deus. A falta de diálogo torna-se homicídio. A morte é a falta de diálogo em todos os sentidos.

Como refere João Paulo II “sim, todo o homem é ‘guarda do seu irmão’, porque Deus confia o homem ao homem”, por isso a liberdade que Deus lhe dá tem uma “dimensão relacional essencial”<sup>31</sup>.

Só diante do Senhor, o ser humano (Caim) toma consciência da gravidade dos seus atos: “A minha culpa é grande demais (...)” (Gn 4,13-14), mas se o ser humano atual nega a existência de Deus como poderá reconhecer o seu pecado? “Quando declina o sentido de Deus, também o sentido do ser humano fica ameaçado e adulterado”<sup>32</sup>.

O ser humano esquece a responsabilidade que tem, não em responder apenas a si mesmo e por si mesmo pelos atos que pratica, mas sobretudo em responder ao Outro e aos outros.

Caim diz não saber do seu irmão e este “não saber” é não responder ao Outro e pelo outro, numa definição da indiferença. “Tendo eliminado o outro, Caim fica condenado a errar pelo mundo à procura de si mesmo. Porque se é a alteridade que permite que alguém se conheça a si mesmo, como é que aquele que elimina o outro por inveja e por ciúme se pode encontrar a si mesmo”<sup>33</sup>.

“Caim não compreende que a presença do outro é vital para ele, porque é dele que recebe a sua vida”<sup>34</sup>. O ser humano, movido pelo grande egoísmo, acredita que aquilo que é dado ao outro lhe é tirado a si.

## 2.2. *A fraternidade no Novo Testamento*

No Novo Testamento, a palavra “Pai” surge mais ou menos cento e setenta vezes nos lábios de Jesus.<sup>35</sup> Perante os seus adversários, a referência a Deus como Pai, por parte de Jesus, é um dos traços mais “chocantes” e “provocadores” do seu discurso. Ao invocar Deus como Pai, Jesus manifesta a consciência da relação pessoal e absolutamente única que tem com Deus seu Pai. Para as primeiras comunidades cristãs esse traço surge muito cedo como um dado fundamental.

---

<sup>31</sup> *Ibidem*, nº19.

<sup>32</sup> *Ibidem*, nº22.

<sup>33</sup> António COUTO, *O Livro do Génesis*, Letras e Coisas, Santa Maria da Feira, 2013, 112-113.

<sup>34</sup> *Ibidem*, 130.

<sup>35</sup> No Novo Testamento, Deus é designado ou invocado como Pai duzentas e setenta e três vezes, duzentas e vinte em relação a Jesus e cinquenta e três em relação aos homens (cf. Fernando VENTURA, “Deus Pai, revelado em Jesus Cristo”, in *Bíblica*, XXI Semana Bíblica Nacional, Ano VII, nº 7 (1998), 76.

Jesus ensina o que vive, revela a verdade da paternidade divina, mostra o rosto de Deus como Pai, acrescentando que a relação verdadeira e essencial entre todos os seres humanos é a fraternidade: Um só é o vosso Pai e vós sois todos irmãos (cf. Mt 23,8-9). De facto, a Bíblia conta-nos como Deus vem, com amor de Pai, ao encontro dos seus filhos.<sup>36</sup> E Jesus revela Deus como Pai precisamente a partir da explicitação progressiva da sua relação com Ele.

No Novo Testamento, a grande novidade em relação ao Antigo encontra-se justamente no facto de Deus surgir como Pai do indivíduo, de todos e de cada um de nós em particular, enquanto no Antigo Testamento era visto apenas como Pai do povo, do coletivo.

Deus entrega-nos o Seu Filho para que Ele não fosse só o supremo revelador do Pai, mas também a plenitude da revelação, na sua própria pessoa. Jesus conhece Deus como Pai e transmite-o com palavras e obras: “Se me conhecêsseis, conheceríeis também o meu Pai” (Jo 8,19).

É o próprio Jesus que o dá a conhecer como Pai, ensinando os seus discípulos a dirigirem-se a Ele chamando-o Pai. A oração do “Pai Nosso” acentua o carácter universal da paternidade divina numa superação de todas as barreiras, tornada possível pelo espírito de filiação. Chamar a Deus de “Pai nosso” coloca o orante em contexto comunitário com todos os que fazem a mesma invocação, ultrapassando qualquer espécie de divisões.<sup>37</sup> Ao rezar o Pai Nosso há uma libertação do individualismo, uma vez que se verifica uma preocupação comum por todos os seres humanos. Podemos assim afirmar que a fraternidade surge como dinamismo fundamental do evangelho.

Conhecer Deus como Pai deve efetivamente modelar as atitudes do crente e levar à tomada de consciência de que o orante se insere numa comunidade de irmãos.

Jesus Cristo reconhece-se e é reconhecido como Filho do Pai que está nos céus. Ele vem para nos revelar o Amor do Pai pela humanidade e todo aquele que o escuta e acolhe, torna-se para Ele “irmão, irmã e mãe” (Mt 12,50) e por consequência filho adotivo de seu Pai (cf. Ef.1,5). E é o próprio Jesus que nos comunica o amor paternal e fontal<sup>38</sup> de Deus e nos convida a entrar nesta relação perfeita de amor, a vida da “família de Deus”, que tem um sentido muito mais amplo que “povo de Deus”. Pela fé, os cristãos tornam-se filhos e filhas de Deus (Rom 8,14; 2Cor 6,18; Gal 3,26) e exige-se o amor ao irmão.

---

<sup>36</sup> Cf. CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática *Dei Verbum*, in AAS 58 (1966), nº21.

<sup>37</sup> Cf. José Ornelas DE CARVALHO, “Ousamos dizer ‘Pai Nosso’”, in *Bíblica*, XXI Semana Bíblica Nacional, Ano VII, nº 7 (1998) 112.

<sup>38</sup> Cf. Deus é amor, está na origem de todo o amor e é a fonte do amor entre os irmãos (cf. António COUTO, *Carta Pastoral - Ide e construí com mais amor a família de Deus*, Lamego, 27 de setembro de 2014, nº 2).

### 2.2.1. Actos dos Apóstolos

No livro dos Actos dos Apóstolos, Lucas apresenta-nos um retrato das primeiras comunidades cristãs, alicerçadas no amor fraterno, que nos narram a história da Igreja nascente. Vemos a preocupação de cada cristão em levar por toda a parte o testemunho da sua fé, em ser “sal da terra” e “fermento” na massa. Aderir à fé significava espalhar de imediato à sua volta o segredo e a alegria dessa mesma fé, traduzindo-a em atos e palavras na vida quotidiana. A partilha dos bens, o cuidado com os pobres, a hospitalidade generosa dos irmãos em viagem, tudo emanava de uma fé vivida em comum: de um ideal, a fraternidade cristã tornava-se uma realidade efetiva.

Não precisavam de preceitos para celebrar os seus ministérios, pois no exemplo e ensinamentos de Cristo encontravam a razão da sua vida.

A vida cristã bem alicerçada em Cristo era o fundamento dos seus encontros fraternos (cf. Act 2,42). Era uma comunidade apostólica, centrada na Palavra de Deus transmitida, comentada e interpretada pelos apóstolos. Tal comunidade distinguiu-se pelo calor da comunhão fraterna: “vede como eles se amam”, exclamavam as pessoas. Esta comunhão tem as suas raízes na comunhão no Senhor, na Sua Palavra, no Seu Espírito, na Sua Eucaristia. Reuniam-se para a fração do pão, para celebrar o “memorial do senhor” (cf. Act 12,12).

Os primeiros cristãos chamavam-se entre si irmãos e irmãs. Esta terminologia foi perdendo a sua força ao longo dos séculos, para designar hoje apenas os membros das comunidades religiosas. Este empobrecimento de vocabulário enfraqueceu a consciência de fraternidade dos cristãos.

A Igreja-Mãe de Jerusalém estava bem assente em quatro pilares: o ensino dos Apóstolos, a comunhão fraterna, a fração do pão e a oração. Era uma comunidade que não estava fechada em si, mas estava voltada para fora.

### 2.2.2. São Paulo

Nas cartas de São Paulo descobrimos que a partir do batismo, novo nascimento, “regenera-se a fraternidade como vínculo fundante da vida familiar e alicerce da vida social”<sup>39</sup>. Todos os que se converteram entraram na fraternidade dos primeiros cristãos.

---

<sup>39</sup> FRANCISCO, *Mensagem para a celebração do XLVIII Dia Mundial da Paz* de 1 de janeiro de 2015, Disponível em <http://w2.vatican.va/> [Consultado em fev. 2015], n° 2.

Ninguém é excluído, “judeu, grego, escravo, livre...”(Gal 3,28; Cor 12,13). A multiplicidade de diferenças não diminui a dignidade de cada um, nem o exclui da família. “Por isso, a comunidade cristã é o lugar da comunhão vivida no amor entre os irmãos”<sup>40</sup>.

São Paulo identifica o irmão com o próximo, todos os cristãos, irmãos de Jesus Cristo, caminhando para uma fraternidade universal (Rm 8,29). Afirmando a coesão e identidade do grupo.

São Paulo utiliza inúmeras vezes a palavra “irmão”<sup>41</sup>, para se referir às comunidades às quais escreve, utilizando o termo preferencialmente na saudação, adjetivado com o qualificativo “caríssimo” ou “muito amado”. Uma linguagem próxima, de grande afetividade, recordando à comunidade a sua relação fraternal.

A noção de irmão é, sem dúvida, uma das bases mais importantes da construção das comunidades paulinas. A partir de Rom 8,29 ss surge, com clareza, a ideia de que a nova fraternidade é possibilitada e modelada pelo primogênito dos irmãos, Jesus Cristo. Esta fraternidade é regida pelo amor.

A compreensão especificamente cristã do conceito de irmão é expressa pela união com ágapê: a comunidade espiritual funda-se no amor que, a partir de Deus, cria uma nova realidade entre os seres humanos.

Como nos diz Joaquim Gonçalves, “O Deus trinitário, uma infinita dinâmica de amor, processando-se em unidade e diferença, conduz-nos à ideia de um ser de manifestação, a qual ilumina o impulso evangélico em direção ao outro, por isso, modelo de comunidade e de irradiação universal”<sup>42</sup>.

O papa Francisco ensina-nos que “uma verdadeira fraternidade entre os seres humanos supõe e exige uma paternidade transcendente”<sup>43</sup>. É aqui que tudo nasce e se vivifica. É aqui que se estabelece o ponto de partida da construção da grande família humana.

---

<sup>40</sup> *Ibidem*, nº 2.

<sup>41</sup> A palavra irmão surge trezentas e quarenta e sete vezes no conjunto do Novo Testamento, das quais noventa e sete vezes nos Evangelhos, cinquenta e sete vezes nos Actos dos Apóstolos, cento e treze vezes nas Cartas Proto-paulinas e setenta e seis vezes nos restantes escritos. Afirmando assim a importância dada ao termo, não só com significação centrada no vínculo de sangue, mas de ordem espiritual, descrevendo um sentido de pertença a um grupo. Os irmãos designam os cristãos. (Horst BALZ e Gerhard SCHNEIDER, *Diccionario Exegetico del Nuevo Testamento*, Ediciones Sígueme, Salamanca, 2012<sup>3</sup>).

<sup>42</sup> Joaquim GONÇALVES, “Doutrina Social da Igreja Católica. Questões de fundamentação teológica e filosófica”, in *Didaskalia*, vol. XLIV, 2 (2014), 114.

<sup>43</sup> FRANCISCO, *Mensagem para a celebração do XLVII Mundial da Paz* de 1 de janeiro de 2014, nº 1.

### 3. Perspetiva filosófica – O ser humano como ser relacional

Na atualidade, vemos que o ser humano procura conhecer-se pela introversão, pela descoberta isolada de si mesmo, sem relação com o outro, contudo sabemos que a identidade pressupõe a existência da diferença. Só no processo de relacionamento interpessoal é que nos podemos conhecer e construir a nossa identidade. Nós somos o resultado da constante interação com os outros.<sup>44</sup>

Procuramos através de alguns escritos de Emmanuel Lévinas compreender o seu pensamento filosófico da relação com o outro e a ética da alteridade, a abertura ao outro.

Pretendemos apresentar a categoria da alteridade, presente no pensamento de Emmanuel Lévinas, como fundamento da ética. Uma ética da responsabilidade pelo outro, com abertura e promoção da relação com o outro, como interpretação voltada para o outro enquanto outro.

Procuramos assim combater, através dos estudos de Lévinas, a negação da identidade do outro, da sua individualidade, mesmo que isso valesse uma certa afirmação da nossa.

Lévinas parte do princípio que o ser só encontra sentido na relação com o outro, não uma relação qualquer mas uma relação responsável que não pode, de modo algum, reduzir o outro ao mesmo. O outro deve ser compreendido antes de qualquer razão, elevando assim a alteridade à posição primeira.

Para Lévinas, refletindo sobre os regimes totalitários e imperialistas, que culminaram em tragédias como o holocausto, a guerra é a consequência mais cruel do individualismo. Criticando acerrimamente o pensamento ocidental, pensamento totalizante que caracteriza a modernidade, onde reina a competição e o individualismo, realça que ele é um obstáculo à realização da alteridade.<sup>45</sup> A identidade do outro é reduzida à identidade do *eu*.<sup>46</sup>

Assim, propõe uma nova forma de pensar o outro, através do corte com a subjetividade fechada.

O seu pensamento surge como uma mais-valia para compreender a importância da preservação e respeito da irredutibilidade do outro, na perspectiva de sair do ser em si mesmo e abrir-se ao outro. Mas, para que aconteça a sociabilidade, o encontro com o outro, é necessário sair de si e ser-para-o-outro, assumir a responsabilidade ética por ele.<sup>47</sup> Nós

<sup>44</sup> Cf. João DUQUE, “Textos e identidades”. Disponível em <http://www.academia.edu/> [Consultado em dezembro de 2014], 3.

<sup>45</sup> Alteridade (do latim *alter*, estado ou qualidade do que é outro, distinto, diferente) – relação do eu com o absolutamente outro, sem se tornar objeto de domínio do eu, preservando a sua diferença. A antropologia da alteridade expressa-se através da afirmação do ser humano como um ser para o outro. A pessoa é uma realidade aberta.

<sup>46</sup> Cf. Emmanuel LÉVINAS, *Totalidade e Infinito*, Edições 70, Lisboa, 2014<sup>3</sup>, 34.

<sup>47</sup> Cf. Emmanuel LÉVINAS, *Ética e Infinito*, Edições 70, Lisboa, 1982, 208.

somos responsáveis pelos outros. “O étimo de ‘responsabilidade’ remete para ‘resposta’, e, se é verdade que eu posso responder também a mim mesmo, a minha responsabilidade realiza-se sobretudo quando há verdadeira alteridade”<sup>48</sup>.

O *eu* precisa do outro para se conhecer e, na relação, torna-se refém do outro, despoja-se de si, tornando-se responsável por si no movimento ser-com-o-outro.<sup>49</sup> Lévinas propõe que o *eu* se coloque no lugar do outro, construindo um *eu-com-o-outro*.

A partir da relação responsável com o outro, Lévinas propõe a ética da alteridade, uma ética instaurada na relação inter-humana. “Desde que o outro me olha, sou por ele responsável, sendo responsável pela sua responsabilidade”<sup>50</sup>.

O Rosto<sup>51</sup>, como eminência do outro, convida o *eu* a uma responsabilidade incondicional<sup>52</sup>, compreendendo o outro como absolutamente outro e não a partir da minha própria ipseidade, ou seja, o outro como outro *eu*. “O modo como o outro se apresenta ultrapassa a ideia de outro em mim, chamamo-lo, de facto, Rosto”<sup>53</sup>.

Reconhecer o outro, que é outrem, conduz a uma relação de convivência, como expressão da fraternidade e responsabilidade. Eu sou responsável pelo outro, respondo eticamente por ele.<sup>54</sup>

O encontro com o Rosto do outro leva-nos a um exame de consciência, impelindo-nos a sair e redescobrir todos os rostos, o excluído, o oprimido, e remete-nos a servir o outro. A consciência ética é a voz do outro que nos interpela a sermos de determinado modo.

A fraternidade ganha sentido no rosto do outro, que é sempre um irmão, o que implica o reconhecimento da universalidade da família humana. A responsabilidade pelo outro faz

---

<sup>48</sup> António COUTO, *O Livro do Génesis, op. cit.*, 23.

<sup>49</sup> Cf. Emmanuel LÉVINAS, *Ética e Infinito, op.cit.*, 43.

<sup>50</sup> *Ibidem*, 88.

<sup>51</sup> Pela figura do Rosto, Lévinas quer traduzir a presença do Infinito no finito. É mais que uma centelha de infinito, é o infinito nele mesmo, é a expressão que dá significado à ética da alteridade de Lévinas.

<sup>52</sup> Cf. Emmanuel LÉVINAS, *Totalidade e Infinito, op. cit.*, 208.

<sup>53</sup> *Ibidem*, 38.

<sup>54</sup> Na mesma linha de pensamento, Leonardo Boff vê o ser humano como um ser dialogal, um ser em relação, um ser com uma estrutura fundamental que “consiste no *e*. Ser ele *e* mais o diferente dele, com o qual comunica. Homem como varão *e* mulher, homem *e* mundo, homem-eu *e* o não-eu dentro de mim, homem-eu *e* tu, homem *e* sociedade, etc.”(Marcos JESUS, “Leonardo Boff: Antropologia, ontologia, cosmologia, ética e mística”. Disponível em [www.ecsbdefesa.com.br/fts/boff.pdf](http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/boff.pdf) [Consultado em novembro 2014], 5). Em relação ao ser humano devemos ter sempre presente a conjugação *e* e não o *ou*, incluir e dialogar, não excluir e isolar. Só no diálogo com o outro o ser humano se enriquece e se constrói. “A percepção da unidade do todo e da interligação de todos os seres evoca, como primeiro sentimento, o senso de fraternidade universal”. (Marcos JESUS, “Leonardo Boff: Antropologia, ontologia, cosmologia, ética e mística”. Disponível em [www.ecsbdefesa.com.br/fts/boff.pdf](http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/boff.pdf) [Consultado em novembro 2014], 11). Devemos agir tendo consciência de que as nossas ações têm repercussões globais.

com que me sinta responsável por todos os outros. Através do outro vejo a humanidade na sua multiplicidade.

O outro não é alguém igual a mim, nem posso querer fazer dele um outro *eu*<sup>55</sup>, mas é alguém que me interpela e me chama. “Só a ideia de Infinito mantém a exterioridade do Outro em relação ao Mesmo, não obstante tal relação”<sup>56</sup>. Esta relação não se deixa englobar pelo plano racional intencional ou ontológico. A ética proposta por Lévinas é anterior à razão e às estruturas do ser, anterior a qualquer doutrina, dogma ou estatuto moral. A anterioridade ética é pura responsabilidade.

A ética da sociedade individualista atual age centrada e a partir do sujeito autónomo e independente, que decide o que deve e não deve fazer. Ao fechar-se sobre si, o ser humano não pensa no outro e, portanto, não se sente responsável por ele. É uma ética da autonomia da razão, não da alteridade. É necessária a abertura ao outro, ao diferente.

Lévinas critica os fundamentos da tradição filosófica do ocidente, que resultaram numa racionalidade desmedida e capaz de grande violência para com o outro, reduzindo o outro ao mesmo.<sup>57</sup> Na sua perspectiva, o ser humano destrói o ser humano pela indiferença. Por isso, o filósofo critica a subjetividade e individualidade, questionando o fechamento e o egoísmo em si mesmo.<sup>58</sup> Por isso mesmo, propõe uma nova perspectiva assente na ideia de olhar para si e para a sociedade a partir do outro.

Embora o século XX tenha sido um século de grandes conquistas a nível científico e técnico, verifica-se um retrocesso nas relações humanas, a destruição dos valores humanísticos. A razão totalitária do ser humano contemporâneo conduz à competição, à concorrência e à indiferença. “O sujeito contemporâneo passa de homem sujeito a homem raça (nazismo), ou homem classe (comunismo) e nega o que há de humano no homem, reduz a sua humanidade”<sup>59</sup>.

---

<sup>55</sup> “A alteridade, a heterogeneidade radical do Outro, só é possível se o Outro é realmente Outro em relação a um termo cuja essência é permanente no ponto de partida” (Emmanuel LÉVINAS, *Totalidade e Infinito*, *op. cit.*, 22).

<sup>56</sup> Emmanuel LÉVINAS, *Totalidade e Infinito*, *op. cit.*, 190.

<sup>57</sup> Cf. *Ibidem*, 30. Importa destacar que Lévinas vivenciou as grandes guerras mundiais e por isso as críticas ao pensamento totalitário contemporâneo do ocidente reproduzem as experiências dolorosas pelas quais passou.

<sup>58</sup> Cf. *Ibidem*, 166-167.

<sup>59</sup> Jean-François MATTEI, “A barbárie interior. Ensaio sobre o i-mundo moderno”, (citando E. Lévinas e a crise contemporânea, 22). Disponível em [http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13482/13482\\_3.PDF](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13482/13482_3.PDF) [Consultado em outubro de 2014], 307.

O ser humano contemporâneo vem se perdendo enquanto individualidade e se tornando mais individualista, negando o humanismo que procurou e transformando-se em escravo daquilo que produziu, subjugado pela sua própria criação.

A racionalidade contemporânea conduz ao desejo de dominação, de subjugação do indivíduo sobre os indivíduos.

A sociedade atual parece não admitir e nega mesmo a diferença, não vê o outro.

O sujeito contemporâneo procura uma autoafirmação, impondo-se ao outro, reduzindo aquele que lhe é estranho e diferente, a nada, e age não se apercebendo que ele é mero instrumento de uma sociedade massificada.

Lévinas propõe descrever uma relação com o outro em que o outro se mantém transcendente em relação ao *eu*, “conserva a sua exterioridade total em relação àquele que o pensa (...) o contacto não compromete a totalidade daquilo que é tocado”<sup>60</sup>.

O estatuto do rosto permite uma relação em que o outro não se reduz ao *eu* nem o *eu* é assimilado pelo outro. Temos, assim, uma relação plural, de diferentes. Na relação, cada um permanece um ser absoluto, o outro não limita a liberdade do mesmo, mas convida à responsabilidade<sup>61</sup>, suscita a minha bondade.

O rosto permite entrever o ser como fraternidade. A diferença entre o próprio e o outro é a não indiferença.

Só a ética permite abordar o outro na sua diferença, sem o reduzir ao próprio, pelas palavras de Lévinas, “na relação interpessoal, não se trata de pensar conjuntamente o outro e o *eu*, mas de estar diante. A verdadeira união ou junção não é uma função de síntese mas uma junção de frente a frente”<sup>62</sup>, numa atitude responsável, numa relação mútua de alteridade.

A partir do momento em que acedo ao rosto do outro, através da posição do “frente a frente”, fico responsável pelo outro. Depois que o *eu* percebe o rosto do outro, no seu mundo, em que o olha, passa a ser responsável por ele.

Lévinas situa o lugar prioritário do sentido do ser na relação com o outro. A ética é relação com a alteridade e tem o outro no centro. A ética levinasiana centra-se na subjetividade, como movimento de acolhimento e não de tentativa de posse ou domínio. O *eu* é implicado pelo outro, assim, a subjetividade tem a sua origem fora do *eu*, pois o outro constitui-me como sujeito.

---

<sup>60</sup> Emmanuel LÉVINAS, *Totalidade e Infinito*, op. cit., 37.

<sup>61</sup> Cf. *Ibidem*, 191.

<sup>62</sup> Emmanuel LÉVINAS, *Ética e Infinito*, op. cit., 69.

A ética da alteridade pretende atingir sentido e infinito no rosto do outro. Ter consciência do rosto não é conhecê-lo, é antes de mais ter com ele uma relação ética.

Devemos aprender a olhar o rosto do outro, perceber no outro o infinito<sup>63</sup>, reconhecendo-o e valorizando-o como humano. Aprendamos a valorizar o outro, não o subjugando aos nossos interesses ou marginalizando e abandonando.

O outro chama-me, interpela-me, rompe com qualquer superioridade subjetiva, chama à minha responsabilidade.

O outro é infinito e transcendente à subjetividade do *eu-em-mim-mesmo*, isto é, o outro passa a ter primazia sobre o mesmo, mas nunca se reduz ao mesmo.<sup>64</sup>

A alteridade expressa-se num despojar-se de si, reconhecendo a obediência ao outro.

Só no encontro, na abertura, na alteridade, em que se fundamenta a verdadeira natureza humana, é possível a fraternidade.

A partir desta posição ética proposta por Lévinas, podemos concluir a necessidade de uma vivência fraternal, da justiça social, da bondade.

“O próprio estatuto humano implica a fraternidade e a ideia de género humano. Esta opõe-se radicalmente à concepção da humanidade pela semelhança, de uma multiplicidade de famílias diversas (...); a fraternidade humana implica individualidades cujo estatuto lógico não se reduz ao estatuto de diferenças últimas num género; a sua singularidade consiste em cada uma se referir a si própria (...). Implica, por outro lado, a comunidade de pai, como se a comunidade do género não aproximasse suficientemente. É preciso que a sociedade humana seja uma comunidade fraterna para estar à medida da retidão – da proximidade por excelência – na qual o rosto se apresenta ao meu acolhimento. O monoteísmo significa o parentesco humano (...)”<sup>65</sup>.

Como foi referido anteriormente, só conheço a minha identidade na presença do outro. É perante o rosto do outro que o *eu* aparece na sua individualidade. O que me dá identidade é o ser para o outro.

Assim, eliminar a responsabilidade perante o outro significaria eliminar a singularidade, ser *eu* é ser responsável. Essa responsabilidade infinita pelo outro, que Lévinas identifica com o bem, é a definição do *eu*.<sup>66</sup>

Ninguém nos pode substituir na responsabilidade necessária à justiça. Ser irmão é ser responsável. Da leitura que José Brito faz de Emmanuel Lévinas, decorre a ideia de que o

---

<sup>63</sup> Cf. Emmanuel LÉVINAS, *Totalidade e Infinito*, op. cit., 188.

<sup>64</sup> Cf. *Ibidem*, 26.

<sup>65</sup> *Ibidem*, 210.

<sup>66</sup> Cf. *Ibidem*, 222.

outro desperta “uma fome gloriosa do seu desejo insaciável, um contacto de amor e de responsabilidade”<sup>67</sup>. Lévinas utiliza mesmo o termo “amor” para expressar a relação de responsabilidade *eu-outro*.

Perante o rosto do outro o *eu* não pode ficar indiferente. É na fraternidade que a linguagem da essência, do género e da espécie, se fundamenta.<sup>68</sup>

A manifestação do rosto do outro impossibilita que o *eu* se feche sobre si mesmo. Do mesmo modo, a responsabilidade pelo outro é infundável e não provém da sua vontade, da sua decisão, uma vez que nunca se deixa de ser irmão do seu irmão.

A responsabilidade não deriva da vontade do próprio, ele é eleito como responsável pelo outro.

A moralidade não se fundamenta na vontade racional e livre, mas na possibilidade de acolher o outro de modo a que ele tenha preeminência em mim. A liberdade está voltada para uma heteronomia infinitamente exigente, assente no amor, que não contraria a liberdade mas chama-a para a bondade.

#### 4. Síntese

Toda a pessoa tem uma dignidade intrínseca que exige que os direitos não possam ser negados sem que o seu próprio ser fique degradado na sua qualidade de pessoa. A exigência evangélica de justiça e fraternidade é a referência obrigatória para o cristão se comprometer socialmente na defesa dos direitos humanos. A sua promoção situa-se dentro da ação libertadora da Igreja, visto que o seu reconhecimento e implementação na sociedade contribuem para que a vida do ser humano seja mais conforme com as exigências da sua própria natureza.

O ser humano foi criado para a relação e só na relação com o outro se pode identificar, conhecer e realizar plenamente. A paternidade divina implica a fraternidade e o respeito pela igual dignidade de todo o ser humano.

Emmanuel Lévinas apresenta-nos um outro olhar sobre as relações humanas, conhecemos o outro como o “rosto” que me transcende, que é infinitamente distante do eu, que nos convoca à responsabilidade e nos torna reféns.

---

<sup>67</sup> José BRITO, *De Atenas a Jerusalém, – A subjetividade passiva em Lévinas*. Universidade Católica Editora, Lisboa, 2002, 193.

<sup>68</sup> Cf. *Ibidem*, 195.

O pensamento de Lévinas constitui para nós hoje um desafio, para nos desinstalarmos do nosso comodismo e individualismo em que vivemos e nos comprometemos com a responsabilidade para com o outro.

Para Lévinas, a ética é a filosofia primeira, sempre orientada para o outro que é absolutamente alteridade. Apresenta-nos o caminho para a realização do *eu*, a alteridade e superação do egoísmo. “É preciso que a sociedade seja uma comunidade fraterna”<sup>69</sup>. Recorre, constantemente, à expressividade do discurso bíblico, para falar da subjetividade que se encontra na vivência judaica, em contraponto com a filosofia ocidental.

Só reconhecendo a diferença do outro, conseguiremos viver de forma plena o amor fraterno, encaminhando todo o nosso agir para a verdadeira realização humana. O outro é o irmão com quem estabeleço laços de fraternidade.

---

<sup>69</sup> Emmanuel LÉVINAS, *Totalidade e Infinito*, *op. cit.*, 210.

## CAPÍTULO II: A FRATERNIDADE - LIMITES E DESAFIOS

Neste capítulo, centrar-nos-emos na sociedade contemporânea, que nos envolve, analisando a sobrevalorização do sujeito e das realidades terrenas, que nela observamos.

Por fim, tentaremos sistematizar algumas propostas específicas de vivência fraterna apontadas pelo Magistério da Igreja, como mãe que educa os seus filhos, caminhos de fraternidade que conduzem à vivência do amor fraterno.

### **1. A sociedade contemporânea: individualismo e secularização**

Progressivamente, a nossa sociedade tem vindo a assistir a uma importante mudança de paradigma no tocante à apresentação, à defesa e à vivência dos valores que mais a vai norteando. O sentido do bem comum e dos caminhos coletivos tem dado lugar à afirmação do indivíduo e à valorização dos seus comportamentos. Esta perspetiva, que “eleva” o ser humano, acarretou muitas vezes o esquecimento de Deus.

É assim que, na época moderna, vemos como o ser humano passa a ser o centro do mundo, reivindicando para si todos os atributos que na antiguidade e, em especial, na Idade Média eram pertença de Deus – a onisciência (daí uma apresentação da cultura moderna como cientista: nada, em direito, escapa à ciência) e a onipotência (daí a insistência na dimensão técnica da nossa cultura).<sup>70</sup>

É de tal modo relevante a influência deste novo alinhamento antropológico que, para Michel Foucault, a origem da modernidade está na época clássica, com a valorização do Homem e do sujeito.<sup>71</sup>

#### *1.1. O individualismo contemporâneo*

Não existe consenso quanto à origem do individualismo. Para alguns autores, ele surge com o Renascimento e a ascensão da burguesia. Da leitura que Alain Renaut faz de Max Weber decorre a ideia de que o termo ‘individualismo’ “abarca as noções mais heterogêneas que se possa imaginar”<sup>72</sup>. De facto, falar de indivíduo implica buscar conceitos rigorosos de identidade ao mesmo tempo que se afirmam do mesmo modo expressões de relação. Mas nem sempre se conseguiu neste processo estabelecer o equilíbrio entre estas duas áreas.

---

<sup>70</sup> Cf. Alain RENAUT, *A era do indivíduo – Contributo para uma história da subjetividade*, Instituto Piaget, Lisboa, 1989, 29.

<sup>71</sup> Cf. *Ibidem*, 76.

<sup>72</sup> *Ibidem*, 65.

Dumont tenta compreender a ideologia do individualismo analisando as diferenças entre sociedades holistas (hierárquicas) e individualistas, que valorizam o indivíduo (o ser independente, autónomo, essencialmente não social), ideologia na qual o indivíduo se apresenta como valor supremo, não podendo estar submetido a ninguém senão a ele mesmo. “É este individualismo que constitui ‘o valor cardinal das sociedades modernas’, nomeadamente no registo económico-político onde a aplicação do princípio de igualdade toma a forma de ‘liberalismo’”<sup>73</sup>.

Dumont lê a modernidade como uma história da individualidade, onde se manifestam os valores do individualismo – reinado do sujeito, triunfo do indivíduo.<sup>74</sup>

Numa cultura com valores do individualismo o “indivíduo-fora-do-mundo” é substituído pelo “indivíduo-no-mundo”, enquanto no universo holista só os renunciantes se “consagram à sua própria libertação”, o nascimento do individualismo moderno estende essa opção a todos os seres humanos, podendo cada um tornar-se um indivíduo independente, preocupado sobretudo com o seu próprio destino e bastando-se a si mesmo.<sup>75</sup>

Dumont encontra esta “analogia ocidental do renunciante no cristianismo original”. O próprio ensino de S. Paulo faz do cristão um “‘indivíduo-fora-do-mundo’ no plano da relação com Deus”. Contudo, o que “distingue a versão cristã do ‘indivíduo-fora-do-mundo’ é a perspectiva universalista na qual a relação ultramundana com Deus aparece: o valor absoluto que a alma individual recebe da sua relação filial com Deus é partilhado por toda a humanidade, cuja fraternidade funda deste modo”<sup>76</sup>.

Assim como não é fácil situar a origem do individualismo,<sup>77</sup> também não é fácil definir o conceito de indivíduo.

No século das luzes, com o surgimento da burguesia, com todo o seu poder económico, verifica-se uma inevitável transformação na sociedade. Ao mesmo tempo que, se dá uma substituição do paradigma teológico pelo racionalismo, expressa-se uma nova conceção do ser humano, valorizando o humanismo, a liberdade e a razão. Foi-se impondo a vitória da filosofia racional, lançando as origens da contemporaneidade. Surge, assim, o indivíduo como valor fundamental.

---

<sup>73</sup> *Ibidem*, 68.

<sup>74</sup> Cf. *Ibidem*, 68.

<sup>75</sup> Cf. *Ibidem*, 71.

<sup>76</sup> *Ibidem*, 72.

<sup>77</sup> Entendemos que o processo de fechamento do ser humano se tem vindo a agravar, principalmente depois da eclosão das duas guerras mundiais, sendo estas uma consequência direta desta situação, que, pelo sofrimento que provocaram, agravaram ainda mais o individualismo contemporâneo.

O ser humano apresenta-se como absoluto, centro e medida de todas as coisas. O individualismo é um sistema de valores que instala o indivíduo livre e igual como valor central da nossa cultura, como fundamento da ordem social e política.<sup>78</sup>

O ser humano está cada vez mais fechado em si mesmo, preocupado com a realização e satisfação imediata dos seus desejos, incorporados na ideia de consumo, poder e exploração do outro. O sujeito individualista acaba agora escravo de si mesmo, precisa de ser resgatado, e esse resgate só pode ser feito com o outro e pelo outro, rompendo com o egoísmo e proporcionando condições para que a humanidade atinja a sua essência de solidariedade e fraternidade. Como refere o papa Francisco, “o individualismo pós-moderno e globalizado favorece um estilo de vida que debilita o desenvolvimento e estabilidade dos vínculos entre as pessoas e distorce os vínculos familiares”<sup>79</sup>.

Assumidos estes passos, o caminho está aberto e o percurso indicado: com o liberalismo, a liberdade individual e a igualdade de todos perante a lei, o indivíduo torna-se o referencial último da ordem democrática.

As consequências são lógicas e inevitáveis. As sociedades modernas são fortemente marcadas por uma tendência cultural de afirmação da individualidade, a tal ponto que podemos afirmar que os indivíduos se veem incapazes de desempenhar papéis sociais, visto que estão absorvidos pelo “seu *eu* íntimo”<sup>80</sup>.

Nesta ideologia, o indivíduo apresenta-se como valor supremo independente de tudo e de todos. O indivíduo é autónomo, essencialmente não social, negligenciando ou subordinando a si a totalidade social.

O *outro* identifica-se como estranho ou anónimo, “desaparece da cena social”<sup>81</sup>.

O indivíduo moderno caracteriza-se pela procura da liberdade e singularidade, independência, alheamento do sujeito face à realidade exterior. O indivíduo moderno está acima de tudo e de todos. “A apreensão da alteridade de outrem desaparece em benefício do reinado da identidade entre os seres”<sup>82</sup>. O individualismo traduz-se na indiferença total do ser humano em relação a tudo o que lhe seja exterior.

Uma sociedade de aparências, em que é mais importante o parecer que o ser, em que “por trás da fachada de hedonismo e de solicitude, cada indivíduo explora cinicamente os

---

<sup>78</sup> Cf. Gilles LIPOVETSKY; Jean SERROY, *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*, Edições 70, Lisboa, 2003, 64.

<sup>79</sup> FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (24 de novembro de 2013), in AAS 105 (2013), n.º 67.

<sup>80</sup> Gilles LIPOVETSKY, *A era do vazio – Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, Edições 70, Lisboa, 2013, 100.

<sup>81</sup> *Ibidem*, 95.

<sup>82</sup> *Ibidem*, 96.

sentimentos dos outros e procura o seu próprio interesse”<sup>83</sup>. Claramente, construímos uma sociedade alicerçada no isolamento, na competição, na indiferença.

Esta é uma sociedade marcada pelo consumismo e ausência de solidariedade, que marginaliza e abandona. Marcada profundamente pelo egoísmo e individualismo, pela ânsia do ter mais, pelo fechamento do eu em si mesmo que impede a abertura ao outro, ao transcendente. Uma sociedade, marcada pelo fechamento, abandona o desejo de transcendente e centraliza-se na absolutização do eu.

Como nos diz João Paulo II, “se a promoção do próprio eu é vista em termos de autonomia absoluta, chega-se inevitavelmente à negação do outro, visto como inimigo de quem é necessário defender-se”<sup>84</sup>.

Apenas importa o próprio bem-estar material, o ter sobrepõe-se ao ser, com todas as consequências que daí derivam. O outro é valorizado por aquilo que tem, produz e faz e não por aquilo que é.

Os nossos tempos caracterizam-se por um proclamar do fim das utopias e pelo flagelo dos próprios humanos, por meio de um sistema ideológico e económico predatório, devido ao aumento da centralização em si, expresso pelo crescimento do egoísmo, do individualismo e das formas superficiais de relacionamento com o outro. Assim, torna-se necessário sair de si e abrir-se ao outro.

Esta sociedade do consumo, do materialismo e do descartável, coloca como “objetivo último da vida a exaltação do indivíduo e a satisfação egocêntrica das aspirações pessoais; nesta perspetiva, as consequências negativas sobre os outros são consideradas totalmente irrelevantes”<sup>85</sup>. O outro não é valorizado na sua dignidade de filho de Deus, criado à Sua imagem e semelhança, mas ‘usado’ como um meio para atingir fins de satisfação pessoal egocêntricos e egoístas.

## 1.2. *Secularização*<sup>86</sup>

Segundo Lipovetsky, “a crise das sociedades modernas é, antes de mais, cultural ou espiritual”<sup>87</sup>. Confrontamo-nos com a realidade de uma sociedade que rejeita as tradições, as

---

<sup>83</sup> *Ibidem*, 106.

<sup>84</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Evangelium Vitae*, nº 20.

<sup>85</sup> JOÃO PAULO II, *XXXII Mensagem para o Dia Mundial da Paz 1999*, nº 1.

<sup>86</sup> A secularização é a mentalidade que pretende promover no plano individual e social os valores terrestres, como válidos em si mesmos, proclamando-os autónomos da metafísica e da religião. Pensa o mundo através da técnica e da ciência, sem recorrer a Deus nem sequer como hipótese e sem ter que justificar-se com uma ideologia (cf. Tullio GOFFI, *Secularização*, in Leandro ROSSI; Ambrogio VALSECCHI, (dir.), *Diccionario Enciclopédico de Teologia Moral*, Ediciones Paulinas, Madrid, 1980<sup>4</sup>, 991.

instituições e o fundamento divino. O passado, a tradição e as grandes estruturas socializantes perdem o seu prestígio e autoridade, diluindo-se os pontos de referência social. “A sociedade está votada a inventar-se por inteiro segundo a razão humana, não segundo a herança do passado coletivo (...) apropria-se do direito de se conduzir a si própria sem exterioridade, sem modelo decretado absoluto”<sup>88</sup>. O indivíduo, na tentativa da sua afirmação suprema, afasta-se da esfera do sagrado, procurando, talvez involuntariamente no seu início, minar os fundamentos do divino, até então inquestionáveis.

No plano do humano, o ser individual entende-se como fim último, compreende-se isoladamente e assim concebe o direito à livre disposição de si próprio,<sup>89</sup> da sua vida.

O hedonismo tem como consequência o egocentrismo e a indiferença pelo bem comum. Nas palavras de Lipovetsky, “o *eu* torna-se o grande objeto de culto da pós-modernidade”<sup>90</sup>. Prescinde-se de Deus e proclama-se a Sua morte.<sup>91</sup>

Ao refletirmos sobre a sociedade atual, sobressaem os valores individualistas, a busca exclusiva do sucesso pessoal, o bem-estar individual, como ambição suprema e critério norteador do agir, e, até mesmo no âmbito religioso, vemos a preponderância do individual sobre o comunitário.

Da leitura que Augusti faz de Lipovetsky decorre a ideia de que “desde a entrada das nossas sociedades na era do consumo de massa, predominam os valores individualistas do prazer e da felicidade, da satisfação íntima, não mais a entrega da pessoa a uma causa, a uma virtude austera, a renúncia de si mesmo”<sup>92</sup>. Temos cada vez mais dificuldade em nos ligarmos a qualquer coisa ou causa para além de nós próprios.

---

<sup>87</sup> Gilles LIPOVETSKY, *A era do vazio – Ensaios sobre o individualismo contemporâneo*, op. cit., 127.

<sup>88</sup> *Ibidem*, 129.

<sup>89</sup> Cf. *Ibidem*, 136.

<sup>90</sup> *Ibidem*, 231.

<sup>91</sup> Para D. José Policarpo, as teorias da “morte de Deus”, nas filosofias positivistas, “são a negação da transcendência de Deus e a redução da existência de Deus a uma criação da subjetividade humana (...) Nenhuma imanência, sem abertura á transcendência, pode ser caminho para encontrarmos resposta às nossas interrogações sobre Deus” (José POLICARPO, *O “futuro” de Deus*, in *O presente do homem, o futuro de Deus*, Congresso Internacional de Fátima (10-12 out. de 2003), Faculdade de Teologia – UCP, Santuário de Fátima, 2004, 345). Para João Paulo II, “a morte de Deus no coração e na vida dos homens é a morte do homem (...) Sem Deus o homem perde a chave de si mesmo e da sua história” (SECRETARIADOS DIOCESANOS DA EDUCAÇÃO CRISTÃ DA JUVENTUDE, *O Papa fala aos jovens. Discursos e homilias do papa João Paulo II aos jovens dos países que visitou até 1982*, Gráficas da Tipave, Aveiro, 1983, nº 202). Ainda relativamente a este assunto, diz o papa Francisco, na Encíclica *Lumen Fidei*, nº 19: “Quando o homem pensa que afastando-se de Deus, encontrar-se-á a si mesmo, a sua existência fracassa”.

<sup>92</sup> Alexandre AUGUSTI, “A cultura do individualismo na sociedade contemporânea e a formação das identidades”, in *Revista Faro*. Disponível em <http://web.upla.cl/revistafaro/n2/> [Consultado em out. de 2014].

Privilegia-se o individual em detrimento do coletivo, o material em detrimento do espiritual, o *eu* em detrimento do nós. Temos uma sociedade voltada cada vez mais para o funcional e o útil, caracterizada pela “globalização da indiferença”<sup>93</sup>, como nos afirma o papa Francisco. E continua “a desigualdade, a pobreza e a injustiça indicarão não só a carência da fraternidade, mas também a ausência duma cultura de solidariedade.” Também a relação com o sagrado se vai desmotivando e desprestigiando.

O egoísmo é, sem dúvida, um dos grandes problemas da sociedade atual, pois fecha cada pessoa em si mesma, tornando cada vez mais difícil o compromisso com o bem e o cuidado do outro. Para além da deserção social, do enfraquecimento das instituições e seus valores, verifica-se que a relação com o outro também sucumbe ao desinteresse, “o relacional apaga-se sem gritos, sem razão, num deserto de autonomia e de neutralidade asfixiantes”<sup>94</sup>, propaga-se a estranheza absoluta perante o outro e acontece o isolamento. E, como se costuma dizer, “o isolamento é empobrecimento”. O isolamento fecha-nos numa dinâmica de egoísmo estéril e vazio, enquanto a comunhão nos abre à riqueza da partilha e à fecundidade da comunhão.

Contabilizam-se inúmeros progressos científicos e técnicos, contudo aprofunda-se um grande retrocesso ao nível dos valores. A discrepância é enorme entre os avanços científicos e os avanços nas relações. A ética não acompanha a ciência, e é esta rutura entre científico e ético que Jacques Monod apelida de “mal da alma moderna”<sup>95</sup>.

A relação com o outro sofreu uma rutura, o outro não é mais o interlocutor do qual o ser humano sente necessidade. Para Gauchet é a falência do invisível que é o “eixo central de todo o processo de desencantamento”<sup>96</sup>. Sendo que, segundo ele, com o nascimento do Estado é substituído o poder dos deuses pelo poder dos seres humanos. O monoteísmo do povo de Israel que apresenta um Deus infinitamente longínquo e separado das criaturas bem como o Cristianismo que, segundo ele, apresenta um abismo intransponível entre o humano e o divino, são fatores decisivos no processo de desencantamento do mundo.<sup>97</sup>

A autonomia do mundo sai reforçada: é a secularização.

A modernização conduziu a um declínio da religião. Acentua-se a perda de visibilidade social e estruturante do religioso. O mundo contemporâneo fecha-se sobre si mesmo,

---

<sup>93</sup> FRANCISCO, *XLVII Mensagem para o Dia Mundial da Paz 2014*, nº 1.

<sup>94</sup> Gilles LIPOVETSKY, *A era do Vazio, Ensaios sobre o individualismo contemporâneo*, op.cit., 78.

<sup>95</sup> Isabel VARANDA “Animismo, teocracia, democracia. O processo de ‘desencantamento do mundo’ como referencial ambíguo da modernidade”, 2008. Disponível em <http://repositorio.ucp.pt/> [Consultado em dezembro de 2014], 503.

<sup>96</sup> *Ibidem*, 508.

<sup>97</sup> Cf. *Ibidem*, 509.

reconhece aos indivíduos a soberania do seu destino individual e coletivo, não reconhecendo influência e protagonismo a uma alteridade exterior ao indivíduo. “Deus está socialmente morto”, como nos diz André Comte-Sponville.<sup>98</sup> Não existe um referencial extrínseco ao sujeito. O indivíduo possui os seus critérios, torna-se a medida de todas as coisas. E a consequência é inevitável, estabelecendo outra referência, outra dependência: o ser humano secularizado, desumanizado, encontra-se agora preso pela institucionalização do ateísmo. A secularização é consequência da indiferença religiosa e atinge todas as esferas da vida do indivíduo, separa a religião da vida e o evangelho do mundo.

Faltam fundamento, justificação e garantia, para os nossos valores. É assim que caracteriza a modernidade André Comte-Sponville. E continua salientando que, enquanto não tivermos um fundamento, não conseguiremos escolher, pelo menos não de maneira justificada, entre os diferentes princípios existentes.<sup>99</sup> Sem fundamento, ficamos desarmados face ao pior. Sem fundamento, não pode existir uma moral absoluta, um valor absoluto, um sentido absoluto que ilumine e oriente o procedimento humano.

O fundamento dos valores só pode ser Deus, o futuro do próprio ser humano, da sua vida em plenitude, está em Deus. Contudo, nesta sociedade já não baseamos em Deus a nossa coesão social. Assim, já não temos um fundamento independente e absoluto que esteja socialmente disponível. Neste sentido, Max Weber e Marcel Gauchet diagnosticaram o “desencantamento do mundo”<sup>100</sup>, fórmula já enunciada por Nietzsche, no início do século XIX.

Como refere João Paulo II, “as correntes filosófico-culturais e movimentos de libertação fechados à transcendência, tudo acabou por desencantar o europeu empurrando-o para o ceticismo, o relativismo, fazendo-o cair no niilismo, na indiferença e na angústia existencial”<sup>101</sup>.

O perigo destas opções é evidente. Não se pode separar o ser humano de Deus, sem diminuir o ser humano. Devido à ausência de Deus no campo social, foram “criados” novos deuses – a natureza, a ciência e outros –, mas estes “não conseguem juntar o verdadeiro e o bom, o ser e o dever-ser, o real e o valor”<sup>102</sup>. Considerarmos a natureza como fundamento,

---

<sup>98</sup> André COMTE-SPONVILLE, *Uma moral sem fundamento*, in *A sociedade em busca de valores. Para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo*, Instituto Piaget, Lisboa, 1998, 133.

<sup>99</sup> Cf. *Ibidem*, 133.

<sup>100</sup> *Ibidem*, 140.

<sup>101</sup> JOÃO PAULO II, *Discurso do papa João Paulo II aos Bispos por ocasião do V Simpósio do Conselho das Conferências Episcopais da Europa*, dado a 5 de outubro de 1982. Disponível em <http://w2.vatican.va/> [Consultado em janeiro de 2015], nº 3.

<sup>102</sup> André COMTE-SPONVILLE, *Uma moral sem fundamento*, in *A sociedade em busca de valores. Para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo*, Instituto Piaget, Lisboa, 1998, 141.

seria considerar que tudo o que é natural é moral! A ciência também não pode ser fundamento, uma vez que diz aquilo que é ou pode ser, mas nunca aquilo que deve ser, isto é, ajuda a compreender, mas nunca a julgar. Perante esta análise da sociedade, André Comte-Sponville conclui que “vivemos num duplo vazio teórico – já não existem certezas absolutas –, e prático – não existem valores absolutos”<sup>103</sup>.

A nossa sociedade desemboca assim numa cultura sem fundamento, individualista e centrada nos valores subjetivos, na realização plena do *eu*. Como nos refere o papa Francisco na Carta Encíclica *Lumen Fidei*, “a nossa cultura perdeu a noção desta presença concreta de Deus, da Sua ação no mundo”<sup>104</sup>.

As sociedades pré-modernas estavam alicerçadas na adesão a Deus ou a alguma noção de realidade última, a organização política era, de alguma forma, baseada e garantida pela fé. Hoje, o estado ocidental moderno está liberto dessa ligação. A fé, as crenças, passaram para a esfera do individual. A religião ou a sua ausência tornou-se uma questão da esfera privada.<sup>105</sup>

Há alguns séculos atrás, em toda a vida social e em todos os níveis da sociedade, “não era possível envolver-se em nenhum tipo de atividade pública sem ‘encontrar Deus’ (...), a religião estava ‘em todo o lado’, estava interligada com tudo o resto e de modo nenhum constituía uma ‘esfera’ separada. Hoje os espaços públicos foram esvaziados de Deus ou de qualquer referência à realidade última”<sup>106</sup>.

De uma sociedade em que era impossível não acreditar em Deus, passámos a uma sociedade em que, como nos diz Charles Taylor, “a fé é uma possibilidade humana entre outras. A fé em Deus já não é axiomática. Há alternativas”<sup>107</sup>. E isto pode facilmente conduzir à dificuldade em sustentar a própria fé. “O não crente quer ser o tipo de pessoa para quem esta vida é plenamente satisfatória”<sup>108</sup>. Para os crentes, o lugar da plenitude requer a referência a Deus. Os não crentes entendem a plenitude em termos de uma potencialidade dos seres humanos, naturalisticamente entendida”<sup>109</sup>.

É necessário compreender que a religião constitui um elemento estruturante do ser humano e da vida social. A obediência a um ser supremo de ordem transcendente representa um desafio para que o indivíduo se descentre dos seus interesses pessoais em favor da

---

<sup>103</sup> *Ibidem*, 144.

<sup>104</sup> FRANCISCO, Carta Encíclica *Lumen Fidei*, nº 17.

<sup>105</sup> Cf. Charles TAYLOR, *A Era Secular*, Edições Piaget, Lisboa, 2012, 13.

<sup>106</sup> *Ibidem*, 14.

<sup>107</sup> *Ibidem*, 15.

<sup>108</sup> *Ibidem*, 19.

<sup>109</sup> *Ibidem*, 20.

vontade divina mediada pelo sentido da responsabilidade social e as exigências do bem comum.<sup>110</sup>

Um mundo sem pai é um mundo que, na ânsia de emancipação, rejeitou a proteção paterna e tal rejeição está presente na sociedade atual, apresentando uma sociedade que recusa a paternidade de Deus. Um mundo que, pela sua afirmação de autossuficiência, perdeu a sua alma crente, o seu espírito.<sup>111</sup>

Como refere D. José Policarpo, “quando contemplamos a humanidade contemporânea, na multiplicidade das suas religiões, no fenómeno do relativismo e da descrença, no materialismo dos valores e dos critérios, na fragilidade de tantos cristãos, que não são sinal do triunfo de Deus, em Jesus Cristo, apetece-nos perguntar se o projeto de Deus tem futuro. Esquecemo-nos que ele tem futuro, porque depende de Deus, da ação do Espírito Santo no ser humano e na história”<sup>112</sup>.

No domínio religioso, surgem grupos que pretendem combinar aspetos das diversas tradições religiosas, a que Lipovetsky chama também “religiões à la carte”<sup>113</sup>, ou seja, um meio de realização subjetiva dos seus próprios adeptos. A cultura individualista marcada pela subjetividade tende a optar pela oferta religiosa que melhor satisfaça os seus interesses, em cada circunstância.

Por outro lado, a instabilidade de relações sociais conduz a um desinvestimento emocional do indivíduo nos espaços públicos e no bem comum.

O indivíduo anula o coletivo, os grupos e as instituições, na procura constante da liberdade e afirmação individual. O indivíduo narcisista procura a sua identidade, a sua realização plena, o sucesso, a autossatisfação, à margem e independente da relação intersubjetiva.

Ao invés, é preciso afirmar e viver a verdade e realidade de que o ser humano não pode compreender-se fora do outro, e, portanto, uma sociedade em que o outro é um desconhecido, um estranho, e o indivíduo só existe para si próprio, só pode originar destruição e violência.

Os indivíduos, como referimos anteriormente, recusam fazer parte de instituições de carácter universal, mas voltam-se para comunidades particulares mais próximas, procurando

---

<sup>110</sup> Cf. Peter STILWELL, “Que estudo das religiões no sistema de ensino?”, in *Religiões: Identidade e Violência* (XXIII Semana de Estudos Teológicos), 340-355, Alcalá-Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2003, 342.

<sup>111</sup> Cf. Manuel MATOS, *Interpretação trinitária do Pai-Nosso*, op. cit., 441-442.

<sup>112</sup> José POLICARPO, *O “futuro” de Deus*, in *O presente do homem, o futuro de Deus*, Congresso Internacional de Fátima (10-12 out. de 2003), Faculdade de Teologia – UCP, Santuário de Fátima, 2004, 350.

<sup>113</sup> Gilles LIPOVETSKY; Sébastien CHARLES, *Os tempos hipermodernos*, Edições 70, Lisboa, 2013, 98.

uma certa segurança que no individualismo desenfreado não aparece garantida. As circunstâncias e pressões levam-nos, por vezes a integrarem-se em grupos e redes que são, não raramente, radicais e violentos. Este fenómeno, segundo Lipovetsky, vai continuar, “devido às novas exigências identitárias que uma hiperindividualização ansiógena faz despontar”<sup>114</sup>.

Cada um quer afirmar-se sem o outro, fazendo prevalecer os seus interesses, esquecendo os laços que os unem.

Para João Paulo II, o ser humano contemporâneo vive o drama do “eclipse do sentido de Deus e do Homem, típico de um contexto social e cultural dominado pelo secularismo (...)”, e continua, defendendo que, “fechado no estreito horizonte da sua dimensão física, o ser humano, reduz-se de certo modo a ‘uma coisa’, deixando de captar o carácter “transcendente” do seu “existir como ser humano”<sup>115</sup>.

“Vivendo ‘como se Deus não existisse’, o ser humano perde o sentido, não só do mistério de Deus, mas também do mistério do mundo, e do mistério do seu próprio ser”<sup>116</sup>.

Algures no século XVIII, Deus desapareceu e perdeu-se num universo mecanicista. Com o avanço da ciência, o universo material assumiu a dinâmica, a reverência e o respeito anteriormente dedicado a Deus; os seres humanos começaram a reconhecer que a sede da razão e as imagens de poder estavam localizadas no interior do cérebro. Os iluministas pretendiam libertar o ego do ser humano e a sua racionalidade da dependência do superego divino e declararam que o ser humano é a medida de todas as coisas, a fonte de todo o conhecimento, o agente criativo.

Na procura de liberdade, os seres humanos perderam o seu governante eterno. A independência dos seres humanos de uma autoridade divina apresentava-lhes uma nova obrigação, tinham de descobrir os princípios pelos quais eles próprios, sem se apoiarem em Deus, podiam criar uma sociedade que refletisse os princípios da razão e da moralidade.

Surge a consciência de que a espécie humana enfrenta uma crise de moralidade. Assistimos a estupendos progressos científicos, mas estamos cada vez menos seguros quanto à razão pela qual nos comportamos, como o fazemos e em que valores e objetivos devemos acreditar. As grandes expectativas deram lugar ao desencanto, com a descrença que existe em qualquer coisa digna de ser acreditada, e contemplamos um vazio moral.

---

<sup>114</sup> Gilles LIPOVETSKY; Jean SERROY, *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*, op. cit., 65.

<sup>115</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Evangelium Vitae*, nº 21.

<sup>116</sup> *Ibidem*, nº 22.

Até ao século das luzes, a moral, a virtude, era inseparável de Deus, não aparecendo como uma esfera independente da religião. A partir daí procurou-se criar “uma moral independente dos dogmas religiosos e da autoridade da Igreja. Os princípios morais são, desde então, pensados como princípios estritamente racionais, universais”<sup>117</sup>, independentes das instituições religiosas. O indivíduo autónomo da pós-modernidade<sup>118</sup> não suporta estruturas que limitem a sua individualidade, por isso sente necessidade de se desvincular das instituições.

Tenta-se encontrar friamente uma moral, estabelecer uma hierarquia de valores independentes dos dogmas e quaisquer confissões religiosas. A proteção dos direitos das pessoas parece estar equiparada à proteção dos animais. As preocupações com a natureza sobrepõem-se aos valores da vida humana, as boas maneiras à solidariedade...

Como nos refere Lipovetsky, existe uma “moral ‘à la carte’”, uma moral relativa e subjetiva, em que são reconhecidos os deveres negativos, como por exemplo “não matar”, mas não os deveres positivos, a dedicação a causas exteriores a nós próprios, o amor ao próximo, a fraternidade universal,<sup>119</sup> que são estruturantes da sociedade.

No nosso mundo, em que o individual se sobrepõe ao coletivo, em que o ser humano se volta cada vez mais para si mesmo, as dificuldades em suportar as adversidades são cada vez maiores, fazendo surgir naturalmente problemas graves como o suicídio, a depressão...

O desencantamento do domínio político, a perda das raízes comunitárias, o descrédito das instituições democráticas e o reconhecimento do indivíduo como “referência absoluta, como bússola moral, jurídica e política”<sup>120</sup>, faz com que o indivíduo se desligue de todas as formas de pertença coletiva. O indivíduo vive e já não “con-vive”.

Fundada sobre pressupostos individualistas e na razão como procedimento único, a ética, presente na sociedade atual, não promove a paz e a justiça social, mas pelo contrário, promove a guerra e a violência de uns para com os outros. Uma ética centrada na consciência do *eu* pode conduzir ao desaparecimento do lado humano do outro.

Assistimos a um aniquilamento do outro de diversas formas: pela exclusão económica e social, pela negação de direitos, pelo preconceito, entre outras; ao mesmo tempo pregamos a paz e os direitos humanos. Fala-se de humanismo e age-se de forma anti-humanista.

---

<sup>117</sup> Gilles LIPOVETSKY, *A era do após-dever*, in *A sociedade em busca de valores. Para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo*, Instituto Piaget, Lisboa, 1998, 30.

<sup>118</sup> Vários autores têm vindo a usar o termo “pós-modernidade” para caracterizar uma cultura distinta da “modernidade”, caracterizada essencialmente pela acentuada autonomia do sujeito. Esta linguagem é mais utilizada e aceite por uns analistas do que por outros.

<sup>119</sup> *Ibidem*, 34-35.

<sup>120</sup> Gilles LIPOVETSKY; Jean SERROY, *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*, *op.cit.*, 64.

Uma outra coordenada do nosso tempo é a convicção de que o mundo está a viver uma mudança profunda, rápida e permanente provocada pelas descobertas científicas e técnicas, que sistematicamente ultrapassa os conhecimentos e os valores já adquiridos. É a passagem da cultura ética à cultura técnica. É o mundo das novas tecnologias, das novas profissões, do provisório. Gera-se, por um lado, a consciência de que tudo é provisório, de que não há valores definitivos e, por outro lado, o absoluto da novidade, da moda, do que ainda não chegou.

Tudo isto forma uma mentalidade coletiva alienante perante a incerteza do amanhã e as interrogações sobre os valores em que se apoiar. O sentido da vida é hoje uma interrogação de fundo que marca o nosso tempo. A profissão temporária conduz a um clima de opções temporárias, de compromissos provisórios, de um regime experimental sem arriscar os valores de fundo.

Nas nossas cidades, cada vez mais, os rostos das pessoas revelam um cruzamento planetário de culturas, religiões e etnias. Vivemos numa época da globalização. Ora, esta aldeia global, se perdeu as fronteiras tradicionais, ganhou outras talvez mais difíceis de ultrapassar. Ela é ultrapassada por divisões e fraturas que fazem de nós estrangeiros uns dos outros, seres que vivem na mesma aldeia mas que são estranhos uns aos outros, que não se conhecem, que não se compreendem e que, não poucas vezes, se hostilizam. A pós-modernidade é o reino do subjetivo e do descartável.

As mudanças políticas e sociais acontecem a grande velocidade, produzindo um sentido de confusão, onde nada pode ser tomado como certo, onde nada pode ser visto como uma base firme para os nossos valores e convicções. Nada é certo, nada é eterno. As grandes teorias de antigamente são hoje alvo de profunda desconfiança.

Já não temos a certeza de como avaliar as coisas e como reagir a elas, como julgar o que está certo e o que está errado. Como afirma Lipovetsky, “o indivíduo contemporâneo exprime, sem rodeios, a prioridade individualista das suas escolhas. Eis o que é novo: já não é verdadeiramente imoral, pensarmos apenas em nós próprios, o referencial do eu adquiriu direito de cidadania”<sup>121</sup>.

O indivíduo cria uma verdade à sua medida, segundo os seus critérios. O ideal de autonomia faz com que o ser humano não esteja limitado a qualquer categoria alheia à sua

---

<sup>121</sup> Gilles LIPOVETSKY, *O Crepúsculo do dever – A ética indolor dos nossos tempos democráticos*, Dom Quixote, Alfragide, 2010<sup>4</sup>, 150.

vontade. Se a perspectiva de um significado superior e espiritual do mundo deixar de agir como um guia e deixar de estimular as nossas mentes, as áreas mais primitivas da psique encontrarão o caminho aberto até à consciência, dominando-a e fazendo com que se sinta livre para se afirmar isenta de culpa, liberta dos constrangimentos morais. Isto leva inevitavelmente à exclusão da compaixão e empatia pelo nosso semelhante, à ganância e à própria morte.

Sem dúvida, começamos a observar o desenvolvimento do vazio moral na civilização ocidental, que conduz à erupção de impulsos primitivos, agressivos e autoafirmativos.

Ficámos com um mundo egocêntrico onde o que apenas interessa é a gratificação a curto prazo e o sucesso. O narcisismo focaliza-se sobre o ego, o amor do eu, como a principal preocupação de satisfação. A corrida à riqueza torna-se uma virtude e, ao mesmo tempo, serve uma necessidade narcisista de reconhecimento e estatuto. Em nome do lucro, transforma-se a natureza numa mercadoria sem alma, para ser explorada sem qualquer preocupação pelos danos causados no ambiente natural; as empresas reduzem os seres humanos a números, sem preocupação pela sua identidade e dignidade.

Nesta linha, o mais preocupante é a ausência de sentido de culpa ou de consciência. Sinal de alerta: vai-se criando uma preocupação crescente com a dita “crise moral” e um entendimento crescente de que os valores morais são importantes para orientar os nossos juízos e criar um sentido de responsabilidade nos relacionamentos que temos com os nossos semelhantes.

## **2. Construir um mundo mais fraterno. O próximo como “outro eu”**

A fraternidade, enquanto expressão de relações amistosas que se estabelecem entre os seres humanos, é, ao mesmo tempo, um sonho e uma tarefa. É um sonho que se vai gastando nos contínuos anseios de cada ser humano e uma tarefa que muito tarda em se assumir e concretizar. E sê-lo-á sempre. É um ideal inscrito no mais íntimo do nosso ser vocacionado à serenidade, à harmonia e à paz.

A realidade, no entanto, é uma mentalidade de dominação, tão presente nos projetos do nosso tempo, conduzida pela ideia de conquista e progresso ilimitado, que leva à destruição. Sem dúvida, deveríamos contrapor ao paradigma “dominação” o paradigma “cuidado”<sup>122</sup>. Este, sim, é um caminho aberto à convivência pacífica entre todos.

---

<sup>122</sup> Cf. Rodrigo JESUS, “Leonardo Boff: Antropologia, ontologia, cosmologia, ética e mística”. Disponível em [www.ecsbrdefesa.com.br/fts/boff.pdf](http://www.ecsbrdefesa.com.br/fts/boff.pdf) [Consultado em novembro 2014], 16.

## 2.1. *Propostas doutrinais dos últimos Papas*

Sendo o cristianismo uma religião encarnada, sempre se preocupou com o ser humano na sua vida concreta, com as desigualdades sociais, com o desrespeito pela dignidade humana e, no fundo, com o desenvolvimento de todos os seres humanos e do ser humano todo. Assim, propõe a fraternidade universal como solução para o desenvolvimento humano e integral num tempo de globalização e de crise.

Na sua encíclica social *Caritas in veritate*, Bento XVI apresenta pronunciamentos morais alicerçados em princípios como a inviolável dignidade do ser humano, a defesa do bem comum, o destino universal dos bens, a subsidiariedade, a solidariedade, a justiça, a verdade, a liberdade... No centro desta Encíclica está o conceito de responsabilidade, fazendo com que a preocupação pelo bem comum assuma ou atinja as dimensões da família humana inteira.

O desenvolvimento integral da pessoa humana tem necessidade de Deus, por isso a visão transcendente da pessoa não pode ser negligenciada. “Sem Deus, o desenvolvimento ou é negado ou acaba confiado unicamente às mãos do ser humano, que cai na presunção de autossalvação e acaba por fomentar um desenvolvimento desumanizado. Só o encontro com Deus permite deixar de ‘ver no outro sempre e apenas o outro’ para reconhecer nele a imagem divina”<sup>123</sup>, levando à descoberta do outro e à maturação de um amor que se torna cuidado do outro e pelo outro. A necessidade de relação com um outro é dirigida para um Outro Absoluto. Esta relação com o Outro Absoluto é de pertença e dependência. É por me relacionar com o Outro Absoluto que sou capaz de olhar para fora de mim.

Bento XVI considera que a grande causa do subdesenvolvimento é “a falta de fraternidade entre os seres humanos e os povos” e que esta sociedade globalizada nos torna vizinhos, mas não irmãos. Os grupos juntam-se, mas sem autêntico diálogo, sem verdadeira integração. O que nos leva a compreender que a fraternidade não tem origem na razão, mas numa vocação transcendente de Deus Pai que nos ensinou, por meio de Seu Filho, o que é a caridade fraterna.<sup>124</sup>

É preciso tomar consciência de que “o desenvolvimento dos povos depende sobretudo do reconhecimento de que são uma família”<sup>125</sup> e que portanto não se podem limitar a viver uns ao lado dos outros, mas colaborando todos numa verdadeira comunhão.

---

<sup>123</sup> BENTO XVI, Carta Encíclica *Caritas in Veritate* (29 de junho de 2009), in AAS 101 (2009), nº 11.

<sup>124</sup> Cf. *Ibidem*, nº 19.

<sup>125</sup> *Ibidem*, nº 53.

Só a realização de uma autêntica fraternidade nos conduzirá à construção de um mundo mais justo; para tal, Bento XVI, pede que nos mobilizemos “com o ‘coração’, de modo a fazer avançar os atuais progressos económicos e sociais para metas plenamente humanas”<sup>126</sup>.

Devido a uma visão meramente produtiva e utilitarista, e até individualista, da existência, “o homem moderno convence-se, erroneamente, que é o único autor de si mesmo, da sua vida e da sociedade. Trata-se de uma presunção, resultante do encerramento egoísta em si mesmo”<sup>127</sup>. Esta ideia de autossuficiência e autossatisfação conduz ao isolamento, não compreendendo o verdadeiro sentido da realização pessoal. Só pelo amor se pode construir e unificar comunidades que não conhecem fronteiras, comunidades universais. Uma comunhão verdadeiramente fraterna “nasce da convocação da palavra de Deus-Amor (...) e todo o desenvolvimento económico, social e político precisa, se quiser ser autenticamente humano, de dar espaço ao princípio da gratuidade como expressão de fraternidade”<sup>128</sup>.

Lembrando as palavras de João Paulo II, na Carta Encíclica *Sollicitudo rei socialis*, Bento XVI refere que “a solidariedade consiste primeiramente em que todos se sintam responsáveis por todos”<sup>129</sup>. Para tal, todos temos obrigação de contribuir para a promoção de um mundo mais humano. Todos têm responsabilidade no desenvolvimento integral próprio e alheio, compreendendo, como nos diz Bento XVI, que “a solidariedade é um dever”<sup>130</sup>.

O isolamento, a recusa e a dificuldade de amar o outro conduz a uma das pobreza mais profundas que o ser humano pode experimentar – a solidão. O ser humano pensa bastar-se a si mesmo, recusa o amor de Deus e entrega-se à reclusão em si próprio.<sup>131</sup>

O ser humano realiza-se nas relações interpessoais e só na relação com os outros e com Deus, amadurece a própria identidade pessoal. É na relação trinitária que temos o modelo de relação, na sua unidade e unicidade absoluta. “Que todos sejam um como nós somos um”(Jo 17,22). A lógica da comunhão intradivina conduz a uma abertura aos outros, ao estabelecimento de laços comunitários, fraternos. A vida intratrinitária é um modelo inspirador de comunhão humana, na sua natureza chamada a relacionar-se com os outros e a procurar a sua realização na união, construindo um mundo mais fraterno. A linguagem intratrinitária incentiva a atitudes relacionais mais intensas e mais fraternas. A fraternidade é consequência do espírito de filiação, vivido em solidariedade, cuja razão é o amor.

---

<sup>126</sup> *Ibidem*, nº 20.

<sup>127</sup> *Ibidem*, nº 34.

<sup>128</sup> *Ibidem*, nº 34.

<sup>129</sup> *Ibidem*, nº 38.

<sup>130</sup> *Ibidem*, nº 43.

<sup>131</sup> Cf. *Ibidem*, nº 53.

Como refere Bento XVI, “a fé cristã, que se encarna nas culturas transcendendo-as, pode ajudá-las a crescer na fraternização e solidariedade universais com benefício para o desenvolvimento comunitário e mundial”<sup>132</sup>.

Sem Deus, o ser humano não sabe para onde ir e não consegue sequer compreender quem é, pois Ele é a absoluta alteridade que falta à consecução da plena identidade do ser humano.

“Só quando compreendemos que somos chamados, enquanto indivíduos e comunidade, a fazer parte da família de Deus como seus filhos, é que seremos capazes de produzir um novo pensamento e desenvolver novas energias ao serviço de um verdadeiro humanismo integral”<sup>133</sup>.

Já Leão XIII, em 1891, na Encíclica *Rerum Novarum*, primeira das grandes encíclicas sociais, refere que é no amor fraterno que a união entre os povos se vai operar, a amizade é pouco. Todos nascidos de Deus, Pai comum, fim único e comum a todos. Um verdadeiro laço de fraternidade nos une, por isso “todos os bens da natureza pertencem em comum e indistintamente a todo o género humano”<sup>134</sup>.

Reforça a primazia da pessoa sobre as coisas e propõe uma sociedade fundada sobre a justiça e marcada pela fraternidade e o amor recíproco.

Paulo VI, na Encíclica *Populorum Progressio*, afirma que o mundo está doente e que o mal reside na crise de fraternidade entre os seres humanos e entre os povos.<sup>135</sup> Refere que as obrigações dos povos se enraízam na fraternidade humana e sobrenatural num tríplice aspeto: o dever de solidariedade, o dever de justiça social e o dever de caridade universal, promovendo um mundo mais humano para todos, sem que o progresso de uns seja obstáculo ao desenvolvimento dos outros.<sup>136</sup>

Só vivendo de modo autêntico a fraternidade se torna presente a fé comum e o amor aos outros.

Temos de aprender a ver no outro um dom e uma exigência que cria em mim o meu amor, a minha ajuda, a minha atenção, e me interroga pelo conteúdo último da minha existência. O encontro com o outro configura o conteúdo da nossa vida. A referência à relação fraternal de Jesus com os crentes expressa a sua solidariedade com eles. O encontro é uma exigência ética.

---

<sup>132</sup> *Ibidem*, nº 59.

<sup>133</sup> *Ibidem*, nº 78.

<sup>134</sup> LEÃO XIII, Carta Encíclica *Rerum Novarum* (15 de maio de 1891), in AAS 23 (1890-91), nº 18.

<sup>135</sup> PAULO VI, Carta Encíclica *Populorum Progressio* (26 de março de 1967), in AAS 59 (1967), nº 66.

<sup>136</sup> *Ibidem*, nº 44.

Bento XVI convida-nos a “ousar o amor”, a não desejar nada que seja inferior ao amor, à imitação de Cristo. “O amor é a única força capaz de mudar o coração do ser humano e da humanidade inteira, tornando enriquecedoras as relações entre homens e mulheres, entre ricos e pobres, entre culturas e civilizações”<sup>137</sup>. Neste sentido, podemos considerar o amor como princípio de relação interpessoal, pois humaniza as pessoas; e princípio de relação social, pois transforma as relações. É a única força capaz de conduzir à perfeição pessoal e social.

Só uma “civilização do amor”<sup>138</sup>, uma cultura centrada na vivência do princípio do amor pode conduzir a uma nova forma de diálogo e comunhão entre os povos e as culturas.

Assim, para tornar a sociedade mais humana é urgente revalorizar o amor na vida social, fazendo dele a norma constante e suprema do nosso agir.

Bento XVI convida-nos a corrigir a globalização económica com princípios de solidariedade, como condição para se assegurar a paz. “Por si só”, diz o Papa, “a globalização não consegue construir a paz. Antes, em muitos casos, cria divisões e conflitos... precisa de ser orientada para um objetivo de profunda solidariedade que aponte para o bem de cada um e de todos”. Urge um empenho novo, precisamos “de homens e mulheres que vivam profundamente a fraternidade”<sup>139</sup>.

A Doutrina Social da Igreja, em geral, proclama a solidariedade como princípio primário regulador de uma ordem social justa. A solidariedade aparece, frequentemente, como sinónimo de fraternidade. É a expressão social, moralmente obrigatória, da radical fraternidade humana, em todos os campos da convivência. Essa fraternidade tem fundamentalmente duas causas: a igualdade no ato da criação e a igualdade no benefício da redenção. E dispõe também de duas fontes: a natural e a sobrenatural.

## *2.2. Caminhos concretos a implementar hoje*

– É necessário voltar-se a re-ligar o universo ao criador, superando a rutura provocada pelo antropocentrismo em que o ser humano colocou tudo e todos em função de si mesmo. A autocentração rompe com a estrutura de ligação e re-ligação entre todas as coisas.

Perante uma sociedade individualista, materialista e competitiva, urge responder com a revalorização do sentido ético do humano e do respeito pela diferença de cada um,

---

<sup>137</sup> BENTO XVI, *Mensagem para o Dia Mundial da Juventude*, 2007.

<sup>138</sup> A expressão “civilização do amor” apareceu, pela primeira vez, num texto do papa Paulo VI (1963-1978), na sua Alocução de Encerramento do Ano Santo, no Natal de 1975.

<sup>139</sup> BENTO XVI, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz*, 2009.

imprescindíveis à construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Urge reconhecer o outro, enquanto absolutamente outro, com as suas diferenças, limites e qualidades e compreendendo que, só na relação com o outro, o eu se pode identificar, conhecer e crescer. Só assim, a partir do respeito pela diferença do outro, pela sua dignidade, se pode construir um mundo de paz e de segurança que tanto ansiamos.

“O homem só se converte em homem com os outros homens”<sup>140</sup>. Esta afirmação de Fichte vem reforçar a importância decisiva do estabelecimento das relações interpessoais.

Construir a fraternidade implica, assim, aceitar a diferença, a diversidade na unidade, reconhecer e respeitar o outro, enquanto outro, em toda a sua pluralidade.

– A partilha é outra expressão deste caminho. Devemos ao outro um amor verdadeiro. A sua felicidade é a nossa felicidade. Portanto, quanto mais contribuirmos para a comunidade, maior alegria sentiremos. Cada um tem que contribuir, segundo as suas próprias qualidades e capacidades, para o bem de todos. O ser humano só se realiza com o outro, e é só na comunhão humana que se desenvolve em termos pessoais, sociais e espirituais.

Compreendida a imprescindível necessidade de relações fraternas, necessitamos de nos abrir ao outro, compartilhando a sua vida.

Só na comunhão e cooperação, no amor, com o outro se alcança a plena realização pessoal. É que o ser humano está orientado para o outro e só no outro se encontra a si mesmo.

– Sobre a importância de uma ordem mais harmoniosa para o mundo, o papa Francisco, na XLVII Mensagem para o Dia Mundial da Paz, reforça a necessidade de uma vivência fraterna, referindo que “a fraternidade gera paz social, porque cria um equilíbrio entre liberdade e justiça, entre responsabilidade pessoal e solidariedade, entre bem dos indivíduos e bem comum”<sup>141</sup> e – continuando – lembra que é preciso que “a fraternidade seja descoberta, amada, experimentada, anunciada e testemunhada”<sup>142</sup>. Temos de dar testemunho de uma verdadeira e autêntica fraternidade, para que possamos atrair quem nos vê. O papa Francisco apela ao compromisso de gerar vida, convida-nos à saída em direção às periferias geográficas e existenciais. Como nos diz Jesus, referindo-se aos seus discípulos, “que não se perca um só destes pequeninos” (Mt 18,14). Por isso, Deus pede-nos para ir atrás dos que

---

<sup>140</sup> Emerich CORETH, *¿Qué es el hombre? Esquema de una antropología filosófica*, Herder, Barcelona, 1930<sup>3</sup>, 220.

<sup>141</sup> FRANCISCO, *XLVII Mensagem para o Dia Mundial da Paz 2014*, nº 8.

<sup>142</sup> *Ibidem*, nº 10.

caíram, dos pequenos, dos débeis, dos desamparados, como o pastor faz com a ovelha desgarrada (cf. Mt 18,12ss).

Também em Lucas, na parábola do rico avarento e do pobre Lázaro, Jesus faz o desafio da fraternidade: o rico é o ímpio, glutão, narcisista e esquecido dos demais. Lázaro é o único da parábola que tem nome: é um mendigo doente, que partilha a rua com os cães vadios que passam e pede esmola sem ser atendido, pois, nem os bocados de pão, molhados no prato ou para limpar as mãos e que era lançado para debaixo da mesa, lhe dava (cf. Lc 16,19ss).

Na parábola do Pai Misericordioso (Lc 15,11ss), o filho mais velho não reconhece o mais novo, regressado, como irmão. Mas, como resposta, a parábola ensina que é grande o amor de Deus para com seus filhos perdidos.

Como nos diz Santo Agostinho: “ama e faz o que quiseres”. O espírito da fraternidade está em amar o outro, não na proporção do bem que ele nos faz, mas amá-lo tal como ele é. Só vivendo a fraternidade humana, o respeito e o amor, poderemos viver em paz.

– É preciso regressar constantemente à fonte que Deus é. Uma verdadeira e autêntica fraternidade “supõe e exige uma paternidade transcendente e repleta de amor metafísico, de caridade sobrenatural. Podemos ensinar a fraternidade humana (...) ensinando a reconhecer, a amar e a invocar o Pai Nosso, que está no Céu”<sup>143</sup>. Mas, saber que temos todos o mesmo Pai não serve de nada, se daí não tirarmos a conclusão da fraternidade universal. Há que ajudar a comunidade a olhar cada ser humano como um irmão: “Vós sois todos irmãos”(Mt 23,8).

Deus criou um mundo harmonioso e belo, sem tensões nem conflitos, um mundo de comunhão e de concórdia entre todos os seres criados; contudo, os caminhos do egoísmo, do orgulho e da autossuficiência, introduziram, na nossa história, desequilíbrios graves, capazes de criar sofrimentos e até a morte.

Quando o ser humano recusa Deus e as suas propostas, deixa-se dominar pelo orgulho, ciúme, inveja, e acaba por se tornar para os seus irmãos fonte de violência, de injustiça e de morte (cf. Gn 4,1-16).

A nossa fragilidade e debilidade, por vezes, não nos deixam fazer o bem que queremos ou evitar o mal que não queremos (cf. Rom 7,19).

O caminho da fraternidade é o caminho do amor, da justiça e da solidariedade, pelo que havemos de repensar as formas de convivência humana, com vista à construção de um mundo melhor, baseado no diálogo, no reconhecimento da diferença e da dignidade de cada

---

<sup>143</sup> PAULO VI, *IV Mensagem para o Dia Mundial da Paz 1971*.

um, bem como na responsabilidade pelo outro, seu irmão. “Quem ama nasceu de Deus”(1Jo 4,7). Contudo, “nós amamos porque Deus nos amou primeiro” (1Jo 4,19). O nosso amor aos outros é sempre resposta ao amor de Deus. O amor filial recebe-se gratuitamente. Nascemos filhos de Deus e irmãos de todos.

– Então, que fazer? É necessária uma verdadeira revolução, nas mentes e nos corações. Uma nova maneira de ser e de estar no mundo e para o mundo. Não ver o mundo e as pessoas como objeto de posse, mas como comunhão, interação, sentindo-nos “um juntos com”. Sentir-se re-ligado a tudo e a todos. São necessárias visões apaixonadas, convicções fortes capazes de mobilizar os outros.

O cristão é ser em comunhão. É convidado a recitar o Pai Nosso no plural e a traduzir em fraternidade as exigências da sua fé. O cristão não pode viver só, tem necessidade intrínseca e obrigação evangélica de partilhar com os outros a sua fé. “Não é bom que o homem esteja só” (Gn 2,18). Se o ser humano é um ser social, o cristão é-o duplamente.

A vivência da fraternidade é indispensável para todos e em todos os tempos e ainda mais no nosso tempo, em que todos os valores são postos em causa, em que a religião está cada vez mais privatizada e isolada da vivência pública. Podemos dizer que a chave para um autêntico renascimento da Igreja se encontra numa nova tomada de consciência da vivência da fraternidade entre os cristãos.

Como referimos, por diversas vezes, o ser humano é um ser relacional, que só se realiza em contexto de relações interpessoais. Mas – importa estarmos convencidos – para a construção de uma verdadeira e efetiva fraternidade, é necessário reconhecer e respeitar a sua dignidade, a sua liberdade e a sua autonomia.

– Não podemos ter medo de fazer denúncias e de correr riscos. Na sua Mensagem para o Dia Mundial da Paz deste ano, intitulada “Já não escravos, mas irmãos”, o papa Francisco aflora o tema da escravatura contemporânea.<sup>144</sup> Uma realidade de proporções universais, que, tendo como raiz “uma conceção da pessoa humana que admite a possibilidade de a tratar como um objeto”<sup>145</sup>, deve incomodar a nossa consciência e levar-nos a agir. Deste modo, o Santo Padre pede-nos para “voltar os olhos para o próximo, ver no outro – seja ele quem for – um irmão e uma irmã em humanidade, reconhecer a sua dignidade intrínseca na

---

<sup>144</sup> Os dados mais recentes confirmam a existência de 36 milhões de pessoas a viver sob o jugo da escravatura, das quais 1400 no nosso país (cf. Revista Além-Mar, nº 643/Ano LIX, janeiro 2015, 3).

<sup>145</sup> FRANCISCO, *XLVIII Mensagem para o Dia Mundial da Paz 2015*, nº 4.

verdade e na liberdade”<sup>146</sup>. Mais à frente, recorda-nos que não podemos ficar indiferentes perante o sofrimento do outro, e apela à globalização da fraternidade, para combater a escravidão e a indiferença, afirmando que “a globalização da indiferença, que hoje pesa sobre a vida de tantas irmãs e de tantos irmãos, requer de todos nós que nos façamos artífices duma globalização da solidariedade e da fraternidade que possa devolver-lhes a esperança e levá-los a retomar, com coragem, o caminho através dos problemas do nosso tempo e as novas perspetivas que este traz consigo e que Deus coloca nas suas mãos”<sup>147</sup>.

O papa Francisco alerta para os perigos de uma globalização assente no egoísmo, nas perspetivas neoliberais do capitalismo selvagem.<sup>148</sup>

Consideremos todos os seres humanos, “já não escravos, mas irmãos, pois a fraternidade constitui a rede de relações fundamentais para a construção da família humana”<sup>149</sup>.

“Porventura, não temos nós todos um único Pai? Não foi o mesmo Deus que nos criou? Por que razão, pois, somos nós pérfidos uns para com os outros, profanando a aliança de nossos pais?”(Mt 2,10).

Devemos compreender que o ideal cristão de uma única família, solidária na fraternidade, só é possível se olharmos o outro com olhos de irmão.

O evangelista Mateus mostra-nos como devem ser as relações fraternais (cf. Mt 5,22-24; Mt 25,40): hão de ser relações baseadas na verdade e na responsabilidade de uns para com os outros, nunca esquecendo que eu sou responsável pelo meu irmão.

Como nos refere a declaração *Nostra Aetate* (1965), do Concílio Vaticano II, “não podemos, na verdade, invocar a Deus, Pai de todos, se nos recusarmos a tratar fraternalmente quem foi criado à imagem de Deus. As relações dos homens e mulheres para com os seus irmãos e irmãs, estão de tal maneira unidas que a Sagrada Escritura afirma: ‘quem não ama, não conhece a Deus’ (1Jo 4,8)”<sup>150</sup>. O caminho privilegiado para conhecer Deus é o ser humano, por ser a sua mais parecida representação. Todo o ser humano encerra em si a imagem de Deus e é no amor que reconhecemos e manifestamos de forma concreta e

---

<sup>146</sup> *Ibidem*, nº 6.

<sup>147</sup> *Ibidem*, nº 6. O mesmo pensamento, sobre a globalização da indiferença, desenvolve o Papa na sua Mensagem para esta Quaresma, apontando como lema uma intensa luta pela erradicação da mesma entre os cristãos (Cf. FRANCISCO, *Mensagem para a Quaresma de 2015*).

<sup>148</sup> FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (24 de novembro de 2013), in AAS 105 (2013), nº 52-67.

<sup>149</sup> FRANCISCO, *XLVIII Mensagem para o Dia Mundial da Paz 2015*, nº 2.

<sup>150</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Declaração *Nostra Aetate*, in AAS 58 (1966), nº 5.

vital essa imagem.<sup>151</sup> O ser humano é um reflexo da criatividade e da liberdade do amor divino.

E mais à frente, o documento conciliar pede a todos os “cristãos que ‘mantendo uma conduta irrepreensível entre os gentios’ (1Pe 2,12) façam quanto deles depende para estarem em paz com todos de modo que sejam verdadeiramente filhos do Pai que está nos céus (cf. Rom 12,18; Mt 5,45)”<sup>152</sup>.

Toda a Bíblia nos apresenta a certeza de que, de baixo da ação divina, todos os povos encontrarão unidade e harmonia, ainda que conservando sempre a riqueza das suas tradições, línguas e costumes. Por isso, todos nós devemos insistir, por palavras e obras, que “já não há judeu nem grego, não há servo nem livre, não há homem nem mulher, pois todos vós sois um só em Cristo”(Gal 3,28).

### 3. Síntese

Nas construções, uma pedra está encaixada e entrosada na outra. Assim tem de ser entre nós. Devemos viver unidos uns aos outros, em família e solidariedade. Unidos pelo “cimento” do amor de Deus. Vamos construir pontes, não muros!

Como nos diz Saint-Éxupéry “se queres que eles se amem, faz com que edifiquem juntos uma torre”. É necessário fazer caminho, comprometendo dinamicamente as pessoas entre si.

A ética do cristianismo é clara e resume-se no mandamento de Jesus Cristo: “amar a Deus e amar o próximo” (cf. Mt 22,37-39).

Neste sentido, podemos compreender que somos sempre responsáveis pelo outro. É Deus que nos responsabiliza. Por tudo isto, não nos podemos alhear dos acontecimentos e problemas do mundo. Há de haver uma preocupação constante, verdadeira e ativa pela “promoção integral de cada ser humano”<sup>153</sup>.

O capitalismo desenfreado vem trazer consequências graves, como nos diz José Nunes: “A nível mundial produz-se mais do que o suficiente para matar a fome a toda a gente; contudo, há entre 400 e 1000 milhões de pessoas a morrerem de fome”<sup>154</sup>. Referindo mesmo que é uma “questão ética grave”<sup>155</sup> e uma contradição tremenda, uma vez que existem

---

<sup>151</sup> Cf. Gianfranco RAVASI, *Guía espiritual del Antiguo Testamento. El libro del Génesis (1-11)*, Herder, Barcelona, 1992, 53.

<sup>152</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Declaração *Nostra Aetate*, in AAS 58 (1966), nº 5.

<sup>153</sup> FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, nº 182.

<sup>154</sup> José NUNES, “Missão e transformação social”, in *Didaskalia*, vol. XLIV, 2 (2014), 169.

<sup>155</sup> *Ibidem*, 169.

formas de evitar a pobreza e ela não para de aumentar. Nunca houve tanta riqueza, mas também nunca houve tanta miséria.

Devemos, por isso, questionar-nos sobre a fraternidade universal (cf. Gn 4) e traçar como meta a felicidade de todos, para que não exista nenhum necessitado entre nós (cf. Dt 15,4), pois Deus não abandona o Seu povo e continua a convocar-nos para o libertar (cf. Ex 3,7).

O específico cristão desta luta libertadora é fazer nela a experiência de Deus, feita também através da prática contra a pobreza e injustiça, na fraternidade e solidariedade com os pobres e necessitados.<sup>156</sup>

Não é só uma ajuda de bens (assistência), mas acima de tudo “ensinar a pescar” e empenharmo-nos na mudança das estruturas sociais injustas. Não basta a assistência, é necessária a promoção, e substituir as “estruturas de pecado por outras de solidariedade e justiça social”<sup>157</sup>. Exige-se um novo olhar e um novo agir, que vá muito para além da denúncia das injustiças e dos abusos.

Como diz o papa João Paulo II aos jovens franceses, que podem ser palavras para cada um de nós, “está na hora de trabalhar de mãos dadas pela civilização do amor”<sup>158</sup>. O amor é o único sentimento que tem a capacidade de transformar em luz as trevas do ódio. Como nos diz São João, “aquele que ama a seu irmão está na luz” ao passo que “aquele que odeia está nas trevas” (cf. 1 Jo 1,8-11). Com esta transformação interior é vencido o mal, o egoísmo, as invejas, a hipocrisia, e faz-se prevalecer o bem.<sup>159</sup> “Quantas forças do mal, de desunião, de morte e falta de solidariedade se venceriam, se esta visão do homem, não lobo para o homem, mas irmão, se instaurasse eficazmente nas relações entre as pessoas, grupos sociais, religiões e nações”<sup>160</sup>.

O mundo que desejamos construir deve ser um mundo onde impere a verdade, a dignidade humana, a responsabilidade, a certeza de ser imagem de Deus. Um mundo baseado no amor, na liberdade autêntica, no serviço mútuo.

---

<sup>156</sup> Cf. *Ibidem*, 173.

<sup>157</sup> *Ibidem*, 176.

<sup>158</sup> SECRETARIADOS DIOCESANOS DA EDUCAÇÃO CRISTÃ DA JUVENTUDE, *O Papa fala aos jovens. Discursos e homilias do papa João Paulo II aos jovens dos países que visitou até 1982*, Gráficas da Tipave, Aveiro, 1983, nº 256.

<sup>159</sup> Cf. *Ibidem*, nº 429.

<sup>160</sup> *Ibidem*, nº 429.

### CAPÍTULO III: O CONTRIBUTO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA PARA A VIVÊNCIA DA FRATERNIDADE

A disciplina de EMRC ocupa um lugar fundamental no conjunto do sistema educativo, sendo indispensável o seu papel e intervenção para a formação integral do aluno.

Assim, num primeiro momento deste terceiro capítulo, debruçar-nos-emos sobre a especificidade da disciplina de EMRC, enquadrando-a no currículo nacional.

Num segundo momento, apresentaremos, em traços gerais, as características da identidade e o relevo da missão do professor de EMRC.

#### **1. Especificidade da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica**

Na análise anteriormente feita à sociedade contemporânea, referimos que a qualidade moral da humanidade não tem crescido ao mesmo ritmo dos avanços científicos e técnicos. “O culto do consumo, as transformações da família e a educação permissiva engendraram uma estrutura da personalidade, o narcisismo, que é acompanhado por relações humanas cada vez mais bárbaras e conflituosas”<sup>161</sup>. A educação passou de demasiado autoritária para demasiado permissiva. O prestígio e autoridade dos professores quase desapareceram e os seus ensinamentos estão em pé de igualdade com os média. A atenção é cada vez mais diminuta e dispersa, e o desinteresse aumenta.

Na escola, as expressões de indiferença e individualismo também são visíveis e crescentes. A competição aumenta. As preocupações com os *rankings*, com os quadros de mérito e com o futuro profissional são muito superiores à atenção dispensada ao outro, à interajuda, à solidariedade, no fundo, à fraternidade. O individualismo e o egoísmo justificam-se diante da competitividade e da concorrência. Temos uma educação para o protagonismo e para a aparência. Verifica-se a substituição dos valores tradicionais pelos pseudovalores, aparência, competição, supremacia do virtual, protagonismo... Consome-se conhecimento, e as relações sociais reduzem-se a meras formalidades, onde o outro é visto como instrumento para alcançar a felicidade. Tudo em nome do progresso idealizado pelo ser humano moderno.

Passou-se do “tudo é proibido” para o “é proibido proibir”, fragilizando mesmo as competências educacionais parentais, onde se verifica a incapacidade de adiar a gratificação

---

<sup>161</sup> Gilles LIPOVETSKY, *A era do vazio – Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, Edições 70, Lisboa, 2013, 106.

dos filhos. O acentuado individualismo, e a busca desenfreada do bem-estar individual, regulam as relações sociais, onde o *eu posso* e o *eu tenho* passa a definir as regras de convivência, recusando e afastando a alteridade ou vendo-a como uma ameaça.

### 1.1. A importância da educação integral

Está na altura de repensar a educação, as relações humanas, os conhecimentos, a formação, para garantir a progressiva humanização do ser humano, onde se efetive o reconhecimento da sua subjetividade e a descoberta da sua identidade tanto no sentido do acolhimento ao outro, como na sua abertura ao infinito. Deve ser nosso objetivo apontar caminhos de alteridade ao ser humano contemporâneo, vencendo o egoísmo e o individualismo direcionados para o modelo competitivo da sociedade atual, superando o pensamento técnico instrumental e abrindo caminho para o encontro com o outro. Só vendo a pessoa como um ser-em-relação e a comunidade como espaço indispensável de sobrevivência, é possível traçar um projeto educativo que dê pistas para a construção de um futuro melhor.

Apercebemo-nos que tal situação só se pode alterar através de uma verdadeira educação. Uma educação que procure o desenvolvimento harmonioso e integral da criança, do adolescente e do jovem.

A tal aspiração se refere a Conferência Episcopal Portuguesa, salientando os seus dois grandes objetivos: “a educação é o percurso da personalização e não apenas da socialização e da formação para a cidadania. A educação autêntica é a educação integral da pessoa”<sup>162</sup>.

Mas – é necessário que se diga –, na sociedade atual, a educação tem vindo a negligenciar o desenvolvimento humano, moral e espiritual em detrimento do técnico-científico, não contribuindo para o desenvolvimento pleno do ser humano.

“O melhor que a Igreja tem a dar ao mundo”, em relação às questões concretas de índole social, “não são soluções técnicas aos seus dramas, mas sim a sua elevação em humanidade, moralidade e espiritualidade; enfim, a única via para lá chegar é a educação”<sup>163</sup>.

Ao longo dos séculos, mas em particular no decorrer do século XX, o Magistério da Igreja tem dedicado especial atenção à educação. Já Pio XI, na encíclica *Divini Illius*

---

<sup>162</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral A escola em Portugal: educação integral da pessoa humana*, CEP, 2008, nº 5.

<sup>163</sup> Manuel LINDA, *A educação, missão essencial da Igreja*. Disponível em <http://repositorio.ucp.pt/> [Consultado em outubro 2014], 2.

*Magistri*, em 1929, reivindicava o direito natural da Igreja de ensinar e promover a sua visão sobre o ser humano e a sociedade.<sup>164</sup> Mais tarde, o Concílio Vaticano II, na declaração conciliar sobre a Educação Cristã *Gravissimum Educationis*, em 1965, reflete sobre a ordem expressa por Jesus: “Ide por todo o mundo e ensinai todos os povos” (Mt 16,15).<sup>165</sup>

Hoje, mais do que nunca, dentro da Igreja, é necessária uma educação integral que dê resposta à crise de identidade vivida e que prepare para uma efetiva e transformadora presença dos cristãos no mundo.

Precisamos de “um cristianismo de homens e mulheres cuja inteligência da fé e agir cristão os torne civicamente não diminuídos, culturalmente liderantes e espiritualmente empenhados na edificação do Reino de Deus. E um tal Cristianismo só se consegue pela educação”<sup>166</sup>.

Como nos refere Manuel Linda “na educação há que colocar muito mais a tônica no domínio afetivo que no meramente cognitivo; a educação pessoal tem de caminhar a par e passo com a social”<sup>167</sup>.

Hoje torna-se indispensável uma educação capaz de trazer ideais a seguir, fundamentos e sentido para o viver, uma educação que conduza à descoberta de que todos somos seres-em-relação, descoberta pela qual se encontrarão os outros como seres iguais em dignidade e diferentes nas suas qualidades, como também o fundamento da verdadeira solidariedade. Só assim resolveremos os graves problemas humanos que a sociedade atual enfrenta.

Toda a educação é um “progresso na ordem do ser, um crescimento em humanidade”<sup>168</sup>, pois só a educação conduz ao desenvolvimento da consciência moral e ao estado de maturidade antropológica.

A educação é uma tarefa fundamental e indispensável para o desenvolvimento harmonioso e integral de todo o ser humano, pelo que o seu objetivo último é a plena humanização pessoal e social.

São necessários valores hierarquizados, que pautem a existência do ser humano, sem os quais a vida perde horizonte e a sociedade fica vazia e sem sentido.

Para esta educação integral não se pode descurar a componente religiosa, constitutiva da pessoa humana e insubstituível no crescimento da humanidade, uma vez que o ser humano tem por natureza uma vocação para a transcendência. A Declaração Universal dos Direitos

---

<sup>164</sup> Cf. PIO XI, Carta Encíclica *Divini Illius Magistri* (31 de dezembro de 1929), in AAS 22 (1930) 49-86.

<sup>165</sup> Cf. CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Decreto Conciliar *Gravissimum Educationis*, in AAS 58 (1966) 728-739.

<sup>166</sup> *Ibidem*, 10.

<sup>167</sup> *Ibidem*, 15.

<sup>168</sup> *Ibidem*, 15.

Humanos, no artigo 26.º, reconhece que “a educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz”.

Com a mesma sintonia, a Lei de Bases do Sistema Educativo, no artigo 3.º, alínea b), afirma que o sistema educativo deve contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do caráter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico. Na alínea c), defende que deve assegurar a formação cívica e moral dos jovens.<sup>169</sup>

### 1.2. Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC)

O termo “moral” tem origem no latim *mos, moris*, no sentido de conjunto de normas ou regras adquiridas por hábito, que denominamos de “costumes”. Reporta-se a comportamentos concretos, de índole particular, que pressupõe a coexistência da responsabilidade e de liberdade daquele que os leva a cabo.<sup>170</sup>

A relação moral é sempre uma relação interpessoal, com o outro e pelo outro. É no encontro com o outro que me realizo sob o ponto de vista moral.

O termo “educação”, na vasta amplitude da sua semântica, tem origem em dois verbos latinos: *educare* e *educere*. No contexto do primeiro verbo, significa criar, alimentar, ter cuidado com, cuidar de, e, no do segundo, significa conduzir para fora, tirar, extrair.

A partir daqui, percebemos como o ato educativo não pode existir sem uma conceção do ser humano. A educação é uma ação promotora e instauradora de valores. Sem a aquisição de educação, o ser humano é apenas uma possibilidade, o ser humano fica reduzido, nos seus gestos e nos seus hábitos, ao limite dos animais. A necessidade de se converter em ser humano é a sua exigência mais constante e premente conseguida no processo da educação. É um dever do grupo e do indivíduo.<sup>171</sup>

Por tudo isto, a educação deve ser entendida e perseguida como plena ou integral, não deixando de visar a esfera da moral, considerando o primado do ser em detrimento do ter.

---

<sup>169</sup> Cf. Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, in *Diário da República*, I Série, n.º 237, 1986, 3067-3081.

<sup>170</sup> Cf. José BRITO, *Temas fundamentais de ética, Actas do colóquio de homenagem ao professor P. Roque de Aguiar Cabral, S.J.*, Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2001, 90.

<sup>171</sup> Cf. *Ibidem*, 93.

A educação moral é o processo de desenvolvimento do raciocínio moral que conduz, por parte das pessoas, à tomada de decisões sobre o que é justo ou moral, no contexto em que vivem.

A educação deve ter em vista a pessoa toda e todas as pessoas. Como lemos na encíclica *Populorum Progressio* de Paulo VI, “O autêntico desenvolvimento do ser humano diz respeito unicamente à totalidade da pessoa em todas as suas dimensões”<sup>172</sup>. Pretende-se, portanto, desenvolver, nos alunos, atitudes de autoestima, respeito mútuo, com vista à formação integral.

Educar é criar as condições para que o ser humano se desenvolva harmoniosamente, cresça e seja feliz em todas as suas dimensões. Por isso mesmo, para que a educação seja eficaz tem de abranger todas as dimensões humanas.

A este propósito, diz a Conferência Episcopal Portuguesa que a Igreja Católica procura “proporcionar à pessoa a visão cristã do mundo, do homem e de Deus, e não se demitirá de continuar a oferecer, com total liberdade, propostas educativas”<sup>173</sup>. Diz ainda que: “assume assim especial importância a presença institucional que a Igreja Católica tem oferecido à escola, nomeadamente no plano do ensino religioso escolar”<sup>174</sup>.

Contudo, o Ensino Religioso Escolar (ERE) tem como característica peculiar o facto de depositar o fermento dinâmico do Evangelho e procurar atingir os outros elementos do saber e da educação, de modo que o Evangelho penetre na mente dos alunos no terreno da sua formação e a harmonização da sua cultura se faça à luz da fé. Assim, a apresentação da mensagem cristã incidirá sobre o modo como se concebe a origem do mundo e o sentido da história, o fundamento dos valores éticos, a função da religião na cultura, o destino da pessoa humana, a relação com a natureza, etc. O ERE, mediante o diálogo interdisciplinar, fundamenta, potencia, desenvolve e completa a ação educativa da escola.<sup>175</sup>

No entanto, para que cumpra a missão que lhe está confiada, o ensino religioso escolar deve apresentar-se como uma disciplina escolar com a mesma exigência de sistema e rigor que requerem as demais disciplinas. Deve, portanto, apresentar a mensagem cristã com a

---

<sup>172</sup> PAULO VI, Carta Encíclica *Populorum Progressio*, n.º 264.

<sup>173</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação – Direito e dever – Missão nobre ao serviço de todos*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2002.

<sup>174</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica – Um valioso contributo para a formação da personalidade*. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2006, n.º 1.

<sup>175</sup> Cf. SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Diretório Geral da Catequese*, Lisboa, 1997, n.º 73.

mesma seriedade e profundidade científica com que as outras disciplinas apresentem os seus saberes.<sup>176</sup>

Educar não é apenas instruir, ou formar para o trabalho, mas é investir na formação completa da pessoa. “Para educar, é preciso saber quem é a pessoa humana, conhecer a sua natureza. A progressiva difusão de uma visão relativista desta coloca sérios problemas à educação, sobretudo à educação moral, prejudicando a sua extensão a nível universal”<sup>177</sup>.

É urgente a educação moral, uma educação que capacite as pessoas para saber escolher e saber justificar as suas escolhas. Só a educação moral consegue estabelecer o equilíbrio entre a alteridade social e a individualidade da pessoa.

A verdade é que a secularização da sociedade atual tende a sublinhar a laicidade do estado. Mas laicidade do estado não implica laicidade da sociedade. Nesta sociedade do “vazio”, o ERE propõe um horizonte de sentido para a vida. Assumir uma atitude de neutralidade religiosa não pode significar ser-se anti-religioso, porque o ser humano é por natureza um ser religioso, em busca da verdade e da felicidade.

Refere a Conferência Episcopal Portuguesa: “a EMRC tem em vista a formação global do aluno, que permita o reconhecimento da sua identidade e, progressivamente, a construção de um projeto pessoal de vida. Promove-a a partir do diálogo da cultura e dos saberes adquiridos nas outras disciplinas com a mensagem e os valores cristãos enraizados na tradição cultural portuguesa”<sup>178</sup>. Procura educar para os valores e levar os alunos a fazer uma síntese entre a fé e a cultura. É um espaço de reflexão crítica e sistemática sobre os valores espirituais e o sentido religioso da vida.

Esta área da educação pretende proporcionar à pessoa a visão cristã do mundo, do ser humano e de Deus, oferecendo propostas educativas<sup>179</sup>. Pretende levar todos os cidadãos a familiarizarem-se com os valores e mundividência cristãos, que estão na origem da nossa cultura.

A disciplina de EMRC procura, através do ensino de valores tais como a liberdade, a solidariedade, o respeito, a fraternidade..., a construção de um mundo melhor, onde as relações entre as pessoas sejam pautadas pelo amor fraterno, contribuindo para uma global humanização do mundo.

---

<sup>176</sup> Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica – Um valioso contributo para a formação da personalidade*, 2006, nº 11.

<sup>177</sup> BENTO XVI, Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, nº 61.

<sup>178</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação – Direito e dever – Missão nobre ao serviço de todos*, 2002.

<sup>179</sup> Cf. *Ibidem*.

Esta sociedade plural, com a globalização e encontro de culturas e religiões que lhe dão colorido e vida, pede medidas urgentes e claras que potenciem a capacidade de integração comunitária das religiões. O ensino religioso tornar-se-á para tal um meio imprescindível.

Compreendendo que “todo o cidadão tem o direito e o dever de conhecer criticamente a matriz religiosa da sua cultura e, hoje mais do que nunca, para interagir num mundo globalizado, deverá ter igualmente uma compreensão, ao menos rudimentar, da mundivisão, ritmos de vida e valores estruturantes das grandes tradições religiosas da humanidade”<sup>180</sup>, nomeadamente os que condicionam o tempo em que ele agora vive.

O Concílio Vaticano II, na declaração *Dignitatis Humanae* (1965), refere que é aos pais que “compete o direito de determinar a forma de educação religiosa que se há de dar a seus filhos de acordo com as suas próprias convicções religiosas (...). São violados os direitos paternos se for imposta uma única forma de educação de que se exclua totalmente a formação religiosa”<sup>181</sup>.

Sobre o ensino religioso nas escolas, Bento XVI afirmou que “é um direito inalienável dos pais poder garantir a educação religiosa e moral dos seus filhos (...) O ensino da religião representa um recurso fundamental e indispensável para uma educação que tenha entre os seus objetivos a construção da personalidade do aluno e o desenvolvimento das suas capacidades, integrando as suas dimensões cognitiva, afetiva e espiritual”<sup>182</sup>. Tal direito está em consonância com o princípio do secularismo, uma vez que não envolve a adesão nem identificação do estado com os dogmas e a moral que integram o conteúdo desse ensino.

Hoje, mais do que nunca, perante a intitulada “crise de valores” (vemos muitos jovens frágeis emocionalmente, com os valores deturpados por filmes, modismos...), a escola deve desempenhar um papel mais ativo no desenvolvimento dos valores nos alunos. Até porque, a família, que deveria ser a primeira escola de valores e socialização, se tem demitido, tão frequentemente, da sua função educadora e tem delegado para a escola essa função.

Ao contribuir para a educação integral do educando, a escola, para ser consistente, precisa de um enraizamento num corpo ético que lhe confira identidade. No horizonte desses valores universais da civilização, integra-se a própria tradição cristã, criadora de cultura, portadora de uma mundividência própria, apontando um caminho preciso de realização

---

<sup>180</sup> Peter STILWELL, “Que estudo das religiões no sistema de ensino?”, in *Religiões: Identidade e Violência* (XXIII Semana de Estudos Teológicos), 340-355, Alcalá-Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2003, 344-345.

<sup>181</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Declaração *Dignitatis Humanae*, in AAS (1966), nº 5.

<sup>182</sup> BENTO XVI, *Discurso do papa Bento XVI à senhora Anne Leahy, nova Embaixadora do Canadá junto da Santa Sé por ocasião da apresentação das cartas credenciais* (30 de outubro de 2008), Disponível em [http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/october/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20081030\\_ambassador-canada.html](http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/october/documents/hf_ben-xvi_spe_20081030_ambassador-canada.html) [Consultado em fev. de 2015].

humana. Assim, a abertura à transcendência e à dimensão religiosa é uma constante em todas as culturas e civilizações, pois a pessoa transporta consigo a abertura ao Outro.<sup>183</sup> A dimensão religiosa é constitutiva da pessoa humana, por isso, não haverá educação integral se a mesma não for tomada em consideração.

Ao educar para os valores, a EMRC está consciente que o crescimento pessoal, social e moral do jovem é um caminhar contínuo de busca de respostas às perguntas fundamentais: quem sou eu? Qual o meu papel na sociedade?

A importância da EMRC, no espaço escolar, alicerça-se no facto de a problemática religiosa suscitar questões fundamentais da existência humana e de oferecer, como resposta, grelhas de leitura, em profundidade, do viver pessoal e da história, bem como respostas sobre o sentido último da realidade, visando a formação de consciências.

A disciplina pretende ajudar o aluno a vencer obstáculos, proporcionando-lhe recursos para que se possa descobrir a si mesmo, descobrir os outros, continuamente desenvolver-se e realizar-se. Constitui, portanto, um contributo fundamental para o desenvolvimento global dos jovens.

### 1.3. *A Educação Moral e Religiosa Católica na escola pública e as propostas atuais do currículo*

O estado, na sua função essencialmente reguladora e como garante dos direitos dos indivíduos, deve promover uma educação completa, integral, pelo que não pode ignorar qualquer dimensão do ser humano, ou qualquer problema que afete a existência humana.

O estado não pode, portanto, considerar como menor a dimensão religiosa humana ou negligenciar esta expressão fundamental da pessoa. Pois, como nos diz Geraldo Morujão, “a educação integral exige uma formação moral da pessoa, de tal modo que lhe assegure a capacidade de discernimento crítico da realidade, a maturidade humana, assim como a capacidade de assumir atitudes responsáveis”<sup>184</sup>. Pelo que, o sistema educativo tem o dever de corresponder às convicções publicamente expressas e livremente assumidas pelos cidadãos no que toca aos valores para a vida. As instituições educativas têm de estar ao serviço dos valores, incluindo os valores morais e religiosos.<sup>185</sup>

---

<sup>183</sup> Cf. Fernando MOITA, *EMRC: Tenho uma hora para caminhar*, in *Ecclesia*. Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/filipe/emrc/emrcdoc/emrc-desafios.htm> [Consultado em fev. 2015].

<sup>184</sup> Geraldo MORUJÃO, “Justifica-se o ensino religioso nas escolas do estado?” Disponível em [http://www.ipv.pt/millennium/pce6\\_gm.htm](http://www.ipv.pt/millennium/pce6_gm.htm) [Consultado em fev. 2015].

<sup>185</sup> Cf. *Ibidem*.

Enquanto as ciências experimentais são incapazes de dar resposta às grandes questões da humanidade, aos grandes segredos da existência (Que é o ser humano? Qual o sentido da morte? Haverá vida para além da morte? ...), a “educação religiosa visa não só ensinar a verdade de Deus e do destino transcendente do homem, mas também ajudar o educando a descobrir a resposta aos grandes enigmas da existência”<sup>186</sup>, tornando o aluno participante ativo neste processo.

A educação escolar não pode restringir-se apenas à transmissão de conhecimentos, entendendo o aluno como mero recetor. O aluno é, antes de tudo, um projeto de vida.

A disciplina de EMRC deve ajudar a formar bons cidadãos, pessoas responsáveis e comprometidas, ajudar a educar o olhar, perturbado pelo pessimismo e pela indiferença, para enfrentar o mundo com olhos de solidariedade e de esperança.

Neste sentido e por isso mesmo, o ensino religioso escolar é um direito que os católicos têm. Não por serem católicos, mas por serem cidadãos. Este ensino nas escolas estatais está garantido por um acordo bilateral entre o Estado português e a Santa Sé, através de um instrumento jurídico de direito institucional, chamado “Concordata”<sup>187</sup>,<sup>188</sup>.

A Concordata de 2004 entre a Santa Sé e o Estado português é o suporte jurídico fundamental que legitima a lecionação da Educação Moral e Religiosa Católica nos estabelecimentos de ensino público não superior. A Concordata estabelece a obrigatoriedade de a República Portuguesa, no âmbito da liberdade religiosa e do dever do estado cooperar com os pais na educação dos filhos, garantir tal ensino sem quaisquer discriminações. Ela estabelece, também, que é da competência exclusiva da autoridade eclesiástica a definição do conteúdo do ensino da EMRC, em conformidade com as orientações gerais do sistema de ensino português. Estão igualmente regulados, entre outros: o estatuto da disciplina de EMRC, os direitos das famílias e dos alunos à sua frequência, o estatuto do professor, etc ...

Realizando-se a ação educativa da Igreja de várias formas ou modalidades, o ERE reveste-se, sem dúvida, de especial importância, sendo uma área curricular disciplinar de oferta obrigatória, por parte das escolas, e de caráter facultativo na inscrição, por parte dos alunos.

Deve salientar-se que a obrigatoriedade da oferta não é sempre reconhecida, especialmente no 1º ciclo, mas também nos outros ciclos quando o número de alunos não é

---

<sup>186</sup> *Ibidem*.

<sup>187</sup> A concordata é uma convenção entre os chefes de Estado de países católicos e o Papa ou a Santa Sé sobre assuntos de religião ou sobre as relações entre Estado e Igreja. A última Concordata, sucedânea da que fora assinada em 1940, foi assinada no Vaticano a 18 de maio de 2004, entre o Cardeal Angelo Sodano, Secretário de Estado da Santa Sé, e o Dr. José Manuel Durão Barroso, Primeiro-Ministro de Portugal.

<sup>188</sup> Cf. Geraldo MORUJÃO, “Justifica-se o ensino religioso nas escolas do estado?”, *op. cit.*.

considerado suficiente. Salienta-se, igualmente, a habitual não existência de oferta de EMRC nos Cursos de Educação e Formação (CEF's) e nos Cursos Profissionais de nível secundário.

Muitos outros constrangimentos têm surgido, em relação à disciplina de EMRC, como por exemplo, a elaboração dos horários, onde a disciplina é, por vezes, colocada isoladamente numa manhã ou tarde, procedimento que desmotiva os alunos e não oferece condições propícias à sua implementação.

Não obstante estes problemas e dificuldades, o direito dos pais darem aos filhos a educação que pretendem está reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) no artigo 26.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “é aos pais que pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação dos seus filhos” e, no artigo 14.º, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia: “são respeitados, segundo as legislações nacionais que regem o respetivo exercício, a liberdade de criação de estabelecimentos de ensino, no respeito pelos princípios democráticos, e o direito dos pais de assegurarem a educação e o ensino dos filhos de acordo com as suas convicções religiosas, filosóficas e pedagógicas”<sup>189</sup>.

Também a Constituição da República Portuguesa, nos artigos 43.º, 67.º e 68.º, refere que a educação compete aos pais. “O estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas. (...) Incumbe ao estado para proteção da família: cooperar com os pais na educação dos filhos. (...) Os pais e mães têm direito à proteção da sociedade e do estado na realização da sua insubstituível ação em relação aos filhos, nomeadamente quanto à sua educação”<sup>190</sup>.

A escola, em virtude da sua missão, enquanto cultiva atentamente as faculdades intelectuais, desenvolve a capacidade de julgar retamente, promove o sentido dos valores, prepara para a vida profissional e favorece a convivência fraterna da comunidade humana.<sup>191</sup>

O estado não deveria ser o educador, pois a educação deve espelhar as características da sociedade civil e não aquilo que é imposto por um sistema generalizado com “valores” que muitas vezes não correspondem aos ideais das famílias.

---

<sup>189</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em [http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos\\_internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh.html](http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos_internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh.html) [Consultado em março 2015].

<sup>190</sup> ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, *Constituição da República Portuguesa*. Disponível em <http://www.parlamento.pt/Legislação/Paginas/ConstituiçãoRepublicaPortuguesa.aspx> [Consultado em fevereiro 2015].

<sup>191</sup> Cf. CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Decreto Conciliar *Gravissimum Educationis*, in AAS 58 (1966), nº 5.

Quanto mais cedo começa a “instrução”, mais educação ela é. É na família que germina a vida, deveria ser a família a ajudar as crianças a dar os primeiros passos em direção à felicidade e à realização pessoal, a ensinar e desenvolver os valores. A família é a primeira escola de sociabilidade. É aos pais que pertence o dever de tomar os cuidados necessários para que os filhos possam crescer e tornar-se cidadãos responsáveis.

Neste sentido, a função do professor é uma prótese da família. Deveriam ser dadas às famílias condições satisfatórias para poderem educar os seus filhos, pois o problema não é existirem próteses, mas cortar as pernas para as colocar. Mas na atualidade, o professor não é apenas aquele que instrui, que ensina a ler e escrever, mas aquele que educa, um educador que transmite valores (competência da família).

Para auxiliar a família, na missão de educar e preparar os seus filhos para viver em sociedade, é importante que o poder civil reconheça e proteja as famílias, defenda e favoreça a prosperidade das comunidades familiares.<sup>192</sup>

É, aliás, a sua função supletiva, como escreve o papa Francisco: “O cuidado e a promoção do bem comum da sociedade competem ao estado. Este, com base nos princípios de subsidiariedade e solidariedade (...), desempenha um papel fundamental na busca do desenvolvimento integral de todos”<sup>193</sup>.

Ultimamente, tem crescido alguma preocupação, ainda que não efetivamente prática (uma vez que foi retirada do currículo a área curricular não disciplinar de Formação Cívica), nas escolas, com a formação dos indivíduos como cidadãos intervenientes, em parte pelo crescente alheamento dos jovens face à participação social e política.

Por outro lado, o reforço dos valores da liberdade e da relevância pessoal levou a uma nova vaga de currículos centrados nos interesses do aluno, em temas da atualidade social, na abordagem integradora do conhecimento ao serviço de problemas reais, na flexibilidade e na abertura dos planos curriculares.

Vejamos alguns aspetos que coexistem nos currículos atuais:<sup>194</sup>

– Um currículo centrado no aluno, dando ênfase às dimensões da formação integral do aluno enquanto pessoa e cidadão;

---

<sup>192</sup> Cf. CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, in AAS 58 (1966), nº 52.

<sup>193</sup> FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, nº 240.

<sup>194</sup> Cf. Maria do Céu ROLDÃO, *Os professores e a gestão do currículo, Perspetivas e práticas em análise*, Porto Editora, Porto, 1999, 20.

– Preparação científica e prática para as exigências de uma sociedade tecnológica e em mudança acelerada, valorizando a articulação do saber com a vida e os problemas da sociedade;

– Valorização do método da descoberta como estratégia preferencial de aprendizagem.

Fazendo, contudo, uma rápida análise à educação ministrada na atualidade, podemos referir que a satisfação das necessidades de preparação para uma sociedade tecnológica, em rápida evolução, tem superado grandemente o nível conseguido no desenvolvimento harmonioso das potencialidades do indivíduo enquanto tal.

No entanto, à escola compete proporcionar os referenciais de conhecimento e de competências funcionais que habilitem os indivíduos a inserir-se noutros domínios de aprofundamento e aplicação de conhecimentos e a gerirem os seus processos de formação e inserção na vida social e profissional.

É por ser a escola o contexto natural e específico da aprendizagem, que significa, como nos refere Maria do Céu Roldão, “apropriar-se dos sentidos daquilo que se aprende, atribuir um significado a alguma coisa e inserir cada nova aquisição num processo interativo que se constrói a partir do quadro prévio em que o sujeito se situa”<sup>195</sup>.

Para a consecução de tal desiderato, numa sociedade com oportunidades de educação para todos, a escola tem de destinar-se a públicos cada vez mais heterogéneos cultural e socialmente, pelo que é necessário um ensino diferenciado. É necessário perceber como os alunos leem o mundo para que possam ter acesso a novas leituras. Gerar aprendizagens de níveis mais próximos implica uma preocupação permanente em gerir conteúdos, metodologias, prioridades, para a situação única de cada escola, cada turma, cada aluno.

De facto, é este o objetivo final que se persegue sempre: as sociedades atuais requerem cada vez mais a melhoria do nível de educação dos seus cidadãos, porque a competição económica o exige, mas também porque a qualidade e a melhoria de vida social passam cada vez mais pelo domínio de competências, incluindo as competências para aprender, colaborar e conviver, pelo nível cultural geral dos indivíduos e pela sua capacidade de se integrarem numa sociedade construída sobre múltiplas diversidades.

---

<sup>195</sup> *Ibidem*, 28.

## 2. Identidade e missão do professor de Educação Moral e Religiosa Católica

Que o exercício da função docente, aliado ao estatuto social que lhe era conferido, se alterou consideravelmente é um dado incontestável. Em tempos idos, o professor auferia um prestígio social considerável e não contestado, pois era o detentor quase exclusivo do saber e portanto do poder. Hoje isso não se verifica. Ao professor é-lhe atribuído cada vez menos valor social. Assistimos a uma mudança do contexto social, devido ao crescimento de outras fontes de informação alternativas à escola, e outras exigências da sociedade, que obrigam o professor a alterar o seu papel de transmissor de conhecimento.

Ele hoje exerce uma entre outras funções ou atividades sociais, reconhecida como útil em resultado da sua finalidade, para a qual tem de dominar um conjunto de saberes, que incluem conhecimentos teóricos e práticos, competências e capacidades específicas. Exerce-a com uma determinada margem de poder e autonomia e correspondente responsabilização, ou seja, decidindo como procede profissionalmente e prestando contas dessas decisões perante a sociedade e, em particular, os utilizadores da sua atividade e, por fim, pratica a sua atividade num quadro de desenvolvimento profissional que implica um permanente processo de análise reflexiva que lhe permita modificar as decisões, ajustar os procedimentos e atualizar os saberes que as situações concretas vão requerendo.<sup>196</sup>

Hoje exige-se ao professor muito mais do que transmitir conhecimentos. É-lhe pedido que facilite a aprendizagem, organize e acompanhe os trabalhos, contribua para o equilíbrio afetivo e cuide da integração social dos alunos.<sup>197</sup> É ao professor que cabem as responsabilidades da gestão do processo de desenvolvimento curricular, pois é ele o mediador entre a proposta do currículo e a concretização, pelos alunos, das aprendizagens visadas. É pela atuação do professor que vai ser conduzido o processo de passagem do currículo formal ao currículo real.

O aluno é a instância reguladora de todo o processo, o referente central em torno do qual o professor terá de organizar toda a sua ação como gestor do currículo. São os alunos que constituem o campo de atuação do professor e é sobre eles que tem de incidir a sua análise de situação de modo a permitir o desenvolvimento adequado do processo curricular.

Para edificar esta regulação, diversas componentes relativas ao aluno terão de ser tomadas em consideração: enquadramento familiar, sociocultural e condições económicas;

---

<sup>196</sup> Cf. *Ibidem*, 112.

<sup>197</sup> Cf. AA. VV., *Profissão Professor*, Porto Editora, Porto, 1991, 100.

pertença cultural; nível etário e modos de pensamento; características individuais (experiências vividas, personalidade, ritmo de trabalho e estilos de aprendizagem).

Tendo em conta tudo isso e para que a sua ação seja eficaz e atinja os objetivos a que se propõem, os docentes de EMRC “devem ser escolhidos tendo em conta as condições legais de qualificação científica e pedagógica, o jeito e o gosto pela missão educativa, a capacidade de relação e de integração escolar, o equilíbrio e a maturidade humana, o testemunho de uma vida cristã coerente e comprometida eclesialmente, a disposição para assumir as orientações diocesanas e nacionais neste domínio do ensino”<sup>198</sup>.

Afirma a Concordata de 2004, no artigo 19.º, que o ensino da EMRC “em nenhum caso pode ser ministrado por alguém que não seja considerado idóneo pela autoridade eclesiástica competente, a qual certifica a referida idoneidade nos termos previstos pelo direito português e pelo direito canónico. Os professores são nomeados ou contratados, transferidos e excluídos do exercício da docência da disciplina pelo Estado de acordo com a autoridade eclesiástica competente”<sup>199</sup>.

O professor de EMRC deve identificar-se com a mensagem, pois só vivendo a mensagem, a pode transmitir. O exemplo/testemunho é imprescindível para a eficácia da comunicação da mensagem. Devemos ter sempre presente, o facto de que alguns jovens se afastam das coisas de Deus por testemunhos negativos, ou porque não se cuidou pedagogicamente a qualidade da transmissão da mensagem. “Os jovens não precisam de especialistas que lhes digam quem é Deus, mas de testemunhas que os ajudem a compreender – e a compreenderem-se a si próprios”<sup>200</sup>.

Deve ser um companheiro de viagem, disposto a escutar e a ler quais as perguntas que constituem as inquietações de cada coração, que mostram a sede de verdade e de amor de cada jovem. Ele há de estar presente, de forma consciente no mundo dos jovens, oferecendo capacidade de compreensão, disponibilidade de presença e garantia de acolhimento.

Não lhe é pedido que transmita a fé ou a entregue, mas que a faça gerar, através de caminhos diversos, para que os jovens a cultivem e façam crescer. Suscitar neles o desejo de se abrirem à beleza do Outro, acolhendo-a em si mesmos e estabelecendo com ela uma relação duradoura.

---

<sup>198</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica – Um valioso contributo para a formação da personalidade*, 2006, nº 5.

<sup>199</sup> Manuel Saturino Costa GOMES (coord.), *Concordatas Santa Sé – Portugal 18 de Maio 2004 – 7 de Maio 1940. Lei da Liberdade Religiosa. Outros Diplomas Legais*, Instituto Superior de Direito Canónico, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2005<sup>2</sup>.

<sup>200</sup> Philippe BACQ e Christoph THEOBALD (dir.) *Uma Nova Oportunidade para o Evangelho. Para uma pastoral de gestação*, Paulinas, Lisboa, 2013, 212.

O professor de EMRC há de ajudar os jovens a refletir sobre a própria vida, a descobrir os valores que se encontram no quotidiano, a assumir com coerência a existência, valorizando tudo o que tem de positivo; ao mesmo tempo, tem a função de fazer desenvolver o espírito crítico face à cultura dominante.

O professor de EMRC deve ser alguém que está em contínuo contacto com a nascente, com a fonte da missão. Tem, igualmente, de estar aberto e sensível aos problemas do mundo, com uma espiritualidade encarnada. Deve possuir a consciência plena de que todas as pessoas e todos os povos têm a mesma dignidade, com uma espiritualidade inculturada, que brota da experiência vivida. Deve acreditar em si, em Deus e no outro, dando testemunho, com toda a simplicidade, da sua fé e daquilo que o faz viver.

Temos de saber escutar a Palavra de Deus, mas também saber escutar o mundo, a sociedade, os jovens, nas suas convicções de vida e na sua dignidade. A escuta supõe recetividade e humildade, paciência e acolhimento e abertura de coração para deixar-se habitar primeiramente pela Palavra e depois pelos outros. A nossa atenção deve tocar-lhes o coração, para que o outro experimente, em nós e por nós, riqueza de humanidade.

### *2.1. Perfil Humano*

As qualidades humanas do docente de EMRC são o mar onde navega toda a sua ação e o ponto de partida da sua eficácia. O professor de EMRC deve possuir “equilíbrio e maturidade humana”, deve revelar um comportamento sensato, uma personalidade equilibrada e maturidade adequada à missão a desempenhar, bem como capacidade de relação e integração escolar. Deve revelar simpatia, delicadeza, capacidade de comunicar e de criar empatia e atitude construtiva.<sup>201</sup> O docente de EMRC deve proporcionar o melhor ambiente no local de trabalho, deve saber trabalhar em equipa...

Deve o docente ter facilidade em estabelecer relações interpessoais, sensibilidade à problemática sociocultural, abertura de espírito universal e postura cívica e ética.

### *2.2. Perfil Cristão*

Os professores de EMRC são propostos pelos bispos diocesanos e nomeados pelo Ministério da Educação. Representam, portanto, a Igreja, na função específica do Ministério

---

<sup>201</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica – Um valioso contributo para a formação da personalidade*, 2006, nº 5.

da Palavra dentro da escola, ajudando a realizar o mandato de Jesus Cristo: Ide, pois, e ensinai todas as nações (cf. Mt 28,19-20).

Segundo a Conferência Episcopal Portuguesa, são elementos essenciais do perfil cristão do professor de EMRC as seguintes dimensões: uma clara opção cristã de vida, um estado de vida consentâneo com as normas da Igreja, a vivência da fé através da prática dos valores evangélicos, a inserção e o compromisso comunitário, nomeadamente através da participação em atividades eclesiais na família, na paróquia, em movimentos apostólicos e na diocese.<sup>202</sup>

Portanto, ele está ao serviço do Mestre para fazer chegar o Reino de Deus ao mundo de hoje.

Há de ser uma pessoa de fé, alguém que acredita profundamente naquilo que faz. Deve transmitir com verdade os valores em que acredita, para que a educação dos valores esteja intrínseca no seu testemunho e na sua palavra.

A disciplina que leciona faz ao seu professor exigências pessoais de identidade e de credibilidade. Elas são um estímulo a realizar claramente e a viver plenamente a unidade entre a fé pessoal e a imagem pública da Igreja que ele leva consigo. Por isso, o professor de EMRC é, ao mesmo tempo, discípulo e testemunha de Jesus Cristo.<sup>203</sup>

Assim, tem especial importância a coerência de vida, a proeminência da conduta sobre a palavra. Quanto mais vivo for o ideal de ser humano que o educador apresentar tanto mais ele será crível e imitável, próximo e realizável. O professor não se pode esquecer de que é, em primeiro lugar, um modelo para os seus alunos.

### *2.3. Perfil Profissional*

O docente de EMRC há de possuir, antes de mais, um amplo conhecimento da cultura do mundo contemporâneo, das questões sociais atuais, e um sólido conhecimento da doutrina da fé católica e do ensino moral da Igreja. Concomitantemente, há de ter em comum com os outros professores, o requisito da competência científica e pedagógica para a docência.

Os docentes de EMRC devem ter a capacidade de estabelecer objetivos pedagógicos e de mobilizar os correspondentes conteúdos programáticos, a capacidade para definir estratégias de aprendizagem adequadas aos seus alunos e providenciar os necessários

---

<sup>202</sup> *Ibidem*, nº 5.

<sup>203</sup> Cf. Deolinda SERRALHEIRO, *A Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Portuguesa*, Lisboa, Editora Rei dos Livros, 1990, 46-47.

recursos didáticos, a capacidade para elaborar planificações do trabalho a desenvolver com os seus alunos e para cooperar com outros educadores em planos de trabalho comuns, a capacidade para liderar e interagir com os alunos. Um profundo conhecimento do programa oficial de EMRC e a capacidade para o implementar são também componentes essenciais da competência pedagógica do professor de EMRC.<sup>204</sup>

A Conferência Episcopal realça também que os docentes de EMRC devem revelar sentido de compromisso com as responsabilidades a assumir, designadamente a assiduidade, o cumprimento global dos programas, o acompanhamento e a motivação dos seus alunos, o cumprimento integral do serviço letivo e não letivo atribuídos pela escola, o testemunho cristão na escola e a dedicação à comunidade educativa.<sup>205</sup>

Os professores de EMRC têm, em termos de formação da pessoa, uma responsabilidade acrescida. Para tal é necessário que na sala de aula, na escola e na vida, promovam todos os valores que proclamam. O professor deve, portanto, ser um exemplo a seguir, por isso, cabe-lhe imprimir marcas morais que acompanharão o aluno ao longo da vida.

Os professores devem, igualmente, preocupar-se com a sua formação contínua, participando em ações de formação, especialmente, aquelas que são promovidas pelos Secretariados Diocesanos de EMRC. Hão de ser capazes de estar em permanente processo de aprendizagem.

Devem também ser pessoas abertas à novidade e à mudança. Devem dominar o maior número de métodos e processos para poder enfrentar as várias situações e problemas que vão surgindo. Devem mostrar-se curiosos, interventivos, entusiastas, trabalhadores, criativos, flexíveis e adaptáveis.

“A eficácia do professor exige uma presença atenta à escola onde exerce a sua missão. Uma escola que continua a preocupar-se mais em transmitir conhecimentos do que em educar, uma escola que revela sinais preocupantes de degradação dos valores morais (...)... O professor há-de ser na escola um perspicaz observador, para que, após madura reflexão, possa alertar, antecipar-se, corrigir, sugerir, encaminhar”<sup>206</sup>.

A conceção de pessoa e a moral que ele é chamado a propor são iluminadas pela fé cristã. Por isso, não lhe interessam apenas as dimensões éticas do ser humano, mas também

---

<sup>204</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica – Um valioso contributo para a formação da personalidade*, 2006, nº 5.

<sup>205</sup> *Ibidem*, nº 5.

<sup>206</sup> Albino Mamede CLETO, in Querubim José SILVA, e Jaime Milton NEVES, *Pessoa, cultura, fé. Fórum do Ensino Religioso em Portugal*, 1, Secretariado Nacional de Educação Cristã, Lisboa, 1997, 188-189.

as suas dimensões sobrenaturais. Sem as impor, mas apresentando-as com nitidez e convicção.

Cabe ao professor ampliar os horizontes e a visão do mundo dos alunos, propiciando o domínio dos conteúdos previstos para o ciclo de aprendizagem, mas também desenvolvendo habilidades e atitudes adequadas ao desempenho individual e ao convívio social com valores morais e éticos.

O docente, não só transmite conteúdos, mas faz aprender e cria as condições e contextos pedagógicos e axiológicos necessários à vida. “Fazer aprender pressupõe a consciência de que a aprendizagem ocorre no outro e só é significativa se ele se apropriar dela ativamente. Por isso mesmo são precisos os professores. Se a aprendizagem fosse automática, espontânea e passiva, o professor seria desnecessário. Se para aprender bastasse proporcionar informação, seria suficiente pôr os livros nas mãos dos alunos ou disponibilizar-lhes as tecnologias de informação. Mas porque aprender é um processo complexo e interativo, torna-se necessário um profissional de ensino”<sup>207</sup>.

Como refere a Conferência Episcopal, um dos fatores que muito tem contribuído para o elevado número de alunos inscritos na disciplina, é a competência, o empenho e a dedicação dos respetivos professores. Juntamente com o carisma, o seu profissionalismo não pode ser negligenciado.<sup>208</sup>

### **3. Síntese**

Neste mundo, em que temos diariamente conhecimento de atentados à dignidade humana, situações de desrespeito pela liberdade religiosa, desvalorização da própria vida humana, temos como fundamental que é através da implementação da educação que podemos ajudar as pessoas a viver melhor e a ajudar os outros a conseguirem-no, na liberdade, na tolerância, no respeito, na fraternidade, no amor, entre outros valores, verdadeiros fundamentos da nossa existência e convivência interpessoal.

No sentido de se conseguir esse objetivo, compreende-se a importância e a necessidade de implementação, no mundo atual, da disciplina de EMRC. O reforço das relações interpessoais e a proposta da vivência dos valores, tais como a tolerância e o amor ao próximo, são indispensáveis para que uma sociedade se desenvolva de forma harmoniosa e que possa criar raízes profundas em valores universais, tais como, a solidariedade, a

---

<sup>207</sup> Maria do Céu ROLDÃO, *Os professores e a gestão do currículo*, op. cit., 114.

<sup>208</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica – Um valioso contributo para a formação da personalidade*, 2006, nº 4.

fraternidade, a justiça e a paz, que têm de ser a sua trave mestra de suporte para uma convivência interpessoal livre e verdadeiramente humana.

Em termos de objetivo, poderíamos dizer que a diferença entre a educação cristã e a educação secular é que uma está preocupada em transmitir informações e a outra em mudar as nossas vidas.<sup>209</sup>

---

<sup>209</sup> Cf. SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Gráfica Almondina, Lisboa, 2014, 1.

## CAPÍTULO IV: PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA NA TURMA A DO QUINTO ANO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MUNDÃO

Neste capítulo pretende-se dar consistência concreta de atuação aos conteúdos abordados nos capítulos anteriores, bem como apresentar uma proposta pedagógico-didática para a lecionação da Unidade Letiva “A Fraternidade”, que integra o programa de Educação Moral e Religiosa Católica do 5º ano de escolaridade.

Assim, partir-se-á da caracterização sumária da escola e da turma onde decorrerá a Prática de Ensino Supervisionada, para de seguida, apresentarmos as metas de aprendizagem, os objetivos a atingir, os conteúdos a lecionar, propondo algumas estratégias e recursos.

Por fim, serão apresentadas as expectativas de lecionação, as planificações, justificando as opções metodológicas adotadas, seguida de uma avaliação de todo o processo.

### **1. Caracterização da Escola Básica 2,3 de Mundão e da turma de estágio**

Com base no Projeto Educativo, começamos por fazer uma pequena análise do meio envolvente, uma vez que este determina sobremaneira todo o ato educativo. Sem conhecimento da Escola em que nos movemos, do seu contexto social, bem como das suas potencialidades humanas e materiais, da sua cultura e do seu Projeto Educativo, estaremos a desperdiçar recursos.

#### *1.1. A Escola Básica 2, 3 de Mundão*

O Agrupamento de Escolas de Mundão é constituído por dez estabelecimentos de educação e ensino: escola básica dos 2.º e 3.º ciclos de Mundão (escola-sede), cinco escolas básicas com educação pré-escolar/1.º ciclo, duas escolas do 1.º ciclo e dois jardins-de-infância. Todos os estabelecimentos apresentam, no geral, boas condições ao nível de conforto, segurança, habitabilidade, higiene e limpeza.

No total, os dez estabelecimentos de educação e ensino possuem cerca de 755 alunos, oriundos de 6 freguesias, da zona norte do concelho de Viseu.

A Escola Básica do 2.º e 3.º ciclos de Mundão, sede do Agrupamento, fica localizada na freguesia de Mundão, a 8 Km de Viseu. O meio envolvente do Agrupamento é predominantemente rural. Situado na zona norte do concelho de Viseu, abrange seis

freguesias: Mundão, Cavernães, S. Pedro de France, União de freguesias Barreiros/Cepões, Côta e Rio de Loba.

A Escola sede do Agrupamento existe desde 1995, preparada apenas para dezoito turmas. Em 2006/2007 foram criados três Cursos de Educação e Formação (CEF) de Hotelaria - Serviço de Mesa; Operador de Informática; Cuidados e Estética do cabelo, bem como, um Percorso Curricular Alternativo (PCA), área de Têxteis e Madeiras – 2º e 3º ciclos. Presentemente tem vinte e uma turmas, estando incluídas nestas os três Cursos de Educação e Formação (CEF).

Desde o ano letivo de 2009-2010, o Agrupamento integra o programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP). A continuidade e integração no TEIP 3/Contrato de Autonomia, surge como uma oportunidade muito importante, para desenvolver ferramentas e estratégias consideradas necessárias para enfrentar o conjunto de problemas socioeducativos, bem como económicos com que este agrupamento/território se debate.<sup>210</sup>

Sendo este Agrupamento constituído na sua maioria por alunos de um estrato socioeconómico médio e médio baixo, mais premente se mostra a necessidade de desenvolver estratégias que possibilitem um verdadeiro desenvolvimento de todas as competências consideradas essenciais no desenvolvimento integral e global dos alunos. Assim, a Escola tem tentado dar resposta às necessidades do meio, criando condições necessárias para o desenvolvimento das ações previstas e imprescindíveis à sua transformação e manutenção, num espaço que fomente cada vez mais a qualidade, o diálogo e o respeito entre todos.

### 1.2. *Caracterização da turma*

A turma A do quinto ano de escolaridade, da Escola Básica 2, 3 de Mundão, é constituída por dezanove alunos, dez raparigas e nove rapazes, com idades compreendidas entre os nove e os doze anos.

Dos dezanove alunos, quatro apresentam retenções, a saber, dois alunos apresentam uma retenção cada e os outros dois alunos apresentam duas retenções no seu percurso escolar.

---

<sup>210</sup> AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MUNDÃO, *Projeto Educativo TEIP 2013-2017*, Mundão, Agrupamento de Escolas de Mundão, 2015.

Relativamente às inscrições na disciplina de Educação Moral Religiosa Católica, a turma apresenta uma percentagem de setenta e nove por cento de inscrições, ou seja, quinze dos seus alunos estão inscritos na disciplina.

As atividades preferidas dos alunos variam entre a dança, música, desporto, leitura, brincar, ver televisão, passear, correr, nadar, andar de bicicleta e ajudar os pais. De uma forma geral, os alunos apresentam maior dificuldade nas disciplinas de história e geografia de Portugal, português, matemática, inglês e ciências naturais. A maior parte dos alunos vive na companhia dos pais, vivendo três deles também na companhia dos avós, um só com a mãe e uma aluna vive num lar. Treze alunos têm irmãos e seis dos alunos não têm. Todos os alunos vivem relativamente perto da escola.

Relativamente ao apoio socioeconómico, podemos referir que sessenta e oito por cento dos alunos usufruem de escalão, A ou B, ou seja, treze alunos apresentam necessidades económicas.

No que respeita à escolaridade dos pais, salienta-se o facto de a maioria dos progenitores possuir apenas o sexto ano de escolaridade e nenhum deles possuir habilitação superior.

De uma forma geral, todos os alunos gostam de frequentar a escola: seis alunos querem frequentar a escola até ao 12º ano e os restantes querem concluir o ensino superior.

Analisando, de forma geral, as crianças pertencentes a esta faixa etária, podemos referir que são, na sua maioria, cheias de espírito aventureiro, abundante energia, com capacidade de atenção em expansão e capacidade de aprender. São crianças com muito entusiasmo e curiosidade, embora, com alguma frequência, apresentem comportamentos conflituosos e desorganizados. Devido à sua imaturidade, insistem em satisfazer as suas necessidades no momento em que surgem. Têm dificuldade em concentrar-se, durante muito tempo, num determinado tema e preferem atividades práticas.

Estão a crescer rapidamente em todas as dimensões da personalidade, e esse desenvolvimento, é descontínuo, combinando etapas de grande evolução e outras de maior acalmia.

Do ponto de vista **intelectual**, as crianças estão a descobrir o mundo à sua volta, e a expansão das suas atividades cognitivas é enorme. O equilíbrio e a estabilidade entre o mundo interior e o fluxo de acontecimentos exteriores é uma característica marcante que as distingue das crianças mais pequenas. Ajudá-las a crescer na autonomia e responsabilidade é uma meta importante na promoção da sua educação integral.

Segundo Jean Piaget, as crianças desta faixa etária, encontram-se no estágio das operações concretas<sup>211</sup>, tem um pensamento lógico com a capacidade de fazer operações mentais, no entanto, o seu pensamento tem limitações muito objetivas e a sua inteligência é prática: desenvolvem a noção de espaço e tempo e começam a relacionar diferentes aspetos, contudo, pensam de forma literal, têm dificuldade em entender símbolos, generalizações e abstrações e não são capazes de estabelecer facilmente relações entre ideias. Apesar de tudo, a maioria das crianças desta idade, memoriza com muita facilidade quantidades razoáveis de informação, quando são desafiadas.

Relativamente ao **desenvolvimento psicossocial**<sup>212</sup>, Erikson defende que as crianças desta faixa etária (6-12 anos) se encontram na quarta idade, indústria<sup>213</sup> versus inferioridade, sendo uma fase de grande atividade, a criança tem necessidade de controlar a sua imaginação exuberante e dedicar a sua atenção à educação formal. Estas crianças ainda estão a aprender a autocontrolar-se. Por volta dos onze anos, as crianças que vivem num ambiente saudável, e em que se estabelecem regras claras, já aprenderam a controlar as suas emoções. A aprendizagem das regras de vida em grupo, principalmente na atualidade em que algumas famílias se demitiram dessa tarefa, constitui um treino importante para o desenvolvimento moral das crianças. As regras deverão ser trabalhadas continuamente, dado que demorarão a ser interiorizadas. Ensinar a viver em grupo, de forma cooperativa e respeitosa, é condição indispensável para que as aulas decorram num bom ambiente.

As crianças têm grande consciência dos seus pares e gostam de trabalhar em grupo, sendo que os grupos, geralmente de pares, são homogêneos, em idade e sexo e a liderança é variável e errática, baseada em atributos externos muito estereotipados.

Relativamente aos adultos, mostram o desejo de maior independência. Devem ir assumindo, progressivamente, maior responsabilidade face às suas ações e aos próprios processos de aprendizagem.

No que respeita ao **desenvolvimento moral**, é a etapa do nascimento da autonomia, fundada na cooperação entre iguais. Por isso, a sua maturidade moral resulta mais da resolução dos problemas surgidos no grupo de amigos do que no ensino dos adultos e conduz à descoberta do sentido moral das normas.

---

<sup>211</sup> Cf. Jean PIAGET, *A psicologia da criança*, Edições Asa, Porto, 1995<sup>2</sup>, 85-88. Cf. TRAN-THONG, *Estádios e conceito de estágio de desenvolvimento da criança na psicologia contemporânea*, 1º vol., Edições Afrontamento, Porto, 1987<sup>2</sup>, 87.

<sup>212</sup> Cf. Manuela MONTEIRO e Milice SANTOS, *Psicologia*, 1º vol., Porto Editora, Porto, 1995, 230-234.

<sup>213</sup> Cf. Erikson utiliza a palavra “indústria” no sentido de produtividade, de desenvolvimento, de competência.

Segundo Kohlberg<sup>214</sup>, estas crianças encontram-se no estágio 2, hedonismo instrumental relativista: a ação moralmente correta é definida em termos do prazer ou da satisfação das necessidades da pessoa; e no estágio 3, moralidade do bom menino, da aprovação social e das relações interpessoais. O comportamento moralmente certo é o que tem a aprovação dos outros.

Esta importante evolução social e moral vê-se, hoje, bastante perturbada pela alteração dos respetivos contextos, em que as crianças vivem, tantas vezes reféns de um mundo mais violento e perigoso. Assim, as crianças já não brincam na rua e estão confinadas ao isolamento e à pseudo-sociabilidade que oferecem as novas tecnologias (expostas a outros riscos), sendo que o empobrecimento das suas experiências sociais acaba por ter alguma influência negativa no amadurecimento moral, sobretudo porque crescem limitadas nas competências emocionais e sociais que facilitam a vida com os outros.

Relativamente ao seu **desenvolvimento religioso**, Fowler<sup>215</sup>, defende que as crianças se encontram no estágio 2, a fé mítico-literal (7/8 a 11/12). Sendo o grande dom desta fé a capacidade de narrar a própria experiência, Deus torna-se mais pessoal e está relacionado com as atitudes dos pais, numa relação de reciprocidade com Deus; e no estágio 3, a fé sintético-convencional (11/12 a 17/18). Nesta fase, a experiência de mundo da pessoa vai além da família e Deus é, geralmente, visto como companheiro, como amigo pessoal.

Podemos referir que, devido à sua capacidade de interiorização crescente, o pensamento das crianças é mais organizado e a memória mais poderosa, pelo que vão descobrindo os atributos mais subjetivos de Deus (bondade, força, justiça...). Entendem melhor o sentido da paternidade divina e que Deus se começa a situar na história, Cristo vai-se configurando como pessoa histórica e a compreensão da sua função salvadora desenvolve-se.

As crianças já conseguem entender muitos conceitos bíblicos e aplicar, às suas experiências, princípios de vida que a Bíblia ensina, quando lhe são explicados no quadro de referência das suas experiências quotidianas. É importante salientar, que, nesta fase, as crianças aprendem mais com o exemplo dos adultos do que com a teoria.

---

<sup>214</sup> Cf. Ângela Maria BIAGGIO, *Kohlberg e a "Comunidade Justa": promovendo o senso ético e a cidadania na escola*. Disponível em [http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25654/000191383.pdf?sequence=1&locale=pt\\_BR](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25654/000191383.pdf?sequence=1&locale=pt_BR) [Consultado em fev. 2015].

<sup>215</sup> Cf. Mauro Martins AMATUZZI, *O desenvolvimento religioso: uma hipótese psicológica*. Disponível em [http://WWW.Scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2000000100002&script=sci\\_arttext](http://WWW.Scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2000000100002&script=sci_arttext), [Consultado em fev. 2015].

Salienta-se, ainda, que nesta fase, a criança já é capaz de dar início a uma verdadeira cooperação, libertando-se do egocentrismo natural da infância. Tendo agora, um pensamento cada vez mais universalista e fraternal, podem assim, ser abordadas com êxito as temáticas de cariz social, tais como a fraternidade e a solidariedade.

Devido a todas as características aqui apresentadas, o processo ensino-aprendizagem deve ser bem planificado, adaptado à faixa etária da criança, favorecendo a aprendizagem e os conhecimentos.

## **2. Análise das metas curriculares propostas para a leção da unidade letiva 4 do quinto ano de escolaridade**

Debruçar-nos-emos agora sobre o programa da disciplina aprovado pela Conferência Episcopal Portuguesa em abril de 2014.

Estamos conscientes de que, apenas conhecendo aprofundadamente o programa se pode ser bom professor, se podem criar propostas de aprendizagem de acordo com as necessidades e realidades dos alunos e das escolas.

Assim, antes de analisarmos as quatro metas curriculares<sup>216</sup> propostas para a unidade letiva em estudo, deixamos aqui as finalidades<sup>217</sup> da disciplina de EMRC.

O aluno, com a frequência continuada, da disciplina de EMRC, deverá conseguir alcançar as seguintes finalidades:

- “Aprender a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo, em particular;
- Conhecer o conteúdo da mensagem cristã e identificar os valores evangélicos;
- Estabelecer o diálogo entre a cultura e a fé;
- Adquirir uma visão cristã da vida;
- Entender e protagonizar o diálogo ecuménico e inter-religioso;
- Adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos moral e social;
- Aprender o fundamento religioso da moral cristã;

---

<sup>216</sup> A análise que faremos segue o programa da disciplina, conforme desenvolvido para a unidade letiva 4 do quinto ano de escolaridade, “Construir a Fraternidade”, em SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Gráfica Almondina, Lisboa, 2014, 60-61.

<sup>217</sup> “As finalidades de uma disciplina constituem um dos elementos essenciais do currículo escolar, (...) a partir das intenções da disciplina e dos professores que a lecionam; e a partir dos alunos, entendendo-as como as grandes metas a alcançar ou aquisições globais a adquirir por aqueles que frequentam a EMRC com continuidade e longa duração”, cf. SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Gráfica Almondina, Lisboa, 2014, 4.

- Conhecer e descobrir o significado do património artístico-religioso e da simbólica cristã;
- Formular uma chave de leitura que clarifique as opções de fé;
- Estruturar as perguntas e encontrar respostas para as dúvidas sobre o sentido da realidade;
- Aprender a posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e agir com responsabilidade e coerência”<sup>218</sup>.

Partindo das finalidades da disciplina, foram elaboradas as metas curriculares<sup>219</sup>, que enunciam expectativas gerais quanto à aprendizagem do aluno. As metas fornecem uma visão, o mais objetiva possível, daquilo que se pretende alcançar, facilitando assim o ensino, permitindo que os professores se centrem no essencial e ajudando a delinear melhor as estratégias de ensino.<sup>220</sup> As metas curriculares só poderão ser totalmente atingidas pelos alunos após a conclusão de todo o percurso escolar, pois é com a aquisição cumulativa e interativa dos objetivos que os alunos interiorizam as metas. Assim, “para cada unidade letiva, as metas curriculares permitem a definição de um conjunto de objetivos programáticos e estes articulam-se em torno de um conjunto de conteúdos”<sup>221</sup>. A articulação dos objetivos<sup>222</sup> com os conteúdos determina as estratégias/atividades de aprendizagem e fornece elementos para a elaboração de instrumentos de avaliação.

Analisaremos, agora, cada uma das metas curriculares propostas para a unidade letiva em estudo. A meta curricular **Q** diz que o aluno tem de ser capaz de “reconhecer, à luz da mensagem cristã a dignidade da pessoa humana”, enquadrada no domínio<sup>223</sup> “ética e moral”. Esta meta é transversal a todos os ciclos de ensino, não estando presente no 1.º, 2.º e 6.º ano

<sup>218</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica – Um valioso contributo para a formação da personalidade*. 2006, nº 10; SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Gráfica Almondina, Lisboa, 2014, 5.

<sup>219</sup> O Despacho 5306/2012 de 18 de abril, in *Diário da República*, II Série, nº 77, 2012, 13952-13953, afirma que “o desenvolvimento do ensino será orientado por metas curriculares, nas quais são definidos de forma consistente os conhecimentos e as capacidades essenciais que os alunos devem adquirir, nos diferentes anos de escolaridade ou ciclos e nos conteúdos dos respetivos programas curriculares”.

<sup>220</sup> Cf. SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Gráfica Almondina, Lisboa, 2014, 6.

<sup>221</sup> *Ibidem*, 9.

<sup>222</sup> Os objetivos programáticos são enunciados do tipo de resultados de aprendizagem que se esperam da leção de determinados conjuntos de conteúdos, cf. SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Gráfica Almondina, Lisboa, 2014, 9.

<sup>223</sup> Os domínios de aprendizagem são áreas de ensino que a disciplina compreende e que agregam os padrões curriculares daquilo que o aluno deve conhecer e do que o aluno deve saber fazer; determinam-se a partir das suas finalidades e do estatuto epistemológico da Teologia e das Ciências da Religião, cf. SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Gráfica Almondina, Lisboa, 2014, 8.

de escolaridade. Pretende-se que o aluno reconheça a igual dignidade de todo o ser humano, fundamento para a compreensão e vivência do valor da fraternidade. Propõe o significado da palavra fraternidade e o seu alcance social e religioso. O valor da fraternidade é justificado a nível científico: “somos todos habitantes da mesma casa: o Universo e a terra são o nosso lar” e “todos somos seres humanos”; a nível antropológico: “todos somos dotados de razão e consciência” (DUDH); e a nível religioso: “todos somos filhos de Deus”.

A meta curricular seguinte, proposta para a unidade letiva, é a meta **G**, que refere que o aluno tem de ser capaz de “identificar os valores evangélicos”, do domínio “cultura cristã e visão cristã da vida”, está presente em todos os anos de ensino à exceção do 1.º e 3.º anos de escolaridade. Através do exemplo das primeiras comunidades cristãs pretende-se levar os alunos a conhecer os valores da fraternidade, da solidariedade e da cooperação; compreendendo que todos somos filhos do mesmo Pai e, portanto, todos somos irmãos. Pretende-se, igualmente, levar os alunos a reconhecer os atentados contra a dignidade da pessoa humana, bem como as fragilidades e ameaças à fraternidade.

A meta curricular **N**, “promover o bem comum e o cuidado do outro”, do domínio “ética e moral”, é comum a todos os anos à exceção do 4.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade. Sugere-se como operacionalização que o aluno oriente o seu comportamento, em situações do quotidiano, com vista à construção de um mundo mais fraterno, promovendo a concórdia nas relações interpessoais. Esta meta significa que o aluno, de acordo com o método da disciplina, fundamentalmente existencial e hermenêutico, seja capaz de, a partir da realidade, face à interpretação cristã, realizar um juízo pessoal, para mobilizar em situações do dia-a-dia, os princípios e valores aprendidos.

Seguidamente, o programa considera a meta curricular **L**, “estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé”, do domínio da “cultura cristã e visão cristã da vida”. Esta meta é, igualmente, desenvolvida em todos os ciclos de ensino, não estando presente no 1.º, 3.º, 4.º e 6.º anos de escolaridade. Pretende que o aluno se comprometa com a construção de um mundo mais fraterno, promovendo o bem comum e o cuidado do outro. O aluno deve ser capaz de pôr em prática o valor da fraternidade, no mundo atual, sendo solidário e perdoando o outro. O aluno deve mobilizar os valores organizados anteriormente, como sejam a fraternidade, a igualdade, a solidariedade, a cooperação, o perdão, orientando com eles o seu comportamento.

Depois desta apresentação das metas curriculares, dirijamos a nossa atenção, de seguida, para a reflexão decorrente da planificação desenvolvida para a lecionação da UL 4 do 5.º ano de escolaridade, a justificação das opções metodológicas e a avaliação da mesma.

### **3. Planificação, lecionação e avaliação da unidade letiva**

Tendo por base a fundamentação científica do tema, bem como a análise do programa, passaremos à planificação descritiva da prática pedagógica.

A lecionação da unidade letiva 4 “Construir a Fraternidade”, do quinto ano, é preparada a partir da planificação que lhe atribui cinco aulas, de quarenta e cinco minutos cada. Apresentamos aqui uma descrição de cada uma das aulas. Ao longo da descrição da planificação, apresentaremos a justificação das opções metodológicas.

A planificação é determinante para a eficácia do processo ensino-aprendizagem, visto que determina o que deve ser ensinado, o tempo que se deve dedicar a cada conteúdo e o treino que se deve proporcionar, bem como a forma como o currículo pode ser posto em prática, na sala de aula, através da realização de atividades de aprendizagem. A planificação melhora os resultados, dá um sentido de direção tanto aos alunos como aos professores, reduz problemas disciplinares e de interrupções que podem ocorrer em sala de aula e proporciona um encadeamento harmonioso de ideias, atividades e interações.<sup>224</sup>

Procura-se gerir bem o tempo, uma vez que é “o recurso mais importante que o professor tem de controlar”<sup>225</sup>, gasto numa matéria específica ou gerindo e focalizando o tempo dos alunos nos assuntos escolares em geral. A gestão do tempo é bastante complexa. Requer conhecimentos do currículo, dos princípios da aprendizagem, de cada aluno na sala de aula, e de boas práticas de gestão.

Assim como o tempo, também a gestão do espaço é importante para criar um ambiente adequado à aprendizagem. O professor deve saber movimentar-se no espaço, bem como saber posicionar os alunos e os materiais em sala de aula. A forma como o espaço está organizado influencia toda a comunicação.

O professor tem de ter presente, igualmente, a importância da sua postura e tom de voz. Sabendo à partida que quanto mais clara, concisa e audível for, mais eficaz será o processo de ensino-aprendizagem. A qualidade da instrução depende da clareza com que são comunicadas as tarefas.

---

<sup>224</sup> Cf. Richard ARENDS, *Aprender a Ensinar*, Editora McGraw-Hill, Alfragide, 1997, 44-47.

<sup>225</sup> *Ibidem*, 79.

O professor deve estar atento para detetar comportamentos inadequados precocemente, de forma a não cometer erros na atribuição de culpa. Uma atmosfera sossegada contribui para uma aprendizagem eficaz.

Ao longo das cinco aulas, previstas para a lecionação da unidade letiva, procura-se criar uma atmosfera serena e positiva, promovendo atitudes de saber ouvir e saber estar; estimulando a autoestima dos alunos, elogiando cada tarefa bem realizada, cada progresso, e ajudando-os a alargar o âmbito das suas ambições.

Não perdendo a sua autoridade na aula, o professor deve criar uma relação de empatia com os alunos, de forma a motivá-los para a aprendizagem. O bom professor desempenha sempre um papel de amigo, de companheiro e de apoio ao desenvolvimento do aluno. Assim, todas as aulas começam com uma estratégia de motivação<sup>226</sup>, de forma a criar interesse pelo assunto ou conteúdo escolar, aumentando o desejo do aluno em aprender, captando-lhe a atenção e o interesse pelas temáticas da aula. Um aluno motivado para as aprendizagens esforça-se por ultrapassar as suas dificuldades, mantém-se concentrado, manifesta interesse e entusiasmo e toma a iniciativa quando lhe é dada oportunidade.

Nas estratégias de diálogo, procura-se controlar e direccionar a participação, dirigindo as questões, ouvindo cada resposta e inserindo-a na estratégia implementada. Procura-se, igualmente, distribuir as questões por toda a turma, não só pelos mais participativos, evitando que os menos participativos se distraiam ou executem outras atividades que perturbem a aula. Devemos solicitar a participação ativa dos alunos, fornecendo pistas, *feedbacks* de forma a obter uma lógica no tratamento dos conteúdos e uma articulação coerente dos mesmos. A estratégia do diálogo permite a aquisição/desenvolvimento de aprendizagens básicas: pedir a palavra para intervir, respeitar o tempo dos outros, aprender a ouvir, treinar o raciocínio para o relacionamento/associação de ideias. Evitando sempre comportamentos de indisciplina, criando ordem a partir das atividades, antecipando possíveis maus comportamentos e agindo por antecipação.

Assim, privilegia-se a aula interativa, não expositiva, para que os alunos tenham um papel mais ativo no processo ensino-aprendizagem, pois quanto mais passiva for a sua atuação, maior é a probabilidade de se dispersarem e até perturbarem a aula.

Procuramos usar uma linguagem adequada à faixa etária dos alunos e cuidada, para transmitir os conhecimentos, adaptada às realidades concretas, procurando conhecer a

---

<sup>226</sup> Motivação: é um estado interior de necessidade ou desejo, que leva o indivíduo a fazer aquilo que o satisfaz. É um dos fatores que determina se um aluno irá ou não adquirir o conhecimento, a compreensão ou habilidade em desempenhar uma determinada tarefa.

situação vivencial dos alunos. Para tal, é necessário possuir um conhecimento, o mais aprofundado possível, dos alunos e da realidade onde estão inseridos.

Sempre que seja necessário expor conceitos ou conteúdos, essa exposição deve ser acessível e adequada ao seu nível etário, mas sem esquecer o rigor científico. A exposição obedece a dois princípios: a clareza e a concisão de ideias.

No final da aula, procura-se fazer uma síntese. Esta pode ser oral ou através do preenchimento de uma ficha de trabalho sintética, ou ainda a formulação, pelos alunos, das ideias-chave da aula.

Ao longo das aulas, o parâmetro da avaliação está sempre presente, com vista a recolher informações que possam ser utilizadas para diagnosticar os conhecimentos adquiridos, para proporcionar aos alunos um *feedback* corretivo, para fazer julgamentos conscientes sobre o sucesso dos alunos<sup>227</sup>, bem como, para poder julgar a eficácia das aulas.

Na **primeira aula**, pretende-se atingir a meta “*Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana*”, que está inserida no domínio da “*Ética e Moral*”.

Os objetivos que se desenvolvem nesta aula são os seguintes:

- 1.º - Conhecer o significado da palavra fraternidade e o seu alcance;
- 2.º - Compreender que todos somos seres humanos;
- 3.º - Compreender que todos somos dotados de razão e consciência.

Após proceder ao acolhimento<sup>228</sup> de todos os presentes, convidando a instalarem-se devidamente e a colocarem em cima da secretária o material necessário para a aula, um dos alunos é convidado a escrever o sumário no quadro, para que todos possam passá-lo para o caderno. Durante este momento, e após escrever o sumário da turma no programa do computador, destinado para este efeito, a docente estará atenta às possíveis interpelações dos alunos e à correta conclusão da atividade por parte dos mesmos. Caso não seja necessária a alteração desta metodologia, ela será adotada em todas as aulas da unidade letiva, com a participação dos alunos por ordem numérica. Posteriormente, é feita a chamada dos alunos e registadas, no programa do computador, as ausências, se as houver.

A opção do registo do sumário, no início da aula, deve-se ao facto de, neste Agrupamento, o sumário ter que ser escrito pelo professor no programa de sumários no

---

<sup>227</sup> Cf. Richard ARENDS, *Aprender a Ensinar*, Editora McGraw-Hill, Alfragide, 1997, 256.

<sup>228</sup> O acolhimento é uma atitude que se traduz por gestos (olhar, sorriso, tom de voz) e por palavras, que deve acentuar não apenas o início de uma relação, mas acompanhá-la em toda a sua duração. Atitude que passa por conhecer o aluno pelo nome, no que esta expressão tem de literal, mas também de simbologia bíblica, significa que é distinguido e apreciado por aquele que o chama e o torna importante.

prazo de dez minutos após o início da aula. Esta metodologia também permite a concentração dos discentes.

Após a transcrição do sumário, que consta do seguinte: *“Introdução ao estudo da unidade letiva: ‘Construir a fraternidade’. O significado da palavra ‘fraternidade’ e o seu alcance”*, os alunos ouvem a música “Por um mundo melhor”, do grupo Santamaria<sup>229</sup>, que serve de introdução à Unidade Letiva e motivação para a aula. A música tem, como apoio visual, um conjunto de diapositivos, com a letra da música e imagens alusivas ao tema.

De seguida, os alunos são questionados sobre o tema da música, com vista a compreender que “todos devemos dar as mãos, dar o nosso amor, por um mundo melhor”. Levando-os a perceber que nesta Unidade Letiva vão aprender a construir um mundo mais unido e mais fraterno. Mas a que nos referimos quando falamos de fraternidade? Antes de definirmos este valor, vamos preencher um esquema com valores que nos podem ajudar a transformar a vida das pessoas e a construir uma sociedade mais justa, um mundo melhor.

De seguida, os alunos são convidados a transcrever, para o caderno, a seguinte definição de fraternidade: *união entre irmãos ou entre todos aqueles que se tratam como tal; o amor ou amizade ao outro; a harmonia e a paz resultantes de um relacionamento fraternal. Do latim frater, isto é irmão.*

Posteriormente, apresenta-se um pequeno vídeo, resumo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, salientando o *“Artigo 1.º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”*.

Na continuidade, a docente questiona sobre o contexto em que surgiu a DUDH e os principais artigos apresentados.

De seguida, um aluno lê o artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, realçando que todos somos iguais em direitos e dignidade.

Valorizando sempre a participação ordenada, a docente questiona os alunos, prestando alguns esclarecimentos e conduzindo a turma no sentido pretendido.

Para consolidar os conhecimentos, segue-se a resolução do exercício 2 da ficha 69 do Caderno do Aluno.

Procura-se utilizar o Manual e o Caderno do Aluno, de modo a fazer uso do material adquirido.

---

<sup>229</sup> Cf. Anexo 1.

Para finalizar a aula, os alunos são convidados a ouvir a música: “Somos Um” e são distribuídos separadores de livros, com alguns artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos,<sup>230</sup> para se recordarem sempre da sua importância.

Na **segunda aula**, pretende-se atingir a meta “*Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana*”, que está inserida no domínio da “*Ética e Moral*”.

Os objetivos que se desenvolvem nesta aula são os seguintes:

- 1.º - Reconhecer a dignidade de todo o ser humano;
- 2.º - Descobrir que todos somos filhos de Deus, logo somos todos irmãos;
- 3.º - Valorizar a comum filiação divina;
- 4.º - Reconhecer como modelo de vida a forma de viver das primeiras comunidades cristãs.

Iniciamos a aula com o acolhimento de todos os presentes, convidando a instalarem-se devidamente e a colocarem em cima da secretária o material necessário para a aula. Um dos alunos é convidado a escrever o sumário no quadro, que consta do seguinte: “*O respeito pela diferença. A filiação divina*”.

Nesta segunda aula, os alunos são convidados a visualizar um conjunto de diapositivos sobre as diferenças e as semelhanças entre os seres humanos, conduzindo-os à conclusão que somos todos diferentes mas todos iguais.

A apresentação termina com a descoberta de que todos fazemos parte de uma mesma família. Compreendendo que a fraternidade tem um fundamento muito importante: toda a vida vem de Deus, Ele é a origem de tudo o que existe e por isso somos irmãos, porque Deus é o Pai de todos os seres humanos, sem exceção.

Somos uma grande família e devemos aprender a viver como irmãos, filhos do mesmo Pai. Cristo coloca esta verdade, da paternidade divina, no centro do Seu Evangelho, quando ensina aos discípulos a oração do Pai Nosso.<sup>231</sup>

De seguida, os alunos conhecem, através de um pequeno filme, o modo de vida das primeiras comunidades cristãs. Com o exemplo da comunidade modelo, procuramos mobilizar nos alunos o valor da solidariedade e da cooperação, de modo a compreender o significado prático da vivência da fraternidade.

---

<sup>230</sup> Cf. Anexo 3.

<sup>231</sup> Sugerimos a leitura de Manuel MATOS, *Interpretação trinitária do Pai-Nosso – O Espírito Santo e Espírito de filiação à luz do Trinitate e de outros escritos de Santo Agostinho*, Universidade Católica Editora, Coimbra, 2004.

A primeira comunidade de crentes pratica o amor fraterno que se traduz na comunhão. A vivência da fraternidade é vivida a três níveis: na comunhão da fé, na comunhão humana ou de corações e na comunhão económica (Act 4,34).

A seguir, é lido, por todos os alunos, o Pai Nosso da Humanidade.<sup>232</sup> Este é entregue, em forma de marcador de livro, para mais tarde recordar.

De modo a consolidar os conhecimentos, é proposta a resolução do exercício 1 da Ficha 68 e o exercício 1 da Ficha 71 do Caderno do Aluno.

A aula termina com a música: “Pai Nosso Galego”.

Na **terceira aula**, pretende-se atingir a meta “*G. Identificar os valores evangélicos*”, que está inserida no domínio da “*Cultura cristã e visão cristã da vida*”.

Os objetivos que se desenvolvem nesta aula são os seguintes:

1.º - Verificar quais são as fragilidades e ameaças à fraternidade;

2.º - Sensibilizar para o respeito pelo outro, aceitando a sua diferença.

Após o acolhimento de todos os presentes, um aluno é convidado a transcrever o sumário no quadro, que consta do seguinte: “*As fragilidades e ameaças à vivência da fraternidade*”.

A terceira aula começa com a audição da música “Egoísta”, da Aldeia da Música.<sup>233</sup>

De seguida, os alunos são questionados sobre o significado do egoísmo.

Pretende-se levar os alunos a compreender que todos experimentamos dificuldades na vivência da fraternidade, quando não conseguimos ver em todas as pessoas um irmão, negando que todos têm o mesmo valor ou a mesma dignidade. O ser humano manifesta, em algumas circunstâncias, tendência para o egoísmo, para centrar tudo nos seus interesses, esquecendo o outro.

Posteriormente, é apresentado e explicado o PowerPoint “Quando o homem nega a fraternidade”. Nele, começamos por relembrar os assuntos tratados na aula anterior, para, de seguida, apresentar algumas ameaças à fraternidade.

Pretende-se levar os alunos a reconhecer os atentados contra a dignidade da pessoa humana e a experimentar a necessidade de realizar gestos de fraternidade, como forma de orientar o comportamento, em situações do quotidiano.

De seguida, dá-se início a um diálogo<sup>234</sup> orientado (refletindo, partilhando opiniões, experiências e sensações), solicitando aos alunos que apresentem outros exemplos de

---

<sup>232</sup> Cf. Anexo 4.

<sup>233</sup> Cf. Anexo 2.

ameaças à fraternidade. O conhecimento e a aprendizagem envolvem a experiência e a prática. É necessário que os alunos exercitem as suas capacidades, resolvam problemas, que pratiquem o “saber fazer” de forma a tornar as experiências significativas. Apoiando os alunos a construir as noções de bem e mal, ajudando a formar cidadãos conscientes e responsáveis.

Muitas manifestações de mal no mundo poderiam ser evitadas se as pessoas fossem mais fraternas. As pessoas têm dificuldade em aceitar a diversidade e tendem a querer uniformizar o ser humano. O egoísmo, o desejo de poder, a falta de diálogo... provocam grande sofrimento, fome, pobreza...O pecado afasta-nos de Deus Pai e dos nossos semelhantes, nossos irmãos. Esquecemos a igual dignidade de todo o ser humano e passamo-lo a tratar como “objeto”. O ser humano sente o desejo de se apoderar do fruto da moral, quer decidir por si mesmo o que é bom e o que é mau, deseja ser ele, só ele, o árbitro da moral, esquecendo a proposta divina (cf. Gn 3,1ss). O pecado é sempre uma traição de amor, uma recusa de amar e ser amado. Esta sociedade, em que vivemos, aparece-nos muitas vezes manchada pela falta de amor.

Por fim é proposta a resolução de uma ficha de trabalho, de modo a consolidar as aprendizagens. Nesta ficha, os alunos devem apresentar situações em que o ser humano nega a fraternidade. Também, são convidados a redigir um pequeno texto, dirigido aos líderes dos países mais ricos, pedindo ajuda para a construção da fraternidade no mundo.

Na **quarta aula**, pretende-se atingir as metas “*G. Identificar os valores evangélicos*”, que está inserida no domínio da “*Cultura cristã e visão cristã da vida*”; “*N. Promover o bem comum e o cuidado do outro*” que está inserido no domínio da “*Ética e Moral*”.

Os objetivos que se desenvolvem nesta aula são os seguintes:

- 1.º - Identificar a perspetiva cristã sobre o perdão;
- 2.º - Promover o valor do perdão na construção quotidiana de um mundo fraterno.

Após o acolhimento de todos os presentes, um dos alunos é convidado a escrever o sumário no quadro, que consta do seguinte: “*A mensagem cristã sobre o perdão. A parábola do rei misericordioso e justo*”.

A aula tem início com a audição da música “Perdoar”<sup>235</sup>, da Aldeia da Música, completando as lacunas da letra da música, em suporte de papel de que dispõem. Após o

---

<sup>234</sup> Diálogo: saber escutar o outro, ouvi-lo, prestar-lhe atenção. Esta atitude implica uma envolvimento do próprio educador, implica não ter preconceitos de qualquer natureza, sob pena de a comunicação não acontecer.

<sup>235</sup> Cf. Anexo 5.

correto preenchimento das lacunas da música, os alunos são convidados a responder a algumas questões de modo a compreender o significado do perdão, salientando, para tal, os versos: “lançar pontes (...) para voltarmos a cruzar as nossas vidas”.

De seguida, os alunos visualizam o filme: “Perdoar 70x7”, onde se pode ver o apóstolo Pedro a questionar Jesus sobre o número de vezes que se deve perdoar.

No seguimento do filme, passa-se à leitura da parábola do “Rei Misericordioso e Justo” (cf. Mt 18,21-35).

Na análise à parábola, os alunos são levados a compreender que é necessário reconhecer os próprios erros, para ficar disponível para pedir perdão, numa atitude de humildade. E, quem reconhece que errou, também está disposto a aceitar os erros dos outros, e a perdoá-los sempre que for vítima de comportamentos incorretos. Se não se está disponível para perdoar também não será possível esperar que os outros estejam disponíveis para conceder o perdão. Pedir perdão implica também estar disposto a reparar o mal que se infligiu no outro. Temos de estar dispostos a aceitar-nos e a aceitar os outros com as suas imperfeições.

Por fim, os alunos são convidados a resolver a ficha 63 do Caderno do Aluno, completando as legendas da banda desenhada e ilustrando-a, de modo a consolidar as aprendizagens.

Na **quinta aula**, pretende-se atingir as metas “*G. Identificar os valores evangélicos*”, que está inserida no domínio da “*Cultura cristã e visão cristã da vida*”; “*N. Promover o bem comum e o cuidado do outro*” que está inserida no domínio da “*Ética e Moral*” e “*L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé*” que está inserida no domínio da “*Cultura cristã e visão cristã da vida*”.

Os objetivos que se desenvolvem nesta aula são os seguintes:

- 1.º - Promover o valor do perdão na construção quotidiana de um mundo fraterno;
- 2.º - Comprometer-se com a construção de um mundo mais fraterno promovendo o bem comum e o cuidado do outro.

Após o acolhimento de todos os presentes, um dos alunos escreve o sumário no quadro, que consta do seguinte: “*Construção de um mundo mais fraterno*”.

Através de um breve diálogo orientado, procede-se a recapitulação da aula anterior, salientando a importância do perdão e reconhecendo que todos somos diferentes e limitados.

No seguimento, a docente conta a história: “A equipa das ferramentas”<sup>236</sup>, de modo a compreender a necessidade de que, apesar de todas as nossas diferenças e limitações, devemos trabalhar em conjunto por um mundo melhor. No final, compreendem que todos temos limitações e qualidades e que é com as nossas qualidades e limitações que Deus constrói “obras de arte”. Percebemos também, que a igual condição de filhos de Deus, nos responsabiliza por todos, sensibiliza-nos para acolher cada irmão da grande família humana. Por isso, todos somos responsáveis por construir um mundo mais justo e mais fraterno.

De seguida, é apresentado um conjunto de diapositivos com exemplos de personalidades que lutam ou lutaram pela fraternidade no mundo. Cada diapositivo será constituído por uma frase e uma fotografia dessa personalidade, escolhida como modelo de vivência fraterna.

Após conhecerem um pouco da história dessas personalidades, os alunos são convidados a redigir uma frase/compromisso, num cartão em forma de pessoa, por um mundo mais fraterno. Essas frases são encadeadas umas nas outras, por meio de um fio, e colocadas no painel, previamente construído com as fotografias e frases das personalidades-modelo.<sup>237</sup> Pretendemos, com esta dinâmica, levar os alunos a comprometerem-se, a exemplo das várias personalidades apresentadas, com a construção de um mundo mais fraterno.

Para finalizar a aula, os alunos são convidados a ouvir e cantar a música “Nova civilização”<sup>238</sup>, do grupo GEN.

Apresenta-se, nas páginas seguintes, em síntese e em esquema, a planificação aula a aula da unidade letiva.

---

<sup>236</sup> Cf. Anexo 7.

<sup>237</sup> Cf. Anexo 8.

<sup>238</sup> Cf. Anexo 6.

### 3.1. Apresentação esquemática da planificação da unidade letiva

Apresentamos, esquematicamente, as grelhas de planificação elaboradas para nortear o processo de lecionação.

#### Planificação de Aula (1 de 5)

Unidade Letiva 4 “Construir a Fraternidade” Aula n.º 21				Ano: 5º   Turma: A Data: 27/02/2015 Tempo previsto: 45m		
Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação Formativa
Acolhimento e Sumário						
<b>SUMÁRIO:</b> <i>Introdução ao estudo da unidade letiva: “Construir a fraternidade”.</i> <i>O significado da palavra “fraternidade” e o seu alcance.</i>			- Acolhimento aos alunos. - Registo do sumário.	- Quadro e caneta. - Caderno diário.	5m	- Assiduidade e pontualidade e dos alunos.
<b>Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.</b>  <b>(Domínio: Ética e Moral)</b>	1.Reconhecer a dignidade de todo o ser humano.  2.Reconhecer a igualdade entre os seres humanos.	- O significado da palavra fraternidade e o seu alcance;  - Todos somos seres humanos;  - Todos somos dotados de razão e consciência (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo I);  - Somos todos habitantes da mesma casa: o universo e a Terra são o nosso lar;  - Todos somos iguais em dignidade e direitos.	- <b>Motivação:</b> Música: “Por um Mundo Melhor”, acompanhada de um conjunto de diapositivos. - Breve diálogo sobre o tema da música. - Preenchimento de um esquema com valores que podem ajudar a construir uma sociedade mais justa. - Transcrição para o caderno da definição de fraternidade. - Visionamento de um pequeno vídeo sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos. - Leitura e análise do artigo 13º da Constituição da República Portuguesa. - Resolução do exercício 2 da ficha 69 do Caderno do Aluno, e modo a consolidar as aprendizagens. - Distribuição de separadores de livros com alguns artigos da DUDH. - Audição da música “Somos um”.  <b>Conclusão:</b> compreender que todo o ser humano tem a mesma dignidade e merece ser respeitado; e que “todos devemos agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”.	- Computador e vídeo projetor. Música: “Por um mundo melhor”(Anexo 1). - Computador e vídeo projetor. - Caderno do aluno, esferográfica. - Computador e vídeo projetor.  - Ficha 69 do Caderno do Aluno.  - Separadores de livros com artigos da DUDH (Anexo 3). - Computador e vídeo projetor. Música: “Somos um”.	5m  5m  5m  5m  4m  8m  5m  3m	- Motivação para o tema da unidade letiva 4 “Construir a fraternidade”. Participação e empenho.  - Empenho na atividade solicitada.  -Capacidade de atenção e concentração.  - Interesse e empenho nas atividades.  - Atenção.

Planificação de Aula (2 de 5)

Unidade Letiva 4 “Construir a Fraternidade”

Aula n.º 22

Ano: 5º | Turma: A

Data: 06/03/15

Tempo previsto: 45m

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação Formativa
Acolhimento e Sumário			- Acolhimento aos alunos. - Registo do sumário.	- Quadro e caneta. - Caderno diário.	5m	- Assiduidade e pontualidade dos alunos.
<b>Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.</b>  <b>(Domínio: Ética e Moral)</b>	1.Reconhecer a dignidade de todo o ser humano.  2.Valorizar a comum filiação divina.  3.Reconhecer como modelo de vida a forma de viver das primeiras comunidades cristãs.	- Respeito pela dignidade de todo o ser humano.	- Apresentação e explicação de diapositivos sobre as diferenças e semelhanças entre os seres humanos.  - Diálogo orientado, levando os alunos a compreender que, apesar das diferenças, todos somos irmãos e iguais em dignidade.	- Computador e vídeo projetor. PowerPoint: “Somos tão diferentes”.	8m	- Capacidade de atenção, concentração e compreensão.
		- Para os cristãos todos somos filhos de Deus, logo somos todos irmãos.	- Visionamento de um pequeno vídeo sobre a forma de viver das primeiras comunidades cristãs.	- Computador e vídeo projetor.	8m	- Participação pertinente e oportuna, valorizando as intervenções positivas e fundamentadas.
		- As primeiras comunidades cristãs.	- Diálogo orientado sobre a forma de viver das primeiras comunidades cristãs.		4m	- Capacidade de atenção e concentração.
		- Pai Nosso da Humanidade.	- Leitura partilhada do Pai Nosso da Humanidade.	- Texto Pai Nosso da Humanidade e <b>(Anexo 4)</b> .	5m	- Interesse e empenho nas atividades.
			- Resolução do exercício 1 da Ficha 68 e o exercício 1 da Ficha 71 do Caderno do Aluno, de modo a consolidar as aprendizagens.	- Ficha 68 e 71 do Caderno do Aluno.	5m	
			- Audição da música: “Pai Nosso Galego”.	- Computador .	5m	- Atenção.
			<b>Conclusão:</b> compreender que somos responsáveis uns pelos outros, pelo que devemos viver a solidariedade e o amor ao próximo.			

Planificação de Aula (3 de 5)

Unidade Letiva 4 “Construir a Fraternidade”

Aula n.º 23

Ano: 5º | Turma: A

Data: 10/04/15

Tempo previsto: 45m

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação Formativa
Acolhimento e Sumário						
			<p>- Acolhimento aos alunos.</p> <p>- Registo do sumário.</p>	<p>- Quadro e caneta.</p> <p>- Caderno diário.</p>	5m	<p>- Assiduidade e pontualidade dos alunos.</p>
<p><b>G. Identificar os valores evangélicos.</b></p> <p><b>(Domínio: Cultura cristã e visão cristã da vida)</b></p>	<p>1. Verificar quais são as fragilidades e ameaças à fraternidade.</p> <p>2. Sensibilizar para o respeito pelo outro, aceitando a sua diferença.</p>	<p>- O mal: as fragilidades e ameaças à fraternidade: o egoísmo, a inveja, a mentira...</p>	<p>- Audição da música: “Egoísta”.</p>	<p>- Computador e vídeo projetor.</p> <p>Música: “Egoísta” <b>(Anexo 2).</b></p>	5m	<p>- Capacidade de atenção e concentração.</p>
			<p>- Diálogo orientado sobre o significado do egoísmo.</p>	<p>- Computador e vídeo projetor</p> <p>Música: “Egoísta” <b>(Anexo 2).</b></p>	5m	
			<p>- Apresentação e explicação do PowerPoint “Quando o ser humano nega a fraternidade”. Começando por relembrar os assuntos tratados na aula anterior, para, de seguida, apresentar algumas ameaças à fraternidade.</p>	<p>- Computador e vídeo projetor</p> <p>PowerPoint “Quando o ser humano nega a fraternidade”.</p>	10m	<p>- Participação pertinente e oportuna, valorizando as intervenções positivas e fundamentais.</p>
			<p>- Diálogo orientado, solicitando aos alunos que apresentem outros exemplos de ameaças à fraternidade.</p> <p>Os alunos serão levados a refletir, partilhando opiniões, experiências e sensações.</p>		10m	
			<p>- Resolução de uma ficha de trabalho, de modo a consolidar as aprendizagens.</p> <p><b>Conclusão:</b> Compreender que o egoísmo, o desejo de poder, a falta de diálogo, etc. provocam grande sofrimento, fome, pobreza... As manifestações do mal põem em causa a dignidade humana.</p>	<p>- Ficha de trabalho.</p>	10m	<p>- Interesse e empenho nas atividades.</p>

Planificação de Aula (4 de 5)

Unidade Letiva 4 “Construir a Fraternidade”

Aula n.º 24

Ano: 5º | Turma: A

Data: 17/04/15

Tempo previsto: 45m

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação Formativa
Acolhimento e Sumário						
<p><b>SUMÁRIO:</b> <i>A mensagem cristã sobre o perdão. A parábola do rei misericordioso e justo.</i></p>			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acolhimento aos alunos.</li> <li>- Registo do sumário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quadro e caneta.</li> <li>- Caderno diário.</li> </ul>	5m	- Assiduidade e pontualidade dos alunos.
<p><b>G. Identificar os valores evangélicos.</b></p> <p><b>(Domínio: Cultura cristã e visão cristã da vida)</b></p> <p><b>N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.</b></p> <p><b>(Domínio: Ética e Moral)</b></p>	1. Identificar a perspectiva cristã sobre o perdão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O significado do perdão.</li> <li>- A mensagem cristã sobre o perdão: Mt 18, 21-35: “Perdoar até setenta vezes sete” e a parábola do rei misericordioso e justo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Audição da música: “Perdoar”, completando as lacunas da letra da música.</li> <li>- Diálogo orientado sobre o significado do perdão.</li> <li>- Visualização de um pequeno vídeo que servirá de introdução à parábola do rei misericordioso.</li> <li>- Encenação da parábola do Rei Misericordioso e Justo (cf. Mt 18, 21-35)</li> <li>- Diálogo orientado de modo a levar os alunos a compreender a necessidade de perdoar sempre.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Computador e vídeo projetor.</li> <li>Letra da música “Perdoar” <b>(Anexo 5)</b>.</li> <li>Computador e vídeo projetor.</li> <li>- Manual do aluno, páginas 142-143/ Parábola do Rei Misericordioso e Justo.</li> </ul>	10m	- Capacidade de atenção e concentração.
	2. Interpretar textos fundamentais da Bíblia sobre o perdão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construir um mundo fraterno promovendo a concórdia nas relações interpessoais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Resolução da ficha 63 do Caderno do Aluno, completando as legendas da banda desenhada e ilustrando-a, de modo a consolidar as aprendizagens.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ficha 63 do Caderno do aluno.</li> </ul>	5m	- Participação pertinente e oportuna, valorizando as intervenções positivas e fundamentadas.
	3. Promover o valor do perdão na construção quotidiana de um mundo fraterno.		<p><b>Conclusão:</b> Compreender que é necessário reconhecer os próprios erros para ficar disponível para pedir perdão numa atitude de humildade. E quem reconhece os seus erros também está disposto a aceitar os erros dos outros e a perdoá-los sempre que for vítima de comportamentos incorretos.</p>		5m	- Interesse e empenho nas atividades.

Planificação de Aula (5 de 5)

Unidade Letiva 4 “Construir a Fraternidade”

Aula n.º 25

Ano: 5º | Turma: A

Data: 24/04/15

Tempo previsto: 45m

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação Formativa
Acolhimento e Sumário			- Acolhimento aos alunos. - Registo do sumário.	- Quadro e caneta. - Caderno diário.	5m	Assiduidade e pontualidade e dos alunos.
<b>SUMÁRIO:</b> <i>Construção de um mundo mais fraterno.</i>						
<p><b>G. Identificar os valores evangélicos.</b></p> <p><b>(Domínio: Cultura cristã e visão cristã da vida)</b></p> <p><b>N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.</b></p> <p><b>(Domínio: Ética e Moral)</b></p> <p><b>L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.</b></p> <p><b>(Domínio: Cultura cristã e visão cristã da vida)</b></p>	<p>1. Promover o valor do perdão na construção quotidiana de um mundo fraterno.</p> <p>2. Comprometer-se com a construção de um mundo mais fraterno promovendo o bem comum e o cuidado do outro.</p>	<p>- Construir um mundo fraterno promovendo a concórdia nas relações interpessoais.</p> <p>- A fraternidade como fator de dignidade, de justiça, respeito; de direitos iguais para todos os seres humanos.</p> <p>- Propostas para promover o bem comum e o cuidado do outro na nossa vida.</p>	<p>- Recapitulação das aulas anteriores.</p> <p>- Audição e explicação da história: “A equipa das ferramentas”, de modo a compreender a necessidade de, apesar de todas as nossas diferenças, trabalharmos em conjunto por um mundo melhor.</p> <p>- Apresentação e explicação de diapositivos com exemplos de personalidades que contribuem ou contribuíram para um mundo mais fraterno.</p> <p>- Construção de um painel onde serão colocadas as fotografias de cada uma das personalidades escolhidas como modelo de vivência fraterna.</p> <p>Cada aluno será convidado a formular um compromisso pessoal que contribua para um mundo mais fraterno. Esse compromisso será transcrito e colocado no painel.</p> <p>- Audição da música: “Nova Civilização”.</p> <p><b>Conclusão:</b> Compreender que a fraternidade se caracteriza pela atenção, disponibilidade, amor e acolhimento ao próximo.</p>	<p>- Texto: “A equipa das ferramentas” <b>(Anexo 7).</b></p> <p>- Computador e vídeo projetor. PowerPoint: “Modelos de fraternidade”.</p> <p>- Painel: imagens e frases <b>(Anexo 8).</b></p> <p>- Computador e vídeo projetor. Música: “Nova civilização” <b>(Anexo 6).</b></p>	<p>5m</p> <p>10m</p> <p>5m</p> <p>15m</p> <p>5m</p>	<p>- Capacidade de atenção e concentração.</p> <p>- Participação pertinente e oportuna, valorizando as intervenções positivas e fundamentadas.</p> <p>- Interesse e empenho nas atividades.</p> <p>- Atenção.</p>

### 3.2. Avaliação da unidade letiva

Após planificar e lecionar a unidade letiva 4 do 5ºano de escolaridade “Construir a fraternidade”, queremos neste momento fazer uma síntese autocrítica dos aspetos que mais sobressaíram da lecionação.

As aulas tiveram uma sequência lógica de planificação e respetiva lecionação. Cada aula aconteceu tendo como ponto de partida a planificação, conforme descrição anteriormente feita.

As cinco aulas lecionadas tiveram, como planificado, a mesma estrutura inicial e final. Todas começaram com o acolhimento dos alunos, transcrição do sumário, motivação inicial e recapitulação da aula anterior, e terminaram com a síntese da aula.

A estratégia de escrever o sumário no quadro, por um aluno, e transcrever para o caderno, no início da aula, foi uma estratégia bem conseguida, uma vez que permitiu a concentração dos alunos e a predisposição para as tarefas da aula.

Em todas as aulas a motivação inicial surtiu o efeito desejado, captando a atenção e o interesse pelas temáticas da aula.

Salienta-se como positivo a síntese da aula anterior, ou, no caso da primeira aula, a ligação com a unidade letiva anterior, “Família, comunidade de amor”, o que foi bem conseguido uma vez que permitiu relembrar os temas tratados anteriormente.

A planificação foi sempre cumprida, com adequada gestão do tempo e as aulas foram sobretudo centradas nos alunos, com o objetivo de tornar o papel do aluno mais ativo no processo de ensino-aprendizagem. Planificámos com o rigor, adequando os novos conteúdos e desafios do novo Programa de EMRC às características da turma.

Consideramos que os objetivos propostos foram atingidos. Os alunos mostraram interesse pelos assuntos trabalhados e o *feedback* e informações recolhidas das fichas de trabalho levam-nos a concluir a eficácia das aulas. Retiveram alguns dos conceitos e ensinamentos fundamentais que quisemos transmitir.

Consideramos que os recursos<sup>239</sup> e estratégias, utilizados nas aulas, foram adequados, diversificados e apelativos, ajudando a compreender os conteúdos e servindo como facilitadores das aprendizagens. Tendo sempre a preocupação de relacionar os conteúdos com outras áreas do saber e situações do quotidiano. Esta avaliação é possível a partir do *feedback* dos alunos.

---

<sup>239</sup> Cf. Dossier de estágio, onde apresentamos os materiais elaborados para cada aula.

Procurámos sempre apresentar os conteúdos com correção e clareza, adequando a linguagem ao nível etário dos alunos e não esquecendo o rigor científico. Tendo, para tal, contribuído a experiência da docente, com alunos desta faixa etária.

Preocupámo-nos com a movimentação, vivacidade, segurança na transmissão da mensagem e com a colocação da voz (tom, dicção e equilíbrio vocal), o que se verificou de máxima importância, sendo atitudes a adotar, pois mantêm os alunos atentos e participativos.

De entre as estratégias implementadas com sucesso, destacamos as músicas<sup>240</sup> utilizadas nas aulas, não só porque constituíram uma excelente estratégia para cativar a atenção e motivar os alunos, como também transmitiram conteúdos essenciais à aula de forma apelativa e de fácil compreensão.

Destacamos, igualmente, a história “A equipa das ferramentas”<sup>241</sup> e o painel<sup>242</sup> usado na quinta aula recursos que permitiram aos alunos compreender que, apesar de todas as diferenças e limitações, devemos trabalhar em conjunto por um mundo melhor.

A colaboração e compreensão dos alunos, bem como as suas interpelações, ao longo das aulas e na realização das fichas de trabalho, são prova para uma avaliação positiva da unidade lecionada. Considerando que os objetivos propostos foram atingidos, uma vez que os alunos mostraram ter assimilado os conteúdos.

Os alunos participaram ativamente, embora de forma desordenada, com algumas intervenções inoportunas. Ciente da importância de um ambiente de trabalho sossegado para a eficácia da aprendizagem, a docente procurou detetar os comportamentos inadequados e chamar a atenção dos alunos para as intervenções inoportunas. Foi sempre nossa preocupação motivar os alunos, durante todas as aulas, contudo, reconhecemos que alguns alunos, nas primeiras aulas, não se mostraram muito motivados para a realização das atividades. Devemos referir que, no decorrer das aulas, os alunos se foram apresentando mais motivados e foram evoluindo ao nível do comportamento e atitudes em sala de aula.

Realçamos como muito positivo a interação alunos-professor, criando uma relação de empatia com os alunos.

Cientes de que haveria muito a melhorar, não só na lecionação das aulas como também na sua preparação, sentimos que a experiência se revelou proveitosa, enriquecedora e

---

<sup>240</sup> Cf. Anexo 1, 2, 5, 6.

<sup>241</sup> Cf. Anexo 7.

<sup>242</sup> Cf. Anexo 8.

cumpriu, satisfatoriamente, os seus objetivos, permitindo-nos evoluir no desempenho docente.

A PES revelou-se profícua e promissora para a consecução dos objetivos da docência, reviram-se práticas educativas, confrontaram-se estilos de lecionação com os colegas de estágio. Foi, sem dúvida, uma oportuna ocasião de formação.

#### **4. Síntese**

O conhecimento da escola, do meio e da turma é imprescindível para um bom exercício da prática docente, pois todo o trabalho é condicionado pelo contexto em que é realizado. Assim, durante a PES procurámos, não só conhecer a escola e o meio, como também, conhecer o desenvolvimento psicossocial, moral e religioso das crianças com idades compreendidas entre os 9 e os 12 anos de idade, dado que este conhecimento nos permite planificar, criar recursos e lecionar de acordo com a sua faixa etária, o que favorece as aprendizagens e os conhecimentos.

A planificação, de todas e cada uma das aulas, foi concebida e descrita, de acordo com o programa da disciplina aprovado pela CEP em 2014, adotando e construindo os recursos didáticos necessários à concretização das aulas.

A execução da planificação, parte determinante para a eficácia do processo ensino-aprendizagem, supôs um caminho de preparação de conteúdos a lecionar, sendo necessário interpretar criticamente o programa, a fim de permitir a sua execução em cinco tempos letivos.

Após a planificação analisamos criticamente os aspetos que mais sobressaíram da lecionação, justificando algumas opções metodológicas.

A lecionação das cinco aulas, da UL 4 do quinto ano de escolaridade, “Construir a fraternidade”, revelou-se profícua e promissora para a consecução dos objetivos da docência. Consideramos que o dispositivo prático para ensinar a fraternidade funcionou.

## CONCLUSÃO

A fraternidade é um caminho a empreender, uma proposta de ação e um desafio de vida, que, bem longe de se tornar realidade, necessita, para se tornar lema de vida, de ser constantemente apresentado. Como tal, impõe-se que seja um caminho a indicar às gerações mais novas, especialmente na sua fase mais intensa de crescimento e formação. Há de ser uma proposta e um desafio que havemos de fazer a todos nesta sociedade individualista em que vivemos.

O mundo contemporâneo está manchado pela falta de amor, e esta é simplesmente a ausência do princípio constitutivo de toda a fraternidade.

Como podemos constatar, na origem da crise contemporânea está o individualismo e o egoísmo humano, que não olham a meios para atingir os seus fins, e, por isso, não conseguem ver no outro um irmão.

Apela-se à generosidade e à honestidade para vencer as pulsões egoístas, mais básicas e selváticas, desta sociedade, que é incapaz de ensinar e propor sair de si e ter gestos efetivos de se gastar ao serviço do outro.

A Igreja, a partir das propostas do Coração de Deus Pai e de Deus Filho, propõe a fraternidade como um triunfo sobre as diversas formas e expressões de egoísmo. Avançar de coração aberto ao encontro do outro impõe-se como uma tarefa e uma atitude permanentes.

A realização do ser humano não pode jamais ser pensada isoladamente, pois não somos autores exclusivos de nós mesmos, ou mesmo autossuficientes. Quando nos fechamos no nosso casulo, tornamo-nos incapazes de reconhecer o espaço que pertence aos outros.

Como refere D. José Policarpo, “a caminhada da humanidade para a sua plenitude definitiva é uma aprendizagem do amor. É esse o único objetivo da ação do Espírito, ensinar os caminhos do amor, em todas as suas concretizações na existência humana”<sup>243</sup>. O egoísmo, a violência, a injustiça, o ódio, o desprezo pelo próximo e o desprezo por Deus, são contrários à realização do projeto de Deus para a humanidade.

É necessário ter os braços abertos aos irmãos e os olhos levantados para o Céu, justificando assim a invocação de Deus como o “Pai Nosso”. A certeza da nossa irmandade urge a realidade dinâmica do nosso encontro mútuo, pois todo aquele que odeia o seu irmão é homicida (cf. 1Jo 3,15). O amor fraterno tem a sua origem em Deus que é amor e nos amou primeiro (cf. Rom 5,8). São Paulo recorda-nos que de nada nos serve entregarmo-nos

---

<sup>243</sup> José POLICARPO, *O “futuro” de Deus*, in *O presente do homem, o futuro de Deus*, Congresso Internacional de Fátima (10-12 out. de 2003), Faculdade de Teologia – UCP, Santuário de Fátima, 2004, 350.

ao martírio, se nos faltar o amor (cf. 1Cor 13,1ss). A caridade fraterna é a realização cristã e humana mais difícil: amar como Cristo nos amou/ama. Aprender o amor cotidiano e crescer no amor, mais que um ideal tem que ser um percurso.

Os seres humanos necessitam de aprender a viver como irmãos e não apenas a coexistir.

No fechamento ao outro, e a Deus, no individualismo, na indiferença que caracteriza esta sociedade, torna-se impossível alcançar o grande objetivo do desenvolvimento humano integral.

A vivência de uma autêntica fraternidade exige uma abertura ao outro, estando disponíveis para ver no seu “rosto” alguém que me chama à responsabilidade e à comunhão e com quem sou convidado a invocar Deus como Pai Nosso, alguém que é imagem de Deus, um irmão.

A vida só faz sentido quando é doação e entrega. É necessário, como nos diz o Papa Francisco, sair do nosso comodismo e ter coragem de ir às periferias, onde está o meu irmão. Há que reconhecer Deus nos outros e sair de nós mesmos para procurar o bem de todos.

Tantas descobertas técnicas e científicas, e ainda não descobrimos a energia criadora da paz que brota do ato do amor fraterno!

A vivência da fraternidade manifesta-se como a grande tarefa do cristão, pelo que é urgente promover uma formação centrada nos valores, perseguindo uma educação que privilegie a relação. Assim, revela-se cada vez mais necessária a disciplina de EMRC, dada a sua especificidade de formar para os valores nucleares das sociedades verdadeiramente humanas.

A fundamentação científica, a planificação, a seleção e criação de recursos didáticos, a lecionação e a avaliação das atividades desenvolvidas, possibilitaram um aprofundamento do tema da ‘fraternidade’, bem como um enriquecimento pessoal, enquanto docente de EMRC.

A PES permitiu-nos aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo de toda a formação, tendo todo o processo sido muito proveitoso, uma ocasião enriquecedora de formação, de trabalho e partilha de experiências, que nos abriram novos horizontes que contribuirão para aperfeiçoar o exercício da nobre missão de educar.

Lamentamos a falta de tempo para aprofundar os conteúdos tratados neste relatório, esperamos ter oportunidade de, no momento certo, desenvolver estes temas.

## **BIBLIOGRAFIA**

BIBLÍA SAGRADA, Difusora Bíblica, Lisboa, 1988<sup>14</sup>.

### **1. Documentos do Magistério da Igreja**

BENTO XVI, Carta Encíclica *Deus Caritas est* (25 de dezembro de 2005), in AAS 98 (2006) 217-252.

BENTO XVI, Carta Encíclica *Caritas in Veritate* (29 de junho de 2009), in AAS 101 (2009) 641-709.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Declaração *Nostra Aetate*, in AAS 58 (1966) 740-744.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Declaração *Dignitatis Humanae*, in AAS (1966) 929-946.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Decreto Conciliar *Gravissimum Educationis*, in AAS 58 (1966) 728-739.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, in AAS 58 (1966) 1025-1115.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática *Dei Verbum*, in AAS 58 (1966) 817-836.

FRANCISCO, Carta Encíclica *Lumen Fidei* (29 de junho de 2013), in AAS 113 (2013) 555-596.

FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (24 de novembro de 2013), in AAS 105 (2013) 1019-1137.

JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* (30 de dezembro 1987), in AAS 80 (1988) 513-586.

JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Veritatis Splendor* (6 de agosto 1993), in AAS 85 (1993) 1133-1228.

JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Evangelium Vitae* (25 de março 1995) in AAS 87 (1995) 401-522.

LEÃO XIII, Carta Encíclica *Rerum Novarum* (15 de maio de 1891), in AAS 23 (1890-91) 641-670.

PAULO VI, Carta Encíclica *Populorum Progressio* (26 de março de 1967), in AAS 59 (1967) 258-299.

PIO XI, Carta Encíclica *Divini Illius Magistri* (31 de dezembro de 1929), in AAS 22 (1930) 49-86.

## **2. Documentos da Conferência Episcopal Portuguesa**

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação – Direito e dever – Missão nobre ao serviço de todos*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2002.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica – Um valioso contributo para a formação da personalidade*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2006.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral A escola em Portugal: educação integral da pessoa humana*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2008.

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Gráfica Almondina, Lisboa, 2014.

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Diretório Geral da Catequese*, Lisboa, 1997.

## **3. Legislação**

COSTA GOMES, Manuel Saturino (coord.), *Concordatas Santa Sé – Portugal 18 de Maio 2004 – 7 de Maio 1940. Lei da Liberdade Religiosa. Outros Diplomas Legais*, Instituto Superior de Direito Canónico, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2005<sup>2</sup>.

Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro, in *Diário da República*, I Série-A, n.º 15, 2001, 258-265.

Despacho n.º 5306/2012 de 18 de abril, in *Diário da República*, II Série, n.º 77, 2012, 13952-13953.

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, in *Diário da República*, I Série, n.º 237, 1986, 3067-3081.

## **4. Bibliografia Complementar**

AA. VV., *Caminhos de Encontro*, Manual de Educação Moral e Religiosa Católica, -5º ano, ed. Secretariado Nacional de Educação Cristã, Lisboa, 2008.

AA. VV., *Profissão Professor*, Porto Editora, Porto, 1991.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MUNDÃO, *Projeto Educativo TEIP 2013-2017*, Mundão, Agrupamento de Escolas de Mundão, 2015.

- ALVES, Herculano, “Imagens de Deus no Antigo Testamento”, in *Bíblica*, XXI Semana Bíblica Nacional, Ano VII, nº 7 (1998) 35-68.
- ANTELO, Maria Clotilde, *O conceito de homem em Leibniz*, Sítio do livro, Lisboa, 2013.
- ARENDS, Richard, *Aprender a Ensinar*, Editora McGraw-Hill, Alfragide, 1997.
- BACQ Philippe; THEOBALD Christoph (dir.) *Uma Nova Oportunidade para o Evangelho. Para uma pastoral de gestação*, Paulinas, Lisboa, 2013.
- BALZ Horst; SCHNEIDER Gerhard, *Diccionario Exegetico del Nuevo Testamento*, Ediciones Sígueme, Salamanca, 2012<sup>3</sup>.
- BONORA, António, *A fraternidade que salva – Génesis 37-50*, Edições Paulinas, São Paulo, 1987.
- BRITO, José, *Temas fundamentais de ética, Actas do colóquio de homenagem ao professor P. Roque de Aguiar Cabral, S.J.*, Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2001.
- BRITO, José, *De Atenas a Jerusalém. A subjetividade passiva em Lévinas*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2002.
- CABRAL, Roque, *Fraternidade* in CHORÃO, João Bigotte (dir.), *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Antropologia, direito, economia e ciência política*, Editorial Verbo, Lisboa, 1984, col. 1597-1598.
- CARLOS, António (dir.), “Irmãos, não escravos”, in *Revista Além-Mar*, nº643/Ano LIX, janeiro, 2015.
- CARVALHO, José Ornelas, “Ousamos dizer ‘Pai Nosso’”, in *Bíblica*, XXI Semana Bíblica Nacional, Ano VII, nº 7 (1998) 99-135.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, ed. Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2000<sup>2</sup>.
- CHALIER, Catherine, *Lévinas e a utopia do humano*, Instituto Piaget, Lisboa, 1996.
- COMTE-SPONVILLE, André, *Uma moral sem fundamento*, in *A sociedade em busca de valores. Para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo*, Instituto Piaget, Lisboa, 1998, 133-153.
- CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Instrução Dignitas Personae sobre algumas questões de bioética* (8 de set. 2008), Editorial Apostolado de Oração, Braga, 2009.
- CONSELHO NACIONAL DE ÉTICA PARA AS CIÊNCIAS DA VIDA, *Documentação Vol.VI (1999)*. Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 2000.

- CORETH, Emerich, *¿Qué es el hombre? Esquema de una antropología filosófica*, Herder, Barcelona, 1930<sup>3</sup>.
- COUTO, António, *O livro do Génesis*, Letras e Coisas, Santa Maria da Feira, 2013.
- DUQUE, João, “Religião sem Deus? Leitura crítica de Mark C. Taylor”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, Tomo 67, Fasc.1 (2011), 7-19.
- FLICK, Maurizio; ALSZEGHY, Zoltan, *Antropologia Teologica*. Ediciones Sígueme, Salamanca, 1970.
- FÓRUM DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR, *Pessoa, cultura, fé*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997.
- GONÇALVES, Joaquim, “Doutrina Social da Igreja Católica. Questões de fundamentação teológica e filosófica”, in *Didaskalia*, vol. XLIV, 2 (2014), 109-125.
- GÜNTHER, *Hermano, Prójimo* in COENEN Lothar; BEYREUTHER, Erich; BIETENHARD, Hans, *Diccionario Teologico del Nuevo Testamento*, Vol. II, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1980.
- JEREMIAS, Joachim, *Las parábolas de Jesús*, Verbo Divino, Estella, 2008<sup>14</sup>.
- LANGLOIS, José Miguel Ibañes, *Doutrina Social da Igreja*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1990.
- LÉVINAS, Emmanuel, *Totalidade e infinito*, Edições 70, Lisboa, 2014<sup>3</sup>.
- LÉVINAS, Emmanuel, *Ética e Infinito*, Edições 70, Lisboa, 1982.
- LIND, Andreas; NOBRE, Bruno, “A Inculturação Cristã na Pós-Modernidade”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, Tomo 67, Fasc.1 (2011), 55-80.
- LIPOVETSKY, Gilles, *A era do após-dever*, in *A sociedade em busca de valores. Para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo*, Instituto Piaget, Lisboa, 1998, 29-37.
- LIPOVETSKY, Gilles, *O Crepúsculo do dever – A ética indolor dos nossos tempos democráticos*, Dom Quixote, Alfragide, 2010<sup>4</sup>.
- LIPOVETSKY, Gilles, *A era do Vazio, Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, Edições 70, Lisboa, 2013.
- LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien, *Os tempos hipermodernos*, Edições 70, Lisboa, 2013.
- LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean, *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*, Edições 70, Lisboa, 2013.

- MATOS, Manuel, *Interpretação trinitária do Pai-Nosso – O Espírito Santo e Espírito de filiação à luz do Trinitate e de outros escritos de Santo Agostinho*, Universidade Católica Editora, Coimbra, 2004.
- MONTEIRO, Manuela; SANTOS, Milice, *Psicologia*, 1ºVol., Porto Editora, Porto.
- MORUJÃO, Manuel, *Fraternidade* in MAGALHÃES, António (dir.), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Editorial Verbo, Lisboa, 1969, col. 1614.
- NUNES, José, “Missão e transformação social”, in *Didaskalia*, vol. XLIV, 2 (2014), 167-182.
- PIAGET, Jean, *A psicologia da criança*, Edições Asa, Porto, 1995<sup>2</sup>.
- PIKAZA, Xabier, *Antropologia Bíblica. Del árbol del juicio al sepulcro de pascua*, Ediciones sígueme, Salamanca, 1993.
- POLICARPO, José, *O “futuro” de Deus*, in *O presente do homem, o futuro de Deus*, Congresso Internacional de Fátima (10-12 out. de 2003), Faculdade de Teologia – UCP, Santuário de Fátima, 2004, 343-356.
- RAMOS, José, “A Paternidade de Deus no Próximo Oriente Antigo”, in *Bíblica*, XXI Semana Bíblica Nacional, Ano VII, nº 7 (1998) 7-34.
- RAVASI, Gianfranco, *Guía espiritual del Antiguo Testamento. El libro del Génesis (1-11)*, Herder, Barcelona, 1992.
- RENAUT, Alain, *A era do indivíduo – contributo para uma história da subjetividade*, Instituto Piaget, Lisboa, 1989.
- ROLDÃO, Maria do Céu, *Os professores e a gestão do currículo. Perspetivas e práticas em análise*, Porto Editora, Porto, 1999.
- GOFFI, Tullo, *Secularização*, in ROSSI, Leandro; VALSECCHI, Ambrogio (dir.), *Diccionario Enciclopédico de Teologia Moral*, Ediciones Paulinas, Madrid, 1980<sup>4</sup>.
- SECRETARIADOS DIOCESANOS DA EDUCAÇÃO CRISTÃ DA JUVENTUDE, *O Papa fala aos jovens. Discursos e homilias do papa João Paulo II aos jovens dos países que visitou até 1982*, Gráficas da Tipave, Aveiro, 1983.
- SERRALHEIRO, Deolinda, *A Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Portuguesa*, Lisboa, Editora Rei dos Livros, 1990.
- SOARES, Fernando, “Deus-Pai, ‘rico em misericórdia’”, in *Bíblica*, XXI Semana Bíblica Nacional, Ano VII, nº 7 (1998) 69-72.
- STILWELL, Peter, “Que estudo das religiões no sistema de ensino?”, in *Religiões: Identidade e Violência* (XXIII Semana de Estudos Teológicos), 340-355, Alcalá-Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2003.

TAYLOR, Charles, *A Era Secular*, Edições Piaget, Lisboa, 2012.

TRAN-THONG, *Estádios e conceito de estádio de desenvolvimento da criança na psicologia contemporânea*, 1º Vol., Edições Afrontamento, Porto, 1987<sup>2</sup>.

TRAPIELLO, Jesús García, *El hombre según la Biblia. Pensamiento antropológico del Antiguo Testamento*, Editorial San Esteban, Salamanca, 2002.

VENTURA, Fernando, “Deus Pai, revelado em Jesus Cristo”, in *Bíblica*, XXI Semana Bíblica Nacional, Ano VII, nº 7 (1998) 73-83.

VIDAL, Marciano, *Moral de actitudes II ética de la persona*, PS Editorial, Madrid, 1977.

VIDAL, Marciano, *Moral de actitudes III moral social*, PS Editorial, Madrid, 1977.

VON RAD, Gerhard, *El libro del Génesis*, Ediciones Sígueme, Salamanca 1982<sup>2</sup>.

WOLFF, Hans Walter, *Antropología del Antiguo Testamento*, Ediciones Sígueme, Salamanca, 2001<sup>3</sup>.

## 5. Net grafia

AMATUZZI, Mauro, *O desenvolvimento religioso: uma hipótese psicológica*. Disponível em [http://WWW.Scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2000000100002&script=sci\\_arttext](http://WWW.Scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2000000100002&script=sci_arttext) [Consultado em fev. 2015].

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, *Constituição da República Portuguesa*. Disponível em <http://www.parlamento.pt/Legislação/Paginas/ConstituiçãoRepublicaPortuguesa.aspx> [Consultado em fevereiro 2015].

AUGUSTI, Alexandre, “A cultura do individualismo na sociedade contemporânea e a formação das identidades” (citando LIPOVETSKY, Gilles, *Metamorfozes da cultura liberal: ética, mídia e empresa*. Porto Alegre, Sulina, 2004), in *Revista Faro*. Disponível em <http://web.upla.cl/revistafaro/n2/> [Consultado em out. de 2014].

BENTO XVI, *Mensagem para o Dia Mundial da Juventude, 2007*. Disponível em <http://w2.vatican.va/> [Consultado em dez. de 2014].

BENTO XVI, *Discurso do papa Bento XVI à senhora Anne Leahy, nova Embaixadora do Canadá junto da Santa Sé por ocasião da apresentação das cartas credenciais* (30 de outubro de 2008). Disponível em [http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/october/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20081030\\_ambassador-canada.html](http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/october/documents/hf_ben-xvi_spe_20081030_ambassador-canada.html) [Consultado em fev. de 2015].

BENTO XVI, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz, 2009*. Disponível em <http://w2.vatican.va/> [Consultado em dez. de 2014].

BERTONE, Tarcisio, *Os direitos humanos no ensino de Bento XVI. Conferência Cardeal Tarcisio Bertone por ocasião do 60º aniversário da Declaração Universal dos*

- Direitos Humanos (5 de fev. 2009)*. Disponível em <http://www.acnsf.org.br/> [Consultado em outubro de 2014].
- BIAGGIO, Ângela, *Kohlberg e a “Comunidade Justa”: promovendo o senso ético e a cidadania na escola*. Disponível em [http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25654/000191383.pdf?sequence=1&locale=pt\\_BR](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25654/000191383.pdf?sequence=1&locale=pt_BR) [Consultado em fev. 2015].
- CÂMARA, Jorge, “Para além da crença na natureza humana – uma perspectiva fenomenológica da fraternidade na sociedade humana”. Disponível em [http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/08/16\\_2\\_camara.pdf](http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/08/16_2_camara.pdf) [Consultado em outubro 2014].
- CAMARGO, José, “Império e benevolência: duas faces do egoísmo a partir de Emmanuel Lévinas”. Disponível em [http://www.primeiraversao.unir.br/artigos\\_volumes/volume\\_xxiv.pdf](http://www.primeiraversao.unir.br/artigos_volumes/volume_xxiv.pdf) [Consultado em setembro de 2014].
- CARRARA, Ozanan, “Fenomenologia e ética em Emmanuel Lévinas”. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/viewFile/fsu.2012.133.04/1230> [Consultado em setembro de 2014].
- COMPLAK, Krystian, “Cinco teses sobre a dignidade da pessoa humana como conceito jurídico”. Disponível em <http://www.estig.ipbeja.pt/~acdireito/Complak.pdf> [Consultado em outubro 2014].
- COSTA, António, “A Fraternidade- Análise filosófico-teológica e pedagógico-didática da Unidade Letiva 5 do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica do 5º ano de escolaridade”. Disponível em <http://repositorio.ucp.pt/> [Consultado em setembro 2014].
- COSTA, Elton, “A ética da alteridade como fundamento do humanismo latino”. Disponível em <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/eltonfogaca.pdf> [Consultado em setembro de 2014].
- COUTO, António, *Carta Pastoral Ide e construí com mais amor a família de Deus*, dada em 27 set. de 2014. Disponível em <http://www.diocese-lamego.pt/> [Consultado em outubro 2014].
- COUTO, António, *Amados por Deus*. Disponível em <http://repositorio.ucp.pt/> [Consultado em setembro de 2014].
- COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *Comunhão e serviço: a pessoa humana criada à imagem de Deus (2004)*. Disponível em <http://www.vatican.va/> [Consultado em dezembro de 2014].
- DUQUE, João, “Textos e identidades”. Disponível em <http://www.academia.edu/> [Consultado em dezembro de 2014].
- DUQUE, João, “Do sentimento de si ao sentimento do outro”. Universidade Católica Portuguesa. Disponível em <http://repositorio.ucp.pt/> [Consultado em setembro de 2014].

- FRANCISCO, *Mensagem para a celebração do XLVII Dia Mundial da Paz* de 1 de janeiro de 2014. Disponível em <http://w2.vatican.va/> [Consultado em set. 2014].
- FRANCISCO, *Mensagem para a celebração do XLVIII Dia Mundial da Paz* de 1 de janeiro de 2015. Disponível em <http://w2.vatican.va/> [Consultado em jan. 2015].
- FRANCISCO, *Mensagem para a Quaresma de 2015*. Disponível em [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/lent/documents/papa-francesco\\_20141004\\_messaggio-quaresima2015.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/lent/documents/papa-francesco_20141004_messaggio-quaresima2015.html) [Consultado em fev 2015].
- GOMES, Carla, “Lévinas e o outro: a ética da alteridade como fundamento da justiça”. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp113166.pdf> [Consultado em setembro de 2014].
- GRZIBOWSKI, Silvestre, “Anterioridade, ética e alteridade em Emmanuel Lévinas”, Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em <http://www2.ufpel.edu.br/isp/dissertatio/revistas/38/10.pdf> [Consultado em julho 2014].
- JESUS, Marcos, “Leonardo Boff: Antropologia, ontologia, cosmologia, ética e mística”. Disponível em [www.ecsbdefesa.com.br/fts/boff.pdf](http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/boff.pdf) [Consultado em novembro 2014].
- JOÃO PAULO II, *Discurso do papa João Paulo II aos Bispos por ocasião do V Simpósio do Conselho das Conferências Episcopais da Europa*, dado a 5 de outubro de 1982. Disponível em <http://w2.vatican.va/> [Consultado em janeiro de 2015].
- JOÃO PAULO II, *Mensagem para a celebração do XXXII Dia Mundial da paz de 1 de janeiro de 1999*. Disponível em <http://www.vatican.va/> [Consultado em outubro 2014].
- LINDA, Manuel, *A educação, missão essencial da Igreja*. Disponível em <http://repositorio.ucp.pt/> [Consultado em outubro 2014].
- MACIEIRA, Rosa, “Os novos programas de EMRC- Reflexão crítica sobre a Unidade Lectiva Três de Quinto Ano”. Disponível em <http://repositorio.ucp.pt/> [Consultado em outubro de 2014].
- MANZONE, Gianni, *A dignidade da pessoa humana na Doutrina Social da Igreja*. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/> [Consultado em setembro 2014].
- MATTEI, Jean-François, “A barbárie interior. Ensaio sobre o i-mundo moderno”. Disponível em [http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13482/13482\\_3.PDF](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13482/13482_3.PDF) [Consultado em outubro de 2014].
- MOITA, Fernando, *EMRC: Tenho uma hora para caminhar*, in *Ecclesia*. Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/filipe/emrc/emrcdoc/emrc-desafios.htm> [Consultado em fev. 2015].

- MORUJÃO, Geraldo, “Justifica-se o ensino religioso nas escolas do estado?” Disponível em [http://www.ipv.pt/millennium/pce6\\_gm.htm](http://www.ipv.pt/millennium/pce6_gm.htm) [Consultado em fev. 2015].
- OLIVEIRA, Idália; OLIVEIRA, Ricardo de Assis; OLIVEIRA, Talúbia, *Princípios da Dignidade da Pessoa Humana*. Disponível em <http://feati.edu.br/revistaeletronica/> [Consultado em setembro 2014].
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em [http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos\\_internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh.html](http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos_internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh.html) [Consultado em março 2015].
- PAULO VI, *Mensagem para a celebração do IV Dia Mundial da Paz* de 1 de janeiro de 1971. Disponível em <http://www.vatican.va/> [Consultado em outubro de 2014].
- SILVA, Rui, *As Implicações do Conceito de Irmão no Ministério e Projeto de São Paulo - A Construção das Comunidades sob o Signo Fraterno*. Disponível em <http://repositorio.ucp.pt/> [Consultado em outubro 2014].
- SOLDERA, Lucas; MOREIRA, Samuel; SCAPIN, Eloi; UBERTI, Daniel; RODRIGUES, Ricardo, “A alteridade como fundamento da ética Levinasiana”. Disponível em <http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/018e3.pdf> [Consultado em setembro de 2014].
- TOSI, Giuseppe, *Liberdade, igualdade e fraternidade na construção dos direitos humanos*. Disponível em [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/01/05\\_tosi\\_liberdade\\_igualdade.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/01/05_tosi_liberdade_igualdade.pdf) [Consultado em setembro de 2014].
- VARANDA, Isabel, “Animismo, teocracia, democracia. O processo de ‘desencantamento do mundo’ como referencial ambíguo da modernidade”, 2008. Disponível em <http://repositorio.ucp.pt/> [Consultado em dezembro de 2014].

# ANEXOS

Nas páginas seguintes apresentam-se alguns dos recursos didáticos utilizados na lecionação da Unidade Letiva; fazem parte de um conjunto de recursos e subsídios disponibilizados na íntegra no Dossier da PES.

Música “Por um mundo melhor”, usada na  
1ª aula.

Música “Egoísta”, usada na 3ª aula.

### **Por um Mundo Melhor**

Vamos dar as mãos  
Pela liberdade  
Vamos dar nosso amor  
Por um mundo melhor  
Vamos dar nosso amor  
Por um mundo melhor

Nós somos o mundo  
Nós somos a vida  
Vamos dar nosso amor  
Por um mundo melhor  
Vamos dar nosso amor  
Por um mundo melhor

Vale a pena lutar  
Vale a pena amar  
Vamos dar nosso amor  
Por um mundo melhor  
Vamos dar nosso amor  
Por um mundo melhor

Vamos dar as mãos  
Pela a liberdade  
Vamos dar nosso amor  
Por um mundo melhor  
Vamos dar nosso amor  
Por um mundo melhor

**Vamos dar nosso amor  
Por um mundo melhor  
Vamos dar nosso amor  
Por um mundo melhor**

*SantaMaria, “Por um Mundo Melhor”*

### **Egoísta**

*Quero tudo só pra mim  
Eu não sei pensar em ti  
Não te posso dizer sim  
Se não for só para mim  
Eu te dou se tu me dás  
Egoísta até ao fim. (2x)*

Dinheirinho, dinheirinho,  
Dá-me tudo, dá-me já  
Dá-me fruta pró almoço,  
Fica tu com o carçoço.  
Sentimento, sentimento,  
Vai e vem com o vento  
O que penso não importa,  
O meu sucesso está à porta.

*Quero tudo só pra mim  
Eu não sei pensar em ti  
Não te posso dizer sim  
Se não for só para mim  
Eu te dou se tu me dás  
Egoísta até ao fim. (2x)*


Dizem que eu vou ficar só  
Que os amigos também contam  
Não me vou ajoelhar  
Vou partir, não vou chorar  
Eu só fico ao pé de ti  
Se me serves tu a mim  
Viver vai ter o melhor  
Sem um esforço de maior

*Quero tudo só pra mim  
Eu não sei pensar em ti  
Não te posso dizer sim  
Se não for só para mim  
Eu te dou se tu me dás  
Egoísta até ao fim. (2x)*

*Aldeia da Música*

Separador de livros, com artigos da DUDH, distribuído na 1ª aula.

A  
F  
R  
A  
T  
E  
R  
N  
I  
D  
A  
D  
E  
-  
D  
I  
R  
E  
I  
T  
O  
S  
  
H  
U  
M  
A  
N  
O  
S




**Artigo 1.º**

*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.*

*EMRC*

Separador de livros, “Pai Nosso da Humanidade”, distribuído na 2ª aula.

**PAI-NOSSO DA HUMANIDADE**



**Pai Nosso**  
Pai dos seis mil milhões de pessoas  
Que povoam a terra inteira

**Que estás nos céus**  
Na nossa família  
No nosso país e em todo o mundo

**Santificado seja o Teu nome**  
Sobretudo na pessoa dos mais pobres  
E dos mais abandonados

**Venha a nós o Teu reino**  
E aos irmãos dos cinco continentes  
Sobretudo os que não te conhecem

**Seja feita a Tua vontade  
assim na terra como no céu**  
Para que todos vivam na justiça,  
Na paz e no amor  
E sigam pelo caminho da verdade

**O pão nosso de cada dia dá-nos hoje**  
Às vítimas da fome e do ódio, da violência e da guerra  
da miséria e da perseguição  
da exclusão e da injustiça  
do analfabetismo e do abandono, da droga e do álcool  
do desespero e da falta de sentido para a vida

**Perdoa-nos as nossas ofensas  
Assim como nós perdoamos  
A quem nos tem ofendido**  
Mesmo a quem nos fez mal  
Nos odeia e nos persegue

**E não nos deixes cair na tentação**  
De cruzar os braços diante dos problemas  
Por egoísmo, por medo ou por cansaço

**Mas livra-nos do mal**  
Sobretudo de esquecer ou ignorar  
O apelo de amar e servir todas as pessoas. *Ámen.*

*Adaptado de Pai-Nosso Missionário  
(Manual do aluno, páginas 164 e 165)*

Música “Perdoar”, utilizada na 4ª aula.

Música “Nova Civilização”, utilizada na 5ª aula.

### Perdoar

Encontrei-te após este silêncio  
Desta vez não desviei o olhar  
Quis falar-te com olhos profundos  
Sobre aquilo que há para salvar

Há palavras que são como o vento  
Que chega ao coração e ressoa

**Elas nascem de um sentimento  
Dessa magia de quem perdoa**

**Refrão:**

**Perdoar, perdoar  
É lançarmos uma ponte no abismo  
Para não termos frente a frente o olhar vazio  
Perdoar, perdoar  
Para voltarmos a cruzar as nossas vidas**

E quem muito ama às vezes sente  
Que o cansaço vai prevalecer  
Mas falando com os olhos profundos  
Muitas feridas vão desvanecer

Se um amigo te grava uma ofensa  
Mesmo ferido tu podes falar

**É falando com olhos profundos  
Que quem erra se faz perdoar**

**Refrão:**

**Perdoar, perdoar  
É lançarmos uma ponte no abismo  
Para não termos frente a frente o olhar vazio  
Perdoar, perdoar  
Para voltarmos a cruzar as nossas vidas**

Perdoar é o recomeçar  
A sombra de um passado, de um tormento  
Um passado que trouxe um lamento  
Que por magia, deixou de existir

É perder o olhar no olhar  
E acreditar que o pensamento  
Não se vai cruzar para ferir  
Pois já é livre como o vento  
É falando com olhos profundos  
Que afinal poderemos sorrir.

### Nova Civilização

Uma terra que não tem mais fronteiras.  
Mãos que unidas no mundo formarão  
Uma corrente mais forte  
Que a guerra e que a morte.  
Nós sabemos, o caminho é o amor.

Uma pátria mais justa e mais fraterna  
Onde juntos construímos a unidade,  
E ninguém é desprezado  
Porque todos são chamados.  
Nós sabemos: o caminho é o amor.  
Nós sabemos: o caminho é o amor.

**Um novo sol se levanta,  
Pois nasce hoje a civilização do amanhã.  
Uma corrente mais forte  
Que o ódio e que a morte.  
Nós sabemos: o caminho é o amor.**

A justiça, novo nome para a paz;  
O amor leva sempre a perdoar;  
A verdade, a força que nos dá a liberdade.  
Nós sabemos: o caminho é o amor.

**Um novo sol...**

E quem ama irradia com a vida,  
Sabe ver o amor além da dor.  
Pois o homem se sente  
Solidário com o mundo.  
Nós sabemos: o caminho é o amor.

**Um novo sol...**

Meu irmão é você que está ao meu lado  
Todos filhos de Deus que nos criou.  
Ele veio a esta terra  
Para unir a humanidade.  
Nós sabemos: o caminho é o amor.

Um novo sol...

História “A equipa das ferramentas”, narrada na 5ª aula.

### A equipa das ferramentas

As ferramentas escolheram uma carpintaria para fazer a sua reunião de Equipa. A verdade é que era ali que todos moravam e exerciam o seu ofício: o martelo, o parafuso, o serrote, a plaina, o esquadro e até alguns membros controversos, como eram a lixa e o metro. Era uma reunião importante, pois tratava-se de fazer uma sessão de discernimento de grupo para escolher o Responsável das ferramentas. Ora logo que a discussão se abriu, aconteceu que o martelo se propôs como a ferramenta mais indicada para conduzir toda a Equipa: era forte, autoritário, bom para pôr os outros no seu lugar, que era bem disso que a Equipa precisava. Mas isso foi tempo, quem é que hoje está disposto a aceitar um superior com este perfil? Um martelo que fazia um barulho ensurdecedor, que só estava bem a bater a torto e a direito, não, não podia ser, o tempo do Inquisição já passou.

O martelo baixou o cabo e concordou que hoje os tempos são outros e que talvez não fosse a ferramenta mais indicada para estar à frente da Equipa. E, apesar de estar convencido que era disso que a Equipa precisava, desistia de ser ele o sacrificado, mas exigia que não fosse o parafuso, pois este andava sempre às voltas, nunca ia direito ao assunto e assim nunca se sabia de que lado é que ele estava.

Também o parafuso aceitou as reservas do martelo, mas por amor de Deus que não colocassem à frente do grupo o serrote, pois o serrote corta a direito, sem discernir o que é mau e o que ainda se pode aproveitar e muitos valores se perdem na Equipa das ferramentas por não haver Responsável que os saiba aproveitar e valorizar.

Mas também o serrote se opunha redondamente à plaina que só toca nos problemas por fora, alisa mas, ao fim e ao cabo, deixa as coisas como estão, não vai à raiz dos problemas; com uma plaina é uma monotonia de Equipa cinzenta que ninguém se impõe em nada. Muito bem: restava a lixa. Mas não, a lixa nem pensar, é áspera, raspa sem dó nem piedade, faz as feridas sangrarem ainda mais, seria um carrasco para toda a Equipa. Foi então que todos se voltaram para o metro. Mas aquele fuinhas de metro que mais parecia um pau de virar tripas que uma ferramenta de respeito, sempre esticado e convencido, com a mania de medir os outros por ele, como se ele fosse perfeito, quem é que o queria para Responsável?

Estava a discussão neste ponto, quando entrou o carpinteiro e começou o seu trabalho, ignorando toda esta briga. Pegou numas tábuas toscas, mediu-as com o metro, lixou-as com a lixa, aplainou-as com a plaina evidentemente, serrou-as com o serrote, pregou os parafusos com o martelo e daquelas tábuas toscas saiu uma bela peça de mobiliário. Quando a carpintaria ficou vazia, iam as ferramentas recomeçar com a discussão que o carpinteiro tinha interrompido, quando o esquadro, pendurado na parede, tomou a palavra e disse:

*- Senhores, ficou demonstrado que cada um de nós tem defeitos mas o carpinteiro trabalha com as nossas qualidades.*

E as ferramentas perceberam, então, que o martelo dava força e solidez às mobílias, o parafuso unia, o serrote cortava onde era preciso, a plaina alisava as dificuldades, a lixa limava as arestas, o metro regulava as medidas. E sentiram como já há muito não sentiam, a alegria de trabalhar juntos.

Feliz a Equipa que sabe aproveitar e trabalhar com as ferramentas que tem.

*Autor Desconhecido*

Imagens do painel “Construir a fraternidade”, construído na 5ª aula.

